



UFRRJ

**Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRRJ
2018 - 2022**

Dezembro/2017
Seropédica / Rio de Janeiro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFRRJ
2018-2022

Dezembro/2017
Seropédica / Rio de Janeiro

378.8153

U58p

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Plano de Desenvolvimento Institucional: 2018-2022/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.- Seropédica, RJ : UFRRJ, 2013.

p.165: il.

1. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Planejamento. 2. Universidades e faculdades - Rio de Janeiro (Estado) - Planejamento. I. Título.

EDITORIAL

Capa

Maria Helena Veloso Campos de Souza

Diagramação

Maria Helena Veloso Campos de Souza

Desenho Gráfico

Luiz Felipe Carvalho Garrido Vaz

Maria Helena Veloso Campos de Souza

Ilustração

Maria Helena Veloso Campos de Souza

Impressão

Imprensa Universitária

Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRRJ / PDI 2017-2022 (Portaria Nº 999/GR, de 18 de dezembro de 2015, alterada pela Portaria nº 576/GR, de 27 de abril de 2017)

Roberto de Souza Rodrigues
Presidente do GT

Gilson Cândido Sant'Anna
Vice-Presidente do GT

MEMBROS

Alexandre Fortes
Carlos Frederico de Menezes Veiga
Denis Giovanni Monteiro Naiff
Domênico Gonçalves Fucci
Eduardo Mantoan de Araújo
Fabiola de Sampaio Rodrigues Grazinolli Garrido
João Vicente Figueiredo Latorraca
Meiryellem Pereira Valentim
Ricardo de Oliveira (in memorian)

Grupo Técnico de Apoio designado pela Portaria Nº 491/GR, de 20 de junho de 2016.

Luciana de Albuquerque Piñeiro
Lucimere Antunes Santos
Marcos Ferreira
Rejane da Silva Santos Santiago
Sandra Helena Veloso Campos Raposo
Valdomiro Neves Lima
Vanessa Maria Basso
Victor Soares dos Santos
Beatriz Queiroz Villard
Daniel de Ornellas Dias

Colaboradores

Ana Maria Araújo da Silva
Carolina Souza Nogueira
Ericsson Ramos de Mello
Gil Moura Moreira
Klinger Pereira
Lana Cláudia de Souza Fonseca
Ligia Cristina Ferreira Machado
Patricia Rodrigues da Rocha
Ronaldo Raasch
William Pereira

GESTÃO UFRRJ

Ricardo Luiz Louro Berbara
Reitor

Luiz Carlos de Oliveira Lima
Vice-Reitor

Joecildo Francisco Rocha
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Alexandre Fortes
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Roberto Carlos Costa Lelis
Pró-Reitor de Extensão

Cesar Augusto Da Ros
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Roberto de Souza Rodrigues
Pró-Reitor de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional

Amparo Villa Cupolillo
Pró-Reitora de Assuntos Administrativos

Norma Sueli Martins
Pró-Reitora de Assuntos Financeiros

Alexis Rosa Nummer
Diretor do Instituto de Agronomia

Solange Viana Paschoal Blanco Brandolini
Diretora do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde

Robson Mariano da Silva
Diretor do Instituto de Ciências Exatas

Maria do Rosário da Silva Roxo
Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Daniel Ribeiro de Oliveira
Diretor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Ana Cristina Souza dos Santos
Diretora do Instituto de Educação

João Vicente de Figueiredo Latorraca
Diretor do Instituto de Florestas

Paulo Cosme de Oliveira
Diretor do Instituto Multidisciplinar

Gilson Cândido Sant'Anna
Diretor do Instituto de Tecnologia

Miliane Moreira Soares de Souza
Diretora do Instituto de Veterinária

Alexandre Herculano Borges de Araújo
Diretor do Instituto de Zootecnia

José Ângelo Ribeiro Moreira
Diretor do Instituto de Três Rios

Jair Felipe Ramalho
Diretor do Campus Campos dos Goytacazes

Luiz Carlos Estrella Sarmiento
Diretor do Colégio Técnico da UFRRJ

Vânia Madeira Nunes Policarpo
Diretora do Centro de Atenção Integrada à Criança e ao Adolescente Paulo Dacorso Filho

Sumário

1 INTRODUÇÃO	7
1.1. METODOLOGIA.....	9
2. RESULTADOS INSTITUCIONAIS NO PDI UFRRJ 2013-2017	11
3. PERFIL INSTITUCIONAL	13
3.1. MISSÃO	13
3.2. VISÃO	13
3.3. PRINCÍPIOS	13
4. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL	15
5. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	21
6. PLANO DE OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PARA O PERÍODO 2018-2022	22
6.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS COMUNS – ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	22
6.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS COMUNS – ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	24
6.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA O ENSINO.....	24
6.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA A PESQUISA	26
6.5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA A EXTENSÃO	27
6.6. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	28
6.7. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA A GESTÃO	29
7. PERFIL DO CORPO DOCENTE	35
7.1. DOCENTES DE NÍVEL MÉDIO	37
8. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UFRRJ	41
8.1. ÓRGÃOS COLEGIADOS.....	41
8.2. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL.....	46
9. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI	51
9.1 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	52
9.1.1 CAMPUS SEROPÉDICA	54
9.1.2 CAMPUS NOVA IGUAÇU.....	56
9.1.3 CAMPUS DE TRÊS RIOS	58
9.1.4 CAMPUS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	59
9.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS GERAIS.....	62
9.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	65
9.3.1 ENSINO DE GRADUAÇÃO	66
9.3.2 POLÍTICA DE ENSINO	67
9.3.2.1 VALORIZAR O ENSINO DE GRADUAÇÃO	69
9.3.2.2 VALORIZAR AS LICENCIATURAS E A EDUCAÇÃO BÁSICA.....	71
9.3.2.3 IMPLEMENTAR POLÍTICAS E PROGRAMAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS.....	72
9.3.2.4 PERMITIR A INCLUSÃO E A PERMANÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	72
9.3.2.5 AVALIAR SISTEMATICAMENTE CURSOS, UNIDADES CURRICULARES E DOCENTES.....	73
9.3.2.6 ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS.....	76
9.3.2.7 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DA UFRRJ	79
9.3.2.8 MÓDULO ESPECIAL DE DISCIPLINAS	79
9.4 POLÍTICA DE EXTENSÃO.....	82
9.4.1 CONCEITUALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	82
9.4.2 POLÍTICAS DE EXTENSÃO DA UFRRJ ATRAVÉS DE SEUS SETORES	83
9.4.3 POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS EM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, DESENVOLVIDA ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO (DPPEX).....	85
9.4.4 RELAÇÕES COMUNITÁRIAS DA PROEXT	85
9.5 POLÍTICA PARA A PÓS-GRADUAÇÃO	86
10. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	89
11. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	107
11.1. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	107
11.2. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO (BOLSAS)	109
11.3. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA	114
11.4. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	115

12. INFRAESTRUTURA DA UFRRJ	117
12.1. ACERVO BIBLIOGRÁFICO	117
12.2. LEVANTAMENTO DAS SALAS DE AULA, LABORATÓRIOS E OUTROS LOCAIS.....	125
13. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	132
14. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	133
15. PLANEJAMENTO DA GESTÃO DE RISCOS DA UFRRJ	138

1 INTRODUÇÃO

Roberto de Souza Rodrigues e
Rejane da Silva Santos Santiago

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), desde a sua criação até os dias atuais, tem passado por grandes transformações estruturais e pedagógicas, o que tem aumentado cada vez mais a complexidade da sua gestão e os desafios institucionais. Esse contexto de mudanças constantes reflete na forma como a universidade têm se posicionado ao longo dos anos, para enfrentar os desafios e oportunidades e manter-se firme no seu propósito de universidade pública, gratuita e sempre em busca de qualidade acadêmica para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Alerta às questões sociais e ambientais, respeitando a diversidade cultural, intelectual, artística, política e religiosa, a UFRRJ apresenta o seu plano estratégico para o período de 2018 a 2022, como forma de se preparar diante dos desafios atuais e futuros. Para tanto, são usados como pilares na elaboração deste plano, o comprometimento com a excelência acadêmica e a gestão administrativa eficiente e eficaz.

Para o desenvolvimento deste Plano de Desenvolvimento Institucional (2018-2022), o envolvimento direto e indireto da comunidade acadêmica foi levado a cabo, e o diálogo e a interação com as partes interessadas se constituíram como ponto de partida e chegada para a execução de um processo participativo e democrático. Dessa forma, o conjunto de diretrizes estratégicas institucionais definidas neste documento, contemplam as necessidades dos diversos segmentos da comunidade acadêmica, que serão usadas como instrumento de planejamento e gestão estratégica. O PDI considera a identidade institucional, a filosofia de trabalho, a missão, os princípios, a visão de futuro, a situação atual e as diretrizes futuras. Inclui também, instrumentos de monitoramento e controle, definindo assim, as bases para uma efetiva governança do bem público.

Mais do que cumprir uma obrigação legal, pois o PDI deve ser elaborado por todas as instituições públicas de ensino superior, o grupo de trabalho designado pelo Conselho Universitário para a elaboração deste documento, buscou fazê-lo baseado em uma construção coletiva, buscando abordar tanto as questões internas quanto as externas (sociais, econômicas, financeiras e políticas) que fazem parte do contexto de atuação da universidade e impactam diretamente no desempenho de suas atividades finalísticas.

O documento legal que embasou a construção desse documento é o Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, o qual estabelece os eixos temáticos que devem constar em sua estrutura básica, sendo eles:

- a) Perfil Institucional;
- b) Missão, objetivos e metas;
- c) Projeto Pedagógico Institucional (PPI)
- d) Cronograma de Implantação de Desenvolvimento da Instituição e dos cursos;
- e) Perfil do Corpo Docente;
- f) Organização Administrativa;
- g) Políticas de Atendimento aos discentes;
- h) Infraestrutura;
- i) Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional e;
- j) Aspectos Financeiros e Orçamentários.

As discussões ocorreram no nível dos Conselhos de Unidades (Consuni's) e Conselhos de Campus (Concamp's), os quais possuem representação dos diretores e vice-diretores de institutos, coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação stricto-sensu, chefes de departamentos, docentes lotados nos departamentos, discentes dos cursos de graduação e pós-graduação dos institutos e técnicos administrativos, nos campi de Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos dos Goytacazes, bem como no Colégio Técnico (CTUR), Pró-Reitorias acadêmicas e administrativas e no Conselho Universitário. Foram realizadas ainda, três audiências públicas, nos campi de Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios.

O processo de elaboração foi conduzido pelo Pró-reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI) e pelo grupo de trabalho formado com as principais representações da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos). A metodologia de trabalho consistiu na realização de um amplo diagnóstico das principais questões que permeiam o dia a dia da UFRRJ, relacionadas às dimensões estratégicas de ensino, pesquisa, extensão, assistência e gestão. Para essa etapa, foram realizadas coletas de dados nos relatórios internos (Relatório de Gestão e Relatório de Auto-avaliação) e externos; bem como, aplicação de questionários destinados aos diretores de institutos, coordenadores de cursos e discentes.

Finalizada a etapa de elaboração do diagnóstico institucional, foi realizada a análise ambiental, visando identificar Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças relacionadas às

dimensões estratégicas. Ambas as etapas de construção do diagnóstico institucional e definição dos objetivos estratégicos, foram discutidas e validadas nos Consuni's nos quatro campi. As etapas seguidas para a elaboração do Plano Institucional foram as seguintes:

- 1 – Elaboração de uma Deliberação para os trabalhos do PDI;
- 2 – Construção Participativa do diagnóstico das dimensões Institucionais (Ensino, Pesquisa, Extensão, Assistência e Gestão);
- 3 – Construção Participativa da Matriz SWOT-FOFA;
- 4 – Elaboração Participativa do Plano Estratégico;
- 5 – Definição dos Projetos Estratégicos para o PDI;
- 6 – Projeção Orçamentária do PDI;
- 7 – Implementação dos objetivos e metas do PDI;
- 8 – Avaliação da implementação e ajustes.

Finalizadas as etapas de elaboração e aprovação do documento pelas instâncias superiores da UFRRJ, o PDI (2018-2022) entrará em vigor a partir de 2018, e passará por um processo de acompanhamento mais efetivo, no que se refere ao cumprimento dos objetivos e metas, além de avaliações periódicas, visando ajustar, alterar, redirecionar ou corrigir as ações estratégicas, táticas e operacionais.

1.1. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRRJ 2018-2022 consistiu na definição de diretrizes estratégicas, a partir de uma análise dos resultados dos últimos cinco anos nas áreas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Assistência e Gestão. Com base nestes resultados, o Grupo de Trabalho do PDI decidiu buscar uma iniciativa inovadora no contexto da UFRRJ, elaborando um Relatório de Diagnóstico, para auxiliar no processo de tomada de decisão da comunidade acadêmica, em relação à construção dos objetivos e metas do PDI.

O processo de coleta de dados e informações para a elaboração do diagnóstico contou com a participação de um grupo técnico de apoio e das unidades acadêmicas e administrativas, as quais designaram colaboradores para auxiliar o desenvolvimento das atividades. Nesta etapa, foram utilizados os métodos Delphi e de análise documental.

O método Delphi consistiu na coleta de dados por meio do preenchimento de questionários disponibilizados no site da UFRRJ, a fim de que docentes e discentes pudessem

contribuir com sugestões de melhoria e otimização dos processos institucionais. Simultaneamente, foram realizadas reuniões junto aos Conselhos de Unidades dos Institutos – CONSUNI’s e à Administração Central da UFRRJ com a mesma finalidade.

Finalizada a etapa de elaboração do Diagnóstico Institucional, o Grupo de Trabalho do PDI implementou o processo de construção da Matriz S.W.O.T., cujo objetivo consistiu na identificação das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças relacionadas à UFRRJ nos contextos interno e externo, com base na percepção da comunidade acadêmica.

Após consolidada a matriz, foi realizada a elaboração dos objetivos estratégicos para o desenvolvimento da UFRRJ no próximo quinquênio, passando pela validação das principais unidades da universidade.

Visando consolidar um PDI democrático e participativo, foram realizadas Audiências Públicas nos campi da UFRRJ, onde a proposta final do PDI foi apresentada e discutida abertamente à comunidade acadêmica e sociedades dos entornos dos campi.

2. RESULTADOS INSTITUCIONAIS NO PDI UFRRJ 2013-2017

O PDI da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que contemplou o período de 2013 a 2017, foi aprovado no Conselho Universitário da Instituição no dia 03 de maio de 2013. Este foi dividido em oito linhas de ação, a saber: I. Ensino de Graduação e Pós-Graduação; II. Pesquisa e Pós-Graduação; III. Extensão; IV. Assistência Estudantil; V. Educação Básica, Técnica e Tecnológica; VI. Organização Administrativa; VII. Infraestrutura; VIII. Inserção Regional.

No que se refere à primeira linha de ação, Ensino de Graduação e Pós-Graduação, foram estabelecidas seis metas divididas em vinte e dois objetivos. Desses objetivos, cerca de 60% foram encaminhados e cerca de 40% ou não foram encaminhados ou a execução se tornou inviável por questões operacionais. Na segunda linha de ação, referente à Pesquisa e à Pós - Graduação, foram apresentadas seis metas divididas em vinte cinco objetivos. Desses objetivos, 88% foram encaminhados, 12% do total não foram consolidados e um precisou ser reprogramado.

A terceira linha de ação, referente à Extensão, possuía três metas divididas em quatorze objetivos, dos quais, três foram reprogramados, dois não foram encaminhados e um não foi possível levantar a informação. Sendo assim, cerca de 57% foram encaminhados.

Na quarta linha de ação, a de Assistência Estudantil, dos oito objetivos estabelecidos, apenas um não foi encaminhado, resultando em 88% de ações encaminhadas.

Na linha de ação referente ao Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, dos cinco objetivos apresentados para cumprir as duas metas estabelecidas, 40% foram encaminhados.

No que concerne à sexta linha de ação - Organização Administrativa - as nove metas estabelecidas foram divididas em vinte objetivos, tendo sido a maioria das ações encaminhadas, com exceção de um objetivo que foi reprogramado.

Algumas dificuldades se apresentaram ao longo do processo de execução e acompanhamento do PDI UFRRJ 2013-2017, principalmente, nas linhas de ação de infraestrutura e inserção regional, respectivamente.

No que se refere à Infraestrutura, 63% dos objetivos foram encaminhados. Já na linha de ação Inserção Regional, não foi possível mensurar o grau de atendimento dos objetivos estabelecidos. Diante disto, a avaliação do PDI no que se refere a estas linhas ficou prejudicada.

O que ficou evidente na avaliação do PDI (2013-2017) foi a falta de envolvimento de alguns setores com as solicitações realizadas pela unidade responsável pela avaliação do plano, dificultando o desenvolvimento de um processo efetivo de avaliação, portanto, para que o próximo PDI seja utilizado como instrumento de planejamento e gestão, faz-se necessário um trabalho conjunto de conscientização e envolvimento da comunidade no processo de avaliação e acompanhamento, bem como dar mais transparência aos resultados institucionais.

Há de se destacar, também, o contingenciamento orçamentário ocorrido nos últimos anos, o que inviabilizou a consolidação de projetos estratégicos para o atendimento dos objetivos institucionais no período de vigência do PDI.

Ressalte-se que a análise ora apresentada foi utilizada para a construção do diagnóstico Institucional, visando à elaboração do PDI UFRRJ 2018-2022, trazendo como melhoria o maior engajamento do corpo acadêmico e administrativo na construção do presente documento.

Para maiores informações, acesse: <http://Institucional.ufrrj.br/pdi/avaliacoes-2/>

3. PERFIL INSTITUCIONAL

A UFRRJ é uma instituição pública, gratuita, centenária, multicampi e multidisciplinar, com atuação nos segmentos do ensino superior, médio, técnico e tecnológico, destinada ao desenvolvimento de atividades de formação do ser humano para a prática intelectual e profissional. Ao longo dos seus 107 anos, a universidade tornou-se uma das referências nacionais na área de ciências agrárias, área que deu origem à instituição, mas a partir dos anos de 1970, passou a ofertar cursos nas diversas áreas do conhecimento, proporcionando à sociedade o acesso ao conhecimento, dentro de um ambiente democrático, que respeita as crenças religiosas, os valores e conquistas sociais, e repudia qualquer forma de discriminação ou preconceito, conforme previstos na Constituição Federal de 1988.

3.1. MISSÃO

A missão da UFRRJ é:

“Gerar, sistematizar, socializar e aplicar o saber científico, tecnológico, filosófico e artístico, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na valorização da paz e da qualidade de vida”.

3.2. VISÃO

A visão da UFRRJ para 2022 é:

“Ser uma Instituição pública de ensino superior, básico, técnico e tecnológico de excelência acadêmica e administrativa, consolidando a formação do ser humano para a atividade profissional e reflexão crítica, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e igualitária”.

3.3. PRINCÍPIOS

Os princípios da UFRRJ são:

- I – Excelência acadêmica nas ciências, tecnologia, artes e humanidades;
- II – Ênfase à questão socioambiental na formação profissional e cidadã;
- III – Respeito à diversidade cultural, intelectual, artística, institucional, política e religiosa;

- IV – Respeito às pessoas e às diferenças individuais;
- V – Compromisso com a valorização e com a promoção do desenvolvimento de relações humanas solidárias;
- VI – Compromisso com a democracia política com justiça social;
- VII – Compromisso com a melhoria das condições democráticas de acesso e permanência nos seus diversos cursos;
- VIII – Compromisso com a formação de profissionais-cidadãos qualificados, críticos e socialmente engajados;
- IX – Gestão democrática, transparente, participativa e descentralizada.

4. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A UFRRJ tem sua origem no Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, que estabeleceu as bases para o ensino agrícola no Brasil e criou a Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária – ESAMV. A sua sede foi planejada inicialmente para o município de Santa Cruz, mas a sua instalação ocorreu no palácio do Duque de Saxe em 1911, onde hoje está o CEFET/MEC, no Maracanã, Rio de Janeiro. Foi oficialmente inaugurada em 1913, com 60 alunos matriculados nos cursos de Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária.

Em 1915, a Escola chegou a ser fechada por não terem sido previstas verbas para sua manutenção no orçamento federal. No ano seguinte, pelo Decreto nº 12.012, de 29 de março, foi transferida para a localidade de Pinheiro, hoje denominada Pinheiral, no interior do estado do Rio de Janeiro, quando a ela se juntaram a Escola Média-Teórico-Prática de Agricultura da Bahia e a Escola de Agricultura. Essa última foi criada pelo Decreto nº 8.367 de 10/11/1910 e ficava anexa ao Posto Zootécnico Federal, localizada em Pinheiro, antiga Diretoria da Indústria Animal, criada pelo Decreto nº 7.622 de 21/10/1909.

Entre 1912 e 1915, formou inúmeros agrônomos sendo que, devido à demora da implantação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, os seus diplomas acabaram sendo reconhecidos pelo Ministério como de engenheiros agrônomos. Logo, de acordo com a documentação oficial da Escola Superior de Agricultura e de Medicina Veterinária, as suas primeiras turmas diplomadas em 1914 e 1915, formaram-se pela Escola de Agricultura. Somente no ano de 1916, a ESAMV diplomou os dois primeiros engenheiros agrônomos e no ano seguinte, os quatro primeiros médicos veterinários.

Em 1918, com a publicação do Decreto nº 12.894, de 28 de fevereiro, sua sede foi transferida para Niterói, na Alameda São João Boaventura, sendo as práticas agrícolas realizadas no Horto Botânico, localizado ao lado. A justificativa para essa transferência foi a necessidade de aumentar a demanda para os cursos, pois a distância de cerca de 130km, que separavam a sua antiga sede em Pinheiro, da então capital federal, dificultava e encarecia o acesso de pessoal e de material, prejudicando o funcionamento da instituição e reduzindo a frequência de alunos.

Segundo o Decreto nº 14.120 de 29/03/1920, a Escola era responsável pela "alta instrução profissional técnica e experimental referente à agricultura, à veterinária e à química industrial agrícola". A ESAMV passou então a ministrar três cursos distintos: o de Engenharia Agrônômica e o de Medicina Veterinária, com algumas modificações, com o tempo de duração

de quatro anos cada; e também o novo curso de Química Industrial Agrícola que, através do Decreto nº 19.490 de 16/12/1930, passa a denominar-se Curso de Química Industrial.

Em 1927, através do Decreto nº 17.768 de 12 de abril, a ESAMV foi transferida para a Avenida Pasteur, na Praia Vermelha, junto à sede do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, numa nova tentativa de melhorar o acesso aos cursos.

De 1912 a 1934, inscreveram-se 1.111 estudantes no curso de Agronomia, sendo diplomados 246 engenheiros agrônomos. Desde o seu início observou-se uma demanda de estudantes oriundos de diferentes regiões do país, com um percentual expressivo de nordestinos, embora a predominância seja de oriundos do próprio estado do Rio de Janeiro, seguido por estudantes provenientes de Minas Gerais. Pode-se também destacar a presença de estudantes originários de outros países, o que à época constituía-se num dado significativo. Essa característica continua marcante até os dias atuais, com a vinda de estudantes de muitos estados brasileiros, bem como de outros países, sobretudo africanos e latino-americanos, através de convênios culturais.

Em 1933, foi extinto o curso de Química Industrial e, pelo Decreto 23.016 de 28/07/1933, criou-se a Escola Nacional de Química, que ficou subordinada ao Ministério da Agricultura, como um dos órgãos da Diretoria Geral de Produção Mineral.

Em 1934, o Decreto nº 23.857, de 08 de fevereiro, determina o desmembramento da ESAMV em duas Instituições distintas: a Escola Nacional de Agronomia – ENA e a Escola Nacional de Veterinária – ENV.

A Escola Nacional de Agronomia subordinava-se à Diretoria do Ensino Agrícola, do Departamento Nacional de Produção Vegetal; a Escola Nacional de Veterinária ao Departamento Nacional de Produção Animal, do Ministério de Agricultura. A Escola Nacional de Química, transferida para o antigo Ministério da Educação e Saúde, viria a constituir-se na Escola de Engenharia Química da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, antiga Universidade do Brasil.

Em março de 1934, as Escolas Nacionais de Agronomia e de Veterinária tiveram o regulamento comum aprovado e tornaram-se estabelecimentos padrão para o ensino agrônomo do País. Neste ano formaram-se 12 Engenheiros Agrônomos e 16 Médicos Veterinários.

Em 1938, pelo Decreto-lei nº 982 de 23 de dezembro, que reorganizou o Ministério da Agricultura, a Escola Nacional de Agronomia passou a integrar o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas - CNEPA e a Escola Nacional de Veterinária continuou vinculada ao Departamento Nacional de Produção Animal, mas ficou subordinada diretamente ao Ministério da Agricultura.

Com a reorganização do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, em 1943, pelo Decreto-Lei 6.155, de 30 de dezembro, nascia a Universidade Rural, abrangendo na época a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização Escolar e Serviço de Desportos.

Com os Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, iniciava-se um programa de treinamento pós-graduado para áreas específicas dos currículos de Agronomia e Veterinária. Um ano depois, o novo regimento do CNEPA, aprovado pelo Decreto-Lei 16.787, unificou os cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, além de criar o Conselho Universitário, à semelhança do hoje existente.

A Universidade, além de consolidar os novos cursos e serviços criados, tomava as providências para a construção, a partir de 1939, de um campus universitário, que tem em julho de 1947 inaugurados dez edifícios e, em outubro de 1948 é definitivamente instalado no município de Itaguaí, hoje município de Seropédica (emancipado em 1997), numa área de 3.300ha, às margens da antiga Rodovia Rio-São Paulo, atualmente denominada BR-465.

No início da década de 1960, são criados o Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Simões Lopes e o Colégio Técnico de Economia Doméstica, mais tarde, transformados em Colégio Técnico da UFRRJ – CTUR.

O Curso de Engenharia Florestal foi o terceiro a ser instalado no País, reconhecido pelo Parecer nº 175/62 - CFE e pelo Decreto nº 1.984, de 10 de janeiro de 1963. Nessa época a Universidade abarcava a Escola Nacional de Agronomia, a Escola Nacional de Veterinária, as Escolas de Engenharia Florestal, Educação Técnica (com o Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, criado em março de 1963) e Educação Familiar, além dos cursos técnicos de nível médio dos Colégios Técnicos de Economia Doméstica e Agrícola “Ildefonso Simões Lopes”.

Em 1966 cria o curso de Engenharia Química e, a partir daí, promove uma expansão gradual de seus cursos de graduação e pós-graduação. Em 1967, pelo Decreto nº 60.731, de 19/05/1967, publicado no Diário Oficial de 02/05/1967, passou a ser chamada Universidade

Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, denominação que mantém até hoje e, por força da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação, passou para a tutela do Ministério da Educação.

Em 1968, a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária transformaram-se em cursos de graduação em Agronomia e em Medicina Veterinária, oferecidos pelo Instituto de Agronomia e pelo Instituto de Veterinária da UFRRJ, respectivamente. Em 1969 são criados os cursos de História Natural (posteriormente transformado em Ciências Biológicas) e de Química.

Em 1970, os documentos legais – Estatuto e Regimento Geral – são aprovados internamente e em 1974 recebem a aprovação do Conselho Federal de Educação, homologada pelo Ministro da Educação. A universidade passa a ter uma estrutura administrativa acadêmica composta por nove Institutos, aos quais estão ligados os departamentos, constituídos de acordo com a afinidade entre as disciplinas e considerados como a menor fração da estrutura acadêmica universitária.

Da característica inicial de uma universidade voltada para a área de Ciências Agrárias, passa, principalmente a partir de 1970, a criar cursos em outras áreas do conhecimento, como Administração, Ciências Econômicas, Licenciatura em Economia Doméstica, Geologia e Zootecnia; a que se segue, em 1973, a criação do curso de Licenciatura em Educação Física e em 1976 dos cursos de Licenciatura em Ciências, com habilitações em Matemática, Física, Química e Biologia.

Na década de 1990, além da criação do curso de Engenharia de Alimentos (março de 1990), passa a oferecer o seu primeiro curso noturno (agosto de 1991), o de Administração. Em 1997 e 1998 passam a ser oferecidas, com vestibular próprio, turmas do curso de Administração, respectivamente nos municípios de Paracambi e Três Rios, sendo que neste último passa também a ser oferecida turma do curso de Ciências Econômicas. Em face da não renovação do convênio com a Prefeitura Municipal, em 2001 a oferta da turma de Administração em Paracambi é cancelada e os seus alunos são transferidos para o campus de Seropédica.

Na década de 2000, são criados os cursos de Engenharia de Agrimensura, Licenciatura em Química - noturno e Engenharia Agrícola (2000) e de Arquitetura e Urbanismo e Licenciatura em História (2001). Em 2001 passa a ser oferecida turma do curso de Administração em Quatis e, em 2004, em Nova Iguaçu e Volta Redonda, esta última incorporada, em 2006, à expansão da Universidade Federal Fluminense.

Até 1970, a UFRRJ era considerada uma instituição de pequeno porte com cerca de 2 mil alunos, passando para médio porte a partir de 2005, com 8.000 alunos de graduação (em 30 cursos), 1000 alunos de pós-graduação (em 15 cursos de Mestrado e Doutorado), 440 estudantes do Ensino Médio regular e Ensino Técnico, oferecido pelo Colégio Técnico (CTUR), 140 crianças na Educação Infantil e 380 no Ensino Fundamental, em seu Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC Paulo Dacorso Filho).

Em 2005, a UFRRJ adere ao Programa de Expansão do Ensino Superior, do Governo Federal e instala, a partir de 2006, um campus em Nova Iguaçu, com a criação do Instituto Multidisciplinar, que passa a se constituir no décimo instituto na sua estrutura acadêmica. São incorporadas as duas turmas de Administração, oriundas do Consórcio Universidade Pública da Baixada, que passam a integrar um dos seis cursos de graduação então criados: Matemática, História, Pedagogia, Ciências Econômicas e Turismo e Hotelaria, hoje curso de Turismo, que passam a funcionar a partir de 2006.

Cabe destacar que, ainda em 2006, começou a ser ofertado o curso de Administração à Distância, junto ao Consórcio CEDERJ. Em 2007, ainda na Fase 1 do Programa de Expansão, a UFRRJ direcionou sua atenção para a criação do campus universitário de Três Rios, que já possuía duas turmas de graduação dos cursos de Economia e Administração. Neste mesmo ano, o curso de Licenciatura em Pedagogia foi criado no campus de Seropédica. Com esse curso, a UFRRJ passa a oferecer à comunidade 10 cursos com funcionamento noturno, sendo 04 em Seropédica (Administração e as Licenciaturas em História, Química e Pedagogia) e os demais em Nova Iguaçu e Três Rios.

Em 2009, como desdobramento do processo de expansão, foram implantados no campus de Seropédica, os cursos de Belas Artes, Letras, Filosofia, Ciências Sociais, Direito, História (vespertino) e Geografia; em Nova Iguaçu os cursos de Direito e Letras e em Três Rios o curso de Direito.

Em 2010, a UFRRJ reestruturou o curso de Engenharia Agrícola, que foi transformado em curso de bacharelado em Engenharia Agrícola e Ambiental. Além dessa ação, no campus de Seropédica, em prosseguimento à implantação do Plano de Reestruturação e Expansão, a UFRRJ passou a ofertar os cursos de Comunicação Social, Ciências Contábeis, Administração Pública, Psicologia, Hotelaria, Farmácia, Sistemas de Informação, Engenharia de Materiais e Relações Internacionais. No campus de Nova Iguaçu, foram criados os cursos de Ciência da Computação e Geografia e em no campus de Três Rios, o curso de Gestão Ambiental.

A UFRRJ adere ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação básica do MEC – PARFOR, no ano de 2010, ofertando vagas de licenciatura e turmas especiais de 1º e 2º licenciaturas, exclusivamente para professores da rede pública da educação básica. No âmbito da pós-graduação, ocorre a criação do Programa de Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica, doutorado em Medicina Veterinária, Mestrado Profissional em Práticas de Desenvolvimento Sustentável e o Mestrado Profissional em Matemática.

No ano de 2011, são criados os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado de Modelagem Matemática e Computacional, Ciências Sociais, Psicologia e Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, além do curso de mestrado profissional de Matemática em Rede Nacional. Ainda neste ano, a Comissão de Ética é criada na UFRRJ.

Em 2014, são criados os programas de pós-graduação, em nível de doutorado de Ciências Fisiológicas e mestrado profissional em Ciências e Matemática, os quais têm suas primeiras turmas formadas em março de 2015. São criados também, os cursos de mestrado em Administração, Filosofia, Engenharia Agrícola e Ambiental e o mestrado profissional em Ensino de História em Rede e o curso de doutorado em História. O curso de graduação em Educação do Campo entra em funcionamento neste mesmo ano, como curso de oferta regular, antes oferecido como turmas especiais vinculadas aos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

5. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A UFRRJ oferta cursos nas diversas áreas do conhecimento acadêmico, conforme estabelece sua missão e os princípios institucionais. Na graduação presencial, possui 5 cursos na área de Ciências Agrárias, 3 em Ciências Biológicas e da Saúde, 14 em Ciências Exatas, da Terra e Engenharias, 17 em Ciências Humanas, Letras e Artes e 17 em Ciências Sociais Aplicadas. Na pós-graduação, dos 34 programas de pós-graduação stricto sensu, 11 são da área de Ciências Agrárias, 4 de Ciências Biológicas e da Saúde, 4 de Ciências Exatas, da Terra e Engenharias, 8 de Ciências Humanas, Letras e Artes e 3 de Ciências Sociais Aplicadas e 1 Multidisciplinar. Os cursos de ensino básico, técnico e tecnológico são ofertados nas áreas de Agrimensura, Agroecologia, Hospedagem e Meio Ambiente.

6. PLANO DE OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PARA O PERÍODO 2018-2022

6.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS COMUNS - ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Objetivos	Indicadores	Metas
<p>1 - Fortalecer os cursos de graduação, pós-graduação, médio, técnico e tecnológico, com políticas de melhorias baseadas no desempenho das avaliações internas e externas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de indicadores institucionais ▪ Nota dos cursos nas avaliações externas ▪ Conceito Capes para os cursos de pós-graduação ▪ Conceito CPC para os cursos de graduação ▪ Número de ações desenvolvidas para a melhoria dos cursos de graduação, pós-graduação, básico, técnico e tecnológico ▪ Relatório de Auto avaliação da CPA 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar indicadores institucionais para o monitoramento da qualidade da oferta da educação superior, básica, técnica e tecnológica. ▪ Dobrar a quantidade atual de cursos de graduação com CPC igual a 5. ▪ Ampliar para 50% o número de cursos de pós-graduação com Conceito Capes superior a 4.

Continua

Continuação

<p>2 - Instituir a política de internacionalização, buscando qualidade acadêmica e a ciência ligada ao desenvolvimento, responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano Institucional de Internacionalização ▪ Número de Instituições estrangeiras parceiras ▪ Número de docentes, discentes e técnicos administrativos em mobilidade para a UFRRJ ▪ Número de docentes, discentes e técnicos administrativos em mobilidade para o exterior ▪ Conteúdo do portal da UFRRJ em línguas estrangeiras ▪ Política de Linguística Institucional ▪ Número de ações para o ensino de língua estrangeira 	<p>Aprovar o Plano Institucional de Internacionalização em 2018</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar o número atual de Instituições parceiras em 30% ▪ Ampliar o número de docentes, discentes e técnicos administrativos da UFRRJ para o exterior em 50% ▪ Divulgar o conteúdo do portal da UFRRJ em inglês e espanhol ▪ Aprovar o Plano de Linguística Institucional em 2018 ▪ Aumentar e implementar ações para o ensino de línguas estrangeiras, semestralmente.
<p>3 - Atualizar as diretrizes pedagógicas para o ensino, a pesquisa e a extensão</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de Diretrizes Pedagógicas atualizado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovar o Plano de Diretrizes Pedagógicas em 2018 ▪ Criar critérios de acompanhamento e avaliação do Plano de Diretrizes Pedagógicas, anualmente.
<p>4 - Fortalecer os programas acadêmicos que promovam a inserção social e o conhecimento técnico-científico</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de ações de promoção da inserção social e do conhecimento técnico-científico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir ações de promoção da inserção social e do técnico-científico junto aos programas acadêmicos, anualmente
<p>5 - Definir uma política Institucional de suporte ao gerenciamento de projetos acadêmicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diretrizes e regras para o suporte ao gerenciamento de projetos ▪ Estrutura de suporte ao gerenciamento de projetos criada 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regulamentar política institucional de suporte ao gerenciamento de projetos acadêmicos em 2018/2019 ▪ Definir uma estrutura de suporte ao gerenciamento de projetos acadêmicos em 2018/2019
<p>6 – Estimular a participação de docentes e discentes em projetos que integrem a pesquisa e a extensão</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de projetos que integram pesquisa e extensão ▪ Número de docentes em projetos que integram pesquisa e extensão ▪ Número discentes em projetos que integram pesquisa e extensão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar os projetos atuais de pesquisa e extensão em 30% ▪ Promover ações de incentivo à participação docente e discente em projetos de pesquisa e extensão

6.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS COMUNS - ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Objetivos	Indicadores	Metas
1 - Ampliar as ações de acessibilidade e inclusão nos campi para atendimento da previsão legal e dos órgãos de controle	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de alunos da UFRRJ com Necessidades Especiais ▪ Ações de Fortalecimento do NAI-Rural ▪ Ações de infraestrutura para a acessibilidade de portadores de necessidades especiais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mapear a população da UFRRJ com necessidades especiais ▪ Ampliar as ações de inclusão de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ▪ Estruturar o NAI-Rural para identificação e acompanhamento das ações de acessibilidade e inclusão ▪ Criar a Política de Acessibilidade da UFRRJ
2 - Ampliar a captação de recursos extraorçamentários para ampliação, manutenção e desenvolvimento das atividades de ensino	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Montante de recursos financeiros extraorçamentários captados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar os recursos extraorçamentários captados em 50%

6.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA O ENSINO

Objetivos	Indicadores	Metas
1 - Estimular o desenvolvimento de atividades acadêmicas pela comunidade universitária, que promovam a participação discente na solução de problemas internos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de atividades acadêmicas voltadas à resolução de problemas Institucionais ▪ Número de docentes envolvidos nas atividades acadêmicas ▪ Número de técnicos envolvidos nas atividades acadêmicas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover ações que estimulem a participação dos docentes e técnicos em atividades acadêmicas voltadas à resolução de problemas Institucionais ▪ Estimular a participação docente e de técnicos administrativos para atividades acadêmicas, voltadas a resolução de problemas Institucionais

Continua

Continuação

<p>2 - Avaliar e atualizar os projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação, pós-graduação, ensino básico, técnico e tecnológico</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de PPC's atualizados ▪ Mecanismos de avaliação dos PPC's criados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 100% dos cursos com PPC's criados e atualizados, bianualmente, e/ou de acordo com seus marcos legais e avaliativos internos e externos ▪ Criar mecanismos de avaliação constante dos PPC's.
<p>3 - Implantar um sistema de acompanhamento acadêmico e profissional dos alunos egressos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de acompanhamento dos egressos criados ▪ Número de egressos acompanhados ▪ Números de cursos que acompanham os egressos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar o sistema de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação, pós-graduação, básico, técnico e tecnológico em 2018/2019
<p>4 - Consolidar e ampliar a integração entre a UFRRJ e o CAIC</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regimento interno do CAIC atualizado ▪ Ações de melhoria da integração implantadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualizar o Regimento Interno do CAIC ▪ Ampliar ações de integração direcionadas ao CAIC
<p>5 – Valorizar e consolidar a integração entre a UFRRJ e o CTUR</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações de melhoria da integração implantadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar as ações de integração direcionadas ao Colégio Técnico da UFRRJ
<p>6 - Definir uma política para a educação à distância</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de Educação a Distância aprovada ▪ Número de cursos que utilizam a metodologia de EAD e tecnologias inovadoras 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovar a política de educação a distância ▪ Promover ações de promoção à acessibilidade nos cursos EAD e nos presenciais ▪ Melhorar a infraestrutura tecnológica da UFRRJ para a oferta da educação a distancia

6.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA A PESQUISA

Objetivos	Indicadores	Metas
<p>1 – Consolidar e ampliar as atividades de pesquisa em nível de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico e inovação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de projetos de iniciação científica ▪ Número de docentes e discentes envolvidos com iniciação científica ▪ Número de discentes envolvidos com iniciação científica ▪ Número de discentes de graduação envolvidos em desenvolvimento tecnológico e inovação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover ações para ampliar a participação docente e discente em atividades de pesquisa e da iniciação científica. ▪ Ampliar em 30% os recursos institucionais do PROIC para os projetos de iniciação científica. ▪ Ampliar a participação de discentes de graduação e nível médio em atividades de pesquisa. ▪ Ampliar a participação de discentes de graduação em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação.
<p>2 - Ampliar o número e registro de grupos, projetos e laboratórios de pesquisa na UFRRJ</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grupos de pesquisa registrados no SIGAA ▪ Projetos de pesquisa registrados no SIGAA ▪ Laboratórios de pesquisa registrados no SIGAA ▪ Número discentes de graduação envolvidos em pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar em pelo menos 30% (ao final do quadriênio) os grupos de pesquisa registrados no SIGAA ▪ Ampliar em pelo menos 30% (ao final do quadriênio) os projetos de pesquisa registrados no SIGAA. ▪ Ampliar em pelo menos 20% (ao final do quadriênio) os laboratórios de pesquisa registrados no SIGAA. ▪ Envolver, pelo menos, 10% do corpo discente de graduação com matrícula ativa em cursos presenciais nas pesquisas institucionais (grupos e/ou projetos).

<p>3 - Apoiar a produção intelectual em nível nacional e internacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de grupos de pesquisa institucionais ▪ Número de docentes envolvidos com pesquisa ▪ Eventos de divulgação da produção intelectual ▪ Eventos de divulgação de pesquisa na graduação, iniciação científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação ▪ Participantes em eventos presenciais apoiados por editais na PROPPG 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomentar a participação dos docentes em grupos de pesquisa ▪ Fomentar a participação dos discentes de graduação nas pesquisas institucionais ▪ Apoiar a promoção, pelos programas de pós-graduação, de eventos de divulgação da produção intelectual. ▪ Promover evento de divulgação de atividades de pesquisa na graduação, iniciação científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação ▪ Apoiar participação presencial de docentes e discentes de pós-graduação em eventos, nacionais e internacionais, através de editais, em função de disponibilidade de recursos orçamentários.
<p>4- Apoiar a divulgação da produção intelectual em nível nacional e internacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Editais de apoio à promoção de eventos de divulgação intelectual ▪ Editais de apoio à participação presencial de discentes de pós-graduação em eventos de iniciação científica e desenvolvimento tecnológico e inovação ▪ Editais de apoio à participação presencial de docentes e discentes de pós-graduação em eventos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a promoção, pelos programas de pós-graduação, de eventos de divulgação da produção intelectual. ▪ Promover evento de divulgação de atividades de pesquisa na graduação, iniciação científica e tecnológica, anualmente. ▪ Apoiar participação presencial de docentes e discentes de pós-graduação em eventos, nacionais e internacionais, através de editais, em função de disponibilidade de recursos orçamentários.

6.5. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA A EXTENSÃO

Objetivos	Indicadores	Metas
1 - Implementar medidas Institucionais para o mapeamento e registro das atividades de extensão nos campi	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de atividades de extensão ofertadas ▪ Números de atividades de extensão registradas ▪ Números de discentes, docentes e técnicos envolvidos com as atividades de extensão ▪ Política de Extensão aprovada 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituir mecanismos informatizados de registro e controle das atividades de extensão em 2018 ▪ Fomentar a participação docente, discente e dos técnicos nas ações extensionistas ▪ Atualizar a Política de Extensão da UFRRJ
2 - Modificar as normatizações de registro das atividades de extensão, possibilitando maior agilidade das tramitações dos processos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Números de ações de otimização dos processos de extensão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar o fluxo dos processos do desenvolvimento das atividades de extensão
3 - Ampliar as ações de integração da extensão com o ensino e a pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Números de ações de extensão integradas com ensino e com a pesquisa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar as ações de extensão integradas com o ensino e a pesquisa em 50%
4 - Organizar e ampliar a divulgação das atividades culturais em prol da melhoria da qualidade vida nos campi	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de eventos culturais nos campi ▪ Número de participantes dos eventos culturais ▪ Número de docentes envolvidos com a organização de eventos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover eventos culturais nos campi, semestralmente ▪ Estimular a participação docente na organização e oferta de eventos culturais
5 - Estimular a participação e envolvimento da comunidade universitária na oferta de atividades de esporte, arte e cultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Números de atividades de esporte, arte e cultura nos campi ▪ Número de docentes envolvidos na oferta de atividades de esporte, arte e cultura ▪ Números de discentes contemplados nas atividades 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Restaurar a Praça de Desportos para a oferta de atividades de esporte, arte e cultura para a comunidade acadêmica até 2019 ▪ Ampliar em 50% as atividades de esporte, arte e cultura oferecidas aos discentes nos campi ▪ Aumentar o número de docentes e técnicos envolvidos com as atividades de esporte, arte e cultura à comunidade acadêmica

Continua

Continuação

<p>6 - Instituir uma política de regulamentação e apoio à estruturação da incubadora de empresas e das empresas juniores</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diretrizes para a Incubadora de Empresas ▪ Números de empresas incubadas na UFRRJ ▪ Número de ações de integração com as empresas juniores da UFRRJ ▪ Números de discentes envolvidos com as empresas juniores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regular o funcionamento da Incubadora de Empresas e das empresas juniores ▪ Dimensionar as necessidades para a estruturação da incubadora de empresas ▪ Ampliar o número de empresas incubadas em 20% ▪ Promover ações de melhoria da integração entre a UFRRJ e as empresas juniores
<p>7 – Fomentar a interação da UFRRJ e a comunidade local e adjacências dos campi através de projetos de extensão</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de projetos voltados à interação com a comunidade local 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver projetos de extensão voltados ao atendimento das necessidades locais e do entorno dos campi

6.6. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Objetivos	Indicadores	Metas
<p>1 - Fortalecer e consolidar os programas de assistência estudantil</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de ações de assistência ofertadas ▪ Número de discentes atendidos pelas ações de assistência estudantil ▪ Número de auxílios concedidos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atender o maior número possível de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ▪ Implantar projetos/ações para a melhoria da qualidade de vida dos discentes, com ênfase em promoção e prevenção em saúde ▪ Ampliar os recursos para a assistência estudantil, utilizando os recursos extraorçamentário

Continua

Continuação

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Demanda não atendida pela assistência estudantil 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar as condições de moradia e alimentação estudantil nos campi ▪ Melhorar a locomoção dos discentes no campus de Seropédica e intercampi
2 - Ampliar as ações de atendimento psicopedagógico da assistência estudantil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de ações de atendimento psicopedagógicos de assistência 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer programas internos de atendimento às demandas psicopedagógicas ▪ Ampliar o número de profissionais capacitados para o atendimento psicopedagógico
3 - Instituir protocolos de conduta para o acolhimento às vítimas de violência nos campi	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de protocolos de conduta criados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar o atendimento às vítimas de violência nos campi
4 - Implementar o código de conduta aos discentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Código de conduta aprovado pelo Conselho Universitário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir as ações para atendimento às diretrizes do Código de Conduta
5 - Atualizar o regimento interno dos alojamentos estudantis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regimento Interno dos alojamentos aprovado pelo Conselho Universitário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualizar as regras do alojamento universitário, visando a melhoria da qualidade de vida dos discentes

6.7. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA A GESTÃO

Objetivos	Indicadores	Metas
1 - Instituir uma política de melhoria da comunicação institucional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Canais de divulgação das informações Institucionais ▪ % do orçamento para o desenvolvimento de ações de comunicação ▪ Impacto da comunicação Institucional na comunidade acadêmica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar os mecanismos de comunicação institucional, voltados para o público interno e externo ▪ Estruturar a unidade responsável pela comunicação institucional ▪ Consolidar os meios de comunicação institucional

Continua

Continuação

<p>2 - Melhorar a transparência das diretrizes de pessoal</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diretrizes estratégicas de pessoal comunicadas e divulgadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover ações de transparência das diretrizes de pessoal
<p>3 - Elaborar um programa de capacitação gerencial</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de programas de capacitação voltados aos gestores ▪ Número de gestores capacitados ▪ Impacto das capacitações no desenvolvimento das atividades gerenciais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar programa de capacitação gerencial, voltados para gestores acadêmicos e administrativos ▪ Ampliar o número de gestores capacitados em 20%, anualmente. ▪ Avaliar o impacto das capacitações gerenciais para a melhoria das atividades Institucionais.
<p>4 - Promover a capacitação e formação continuada dos docentes e técnicos da educação superior, básica, técnica e tecnológica</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de docentes e técnicos capacitados ▪ Impacto das capacitações no desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas ▪ % das capacitações voltadas a melhoria das atividades críticas da instituição ▪ % do corpo docente e técnico envolvido na oferta de capacitações internas ▪ % do orçamento investido nas capacitações do corpo docente e técnico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar em 20% ao ano, o número de capacitações internas ▪ Avaliar, anualmente, o impacto das capacitações no desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas ▪ Otimizar as capacitações para o atendimento das necessidades dos setores críticos ▪ Ampliar em 100% o número de docentes e técnicos administrativos envolvidos na oferta das capacitações internas ▪ Ampliar em 30% os recursos destinados à capacitação do corpo docente e técnico
<p>5 - Aprimorar a assistência à saúde do trabalhador</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Números de trabalhadores assistidos em relação às demandas da unidade de saúde do trabalhador ▪ % dos recursos destinados à melhoria da saúde do trabalhador 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar em 100% a eficiência no atendimento à saúde do trabalhador ▪ Ampliar os recursos investidos em ações de melhoria da saúde do trabalhador

Continua

Continuação

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de eventos destinados à promoção da saúde do trabalhador 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organizar eventos destinados à promoção de prevenção de doenças laborais e saúde e segurança no trabalho.
6 - Melhorar a qualidade de vida do trabalhador, englobando clima organizacional e gestão por competências	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de projetos de melhoria de qualidade de vida ▪ Número de pessoas atendidas nos projetos de melhoria da qualidade de vida ▪ Número de profissionais envolvidos com a melhoria da qualidade de vida do trabalhador 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar em 50% o número atual de projetos de melhoria de qualidade de vida do trabalhador ▪ Aumentar o número de pessoas atendidas nos projetos de melhoria de qualidade de vida em 20% ao ano. ▪ Ampliar o número de profissionais da comunidade acadêmica envolvidos nos projetos de melhoria de qualidade de vida
7 - Identificar e valorizar o comprometimento dos servidores envolvidos com a melhoria das atividades fins da instituição	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de mecanismos de identificação dos servidores comprometidos ▪ Número de ações de valorização dos servidores comprometidos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar mecanismos de identificação dos servidores comprometidos com a melhoria da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão ▪ Desenvolver ações para a valorização do comprometimento dos servidores comprometidos com a melhoria da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão
8 - Estabelecer a avaliação de desempenho vinculada a metas e resultados baseados nos objetivos institucionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Critérios de avaliação de desempenho individual e institucional 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a avaliação de desempenho de docentes e técnicos-administrativos, baseada nos objetivos institucionais ▪ Instituir metas para as unidades internas

Continua

Continuação

<p>9 - Aprimorar o monitoramento e os controles do transporte institucional</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de controles do transporte institucional Instituídos ▪ % do orçamento com despesas de manutenção, abastecimento e deslocamentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Otimizar os gastos com manutenção e combustíveis da frota de veículos ▪ Monitorar 100% dos contratos de manutenção, despesas de abastecimento e deslocamentos da frota de veículos ▪ Modernizar os sistemas de acompanhamento de abastecimento e dos deslocamentos da frota
<p>10 - Regulamentar as ações integradoras de desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovativo atualizada ▪ % da Política de Inovação implementada 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualizar a Política de Inovação em 2018. ▪ Implementar as ações da Política de Inovação
<p>11 - Otimizar as parcerias através da criação e publicização de diretrizes baseadas na inovação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de projetos executados através das parcerias ▪ Número de parcerias institucionalizadas ▪ Número de ações de melhorias dos fluxos das parcerias 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Institucionalizar 100% das parcerias ▪ Dar transparência à aplicação dos recursos oriundos das parcerias ▪ Mapear e otimizar o fluxo da tramitação das parcerias
<p>12 - Otimizar a gestão dos contratos de manutenção das redes básicas e predial</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ % do orçamento investido em contratos de manutenção das redes básicas ▪ % das necessidades mapeadas e documentadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a gestão dos contratos de manutenção das redes básicas ▪ Mapear e documentar as necessidades de manutenção das redes básicas ▪ Dimensionar as necessidades de manutenção de, no mínimo, 50% das redes básicas e prediais
<p>13 - Ampliar os recursos para investimento em infraestrutura</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ % dos recursos orçamentários investidos em TI 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar os investidos em recursos de TI ▪ Ampliar os investimentos na ampliação e manutenção da rede elétrica

Continua

Continuação

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ % dos recursos orçamentários investidos na rede elétrica ▪ % de conclusão das obras inacabadas do Reuni ▪ % do orçamento investido em eficiência energética e consumo de água 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concluir 100% das obras inacabadas ▪ Determinar percentual do orçamento para investimento em eficiência energética e consumo de água ▪ Implementar a gestão de resíduos nos campi ▪ Desenvolver projetos sustentáveis
14 - Melhorar os processos estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de fluxos dos processos mapeados e otimizados ▪ Número de processos críticos modernizados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mapear 100% dos processos críticos ▪ Melhorar os fluxos dos processos prioritários ▪ Modernizar 100% dos processos críticos com ferramentas informatizadas
15 - Instituir a Política de Governança Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de Regimentos criados ▪ Número de Regimentos atualizados ▪ Número de ações de integração da gestão central e os campi ▪ Números de ações de transparência e controle 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 100% das unidades com Regimentos Internos ▪ Atualizar os Regimentos do Conselho de Curadores e Conselho de Administração ▪ Agilizar a tramitação das solicitações do e-SIC e e-Ouv ▪ Instituir mecanismos de controle internos, baseados nos relatórios da Auditoria Interna ▪ Criar a política de Plano de Dados Abertos em 2018 <p>Instituir sistema de monitoramento de custos e eficiência na execução orçamentária</p>
16 - Desenvolver programas de integridade e protocolos de conduta profissional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de Integridade ▪ Número de programas e protocolos de conduta criados 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar o programa de integridade em 2018 ▪ Criar protocolos de conduta até 2019

Continua

Continuação

<p>17 - Promover projetos de planejamento tático e operacional para as unidades organizacionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Escritório de projetos estruturado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar um escritório de projetos ▪ Definir as diretrizes para a elaboração de planejamentos táticos e operacionais pelas unidades organizacionais
<p>18 - Definir uma política institucional de segurança pessoal e patrimonial</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Percentual das áreas dos campi monitorados eletronicamente ▪ Número de ações de segurança preventivas Instituídas nos campi ▪ Número de equipamentos de segurança adquiridos para o setor de segurança 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar os sistemas de monitoramento pessoal e patrimonial ▪ Instituir práticas preventivas de segurança nos campi ▪ Promover ações de melhoria de segurança no trabalho ▪ Estruturar o setor de segurança dos campi com equipamentos e pessoas ▪ Monitorar 80% das áreas dos campi com câmeras eletrônicas. ▪ Estabelecer ações de segurança preventivas nos campi com a DGV e a comunidade acadêmica ▪ Adquirir equipamentos de segurança para o setor de segurança dos campi ▪ Promover ações de melhoria de segurança no trabalho
<p>19 - Instituir a Gestão de Riscos Institucionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Áreas de riscos prioritárias identificadas e mapeadas ▪ Instituir controles para os eventos de riscos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 100% das áreas de riscos prioritárias identificadas e mapeadas ▪ Implementar o Plano de Gerenciamento de Riscos
<p>20 - Implementar a Política de Segurança da Informação, visando o compartilhamento das informações comuns a diferentes setores.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de Ações de melhoria criadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualizar a política de segurança da informação em 2018/2019 ▪ Implantar a política de segurança da informação

<p>21 - Fomentar as parcerias institucionais, com base nos modernos mecanismos de governança pública</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regulamentação das parcerias aprovada pelo Conselho Universitário ▪ Mecanismos de controle e monitoramento das parcerias ▪ Ações de melhoria da execução das parcerias 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir as diretrizes para aprovação das parcerias institucionais ▪ Estabelecer mecanismos de controle, monitoramento e transparência das parcerias institucionais ▪ Implementar ações de melhoria para a efetivação das parcerias.
--	--	---

7. PERFIL DO CORPO DOCENTE

Um dos pontos fortes identificados no diagnóstico institucional se refere à qualificação do corpo docente, que atualmente possui 83% do quadro formado por doutores ou pós-doutores e 97% com dedicação exclusiva no ensino superior. Os docentes do Ensino superior tiveram uma significativa ampliação com a adesão da UFRRJ ao REUNI, a partir de 2008. Em 2002, o percentual era de 56% em relação ao total e em 2014 a UFRRJ atingiu a marca de 79%, mantendo-se dessa forma.

Tabela 01 - Evolução do número de Docentes Efetivos de Nível Superior por Categoria

Ano	Titular	Associado	Adjunto	Assistente	Auxiliar	Total
2002	23	0	376	89	11	499
2003	23	0	373	71	9	476
2004	21	0	373	66	8	468
2005	21	0	399	52	4	476
2006	21	144	334	90	1	590
2007	21	148	330	87	1	587
2008	21	157	334	113	1	626
2009	21	172	417	144	1	755
2010	20	202	533	219	1	975
2011	19	207	553	243	1	1023
2012	18	221	582	219	1	1041
2013	16	242	562	181	9	1010
2014	13	291	544	127	124	1099
2015	13	291	544	127	124	1099

Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

Tabela 02 - Evolução do número de Docentes Efetivos de Nível Superior por Titulação

Ano	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
2002	20	6	30	164	279	499
2003	15	6	27	143	285	476
2004	13	6	24	135	290	468
2005	12	6	20	116	322	476
2006	9	6	20	152	403	590
2007	9	6	20	144	408	587
2008	10	6	17	165	428	626
2009	6	5	17	195	532	755
2010	7	4	17	265	682	975
2011	7	4	15	279	718	1023
2012	6	3	12	252	768	1041
2013	5	3	9	223	770	1010
2014	7	1	8	216	867	1099
2015	7	1	8	216	867	1099

Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

Tabela 03 - Evolução do número de Docentes Efetivos de Nível Superior por Regime de Trabalho

Ano	20 horas	40 horas	DE	Total
2002	4	4	491	499
2003	4	4	468	476
2004	5	4	459	468
2005	4	4	468	476
2006	4	4	582	590
2007	3	4	580	587
2008	3	3	620	626
2009	2	2	751	755
2010	4	2	969	975
2011	6	1	1016	1023
2012	6	2	1033	1041
2013	6	2	1002	1010
2014	24	2	1073	1099
2015	24	2	1073	1099

Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

Tabela 04 - Evolução do número de Docentes Efetivos de Nível Superior por Sexo

Ano	Masculino	Feminino	Total
2002	330	169	499
2003	323	153	476
2004	315	153	468
2005	318	158	476
2006	377	213	590
2007	375	212	587
2008	398	228	626
2009	462	293	755
2010	568	407	975
2011	595	428	1023
2012	608	433	1041
2013	589	421	1010
2014	639	460	1099
2015	639	460	1099

Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

7.1. DOCENTES DE NÍVEL MÉDIO

Houve um acréscimo de 25% de docentes de nível médio, em 2015, se comparado a 2002. O percentual de docentes de nível médio com titulação de mestrado e doutorado obteve um importante crescimento ao longo dos 14 anos mensurados. Em 2002 o nível de especialização era de 24%, enquanto que o de mestrado correspondia a 55%. Neste mesmo ano, nenhum docente de nível médio possuía titulação de doutorado.

Em 2015, o nível de professores com mestrado e doutorado cresceu para 58% e 27%, respectivamente, enquanto que os que possuem nível de especialização vêm diminuindo ao longo dos anos. Neste mesmo ano, nenhum professor de nível médio tinha titulação apenas de graduação e aperfeiçoamento (Tabela 23).

A partir destes resultados podemos aferir o grau de competência do corpo docente e o potencial da UFRRJ como fator fundamental para consolidar cada vez mais a qualidade do ensino médio ofertado pela Instituição.

Tabela 05 - Evolução do número de Docentes Efetivos de Nível Médio por Titulação

Ano	Graduação	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Total
2002	6	1	24	13	0	44
2003	6	1	23	13	1	44
2004	5	1	22	14	1	43
2005	5	1	20	15	2	43
2006	5	1	13	26	2	47
2007	2	1	12	27	3	45
2008	2	1	11	30	3	47
2009	2	0	11	28	5	46
2010	1	0	11	39	7	58
2011	1	0	10	34	12	57
2012	1	0	10	34	12	57
2013	0	0	8	34	14	56
2014	0	0	8	32	15	55
2015	0	0	8	32	15	55

Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

Outro aspecto importante que pode contribuir para mensurar a qualidade do ensino é o regime de trabalho. Em 2015 96% do total de docentes de nível médio trabalhavam em regime de dedicação exclusiva (Tabela 24).

Tabela 06 - Evolução do número de Docentes Efetivos de Nível Médio por Regime de Trabalho

Ano	20 horas	40 horas	Dedicação Exclusiva	Total
2002	2	4	38	44
2003	1	4	39	44
2004	1	4	38	43
2005	1	4	38	43
2006	1	3	43	47
2007	1	3	41	45
2008	1	3	43	47
2009	1	2	43	46
2010	0	2	56	58
2011	0	2	56	58
2012	0	2	55	57
2013	0	2	54	56
2014	0	2	53	55
2015	0	2	53	55

Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

Tabela 07 - Evolução do número de Docentes Efetivos de Nível Médio por Sexo

Ano	Masculino	Feminino	Total
2002	22	22	44
2003	22	22	44
2004	22	21	43
2005	21	22	43
2006	22	25	47
2007	20	25	45
2008	21	26	47
2009	20	26	46
2010	29	29	58
2011	29	29	58
2012	29	28	57
2013	28	28	56
2014	28	27	55
2015	28	27	55

Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

A docência é caracterizada pela atuação tanto na graduação como na pós-graduação, e enseja a integração e interação entre os dois níveis, não só por projetos específicos e pelo incentivo à formação de grupos de pesquisa articulados com o ensino e extensão, mas também pela prática cotidiana do ensinar e do aprender.

A Universidade deve oferecer oportunidades de crescimento profissional aos seus docentes; associação a laboratórios de pesquisa ou proposição de novos laboratórios de acordo com as linhas de pesquisa que o docente esteja envolvido; acesso a recursos, equipamentos e recursos humanos que possam colaborar com a construção de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão. A valorização do profissional docente será incentivada pelo reconhecimento do mérito acadêmico, das oportunidades de participação na representação colegiada, na gestão universitária e no seu envolvimento com projetos de inserção nacional e internacional, além da representação da Universidade em diferentes cenários externos.

Serão estimuladas atividades docentes que envolvam mobilidade de amplitude nacional e internacional, capacitações e aperfeiçoamentos de caráter multilinguístico, pesquisas internacionais que possam cruzar fronteiras, e pesquisas com os diversos segmentos da sociedade (internacionalização).

A renovação do corpo docente deverá considerar a excelência da sua formação acadêmica, a sua produção intelectual, perfil pedagógico, assim como aspectos relacionados à experiência profissional, de gestão, formação continuada e práticas pedagógicas. A qualificação docente deve ser permanentemente apoiada e avaliada, por parte da Universidade, em todos os níveis de ensino e áreas de conhecimento (excelência).

8. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UFRRJ

Conforme disposto no Art. 6º do Estatuto da UFRRJ, “a estrutura da Universidade é composta por: Administração Central, Unidades Administrativas e Unidades Acadêmicas da Educação Superior, Básica, Técnica e Tecnológica, integradas nos campi universitários, responsáveis pela gestão institucional”. Esta estrutura está distribuída hierarquicamente nos 4 campus da Instituição, localizados no Rio de Janeiro, nos municípios de Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios e Campos dos Goytacazes.

8.1. ÓRGÃOS COLEGIADOS

Os órgãos colegiados têm a competência de deliberar sobre os assuntos estratégicos da universidade, abrangendo as áreas acadêmicas e administrativas, as medidas disciplinares, e a participação destes nas políticas externas. Conforme consta no seu estatuto, são Órgãos Colegiados Superiores da UFRRJ o Conselho Universitário, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, o Conselho de Curadores, os Conselhos de Ensino Pesquisa e Extensão de Área e o Conselho de Administração (órgão consultivo).

8.1.1. CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSU

O Estatuto da UFRRJ dispõe que o Conselho Universitário – CONSU – é o “Órgão supremo de consulta e deliberação coletiva da Universidade em assuntos acadêmicos, administrativos e disciplinares.”

Composição: o CONSU é composto pelo Reitor; Vice-Reitor; Pró-Reitor de Assuntos Administrativos; Pró-Reitor de Assuntos Estudantis; Pró-Reitor de Assuntos Financeiros; Diretores dos Institutos; Diretor do Colégio Técnico da Universidade Rural (CTUR); Diretor do Centro de Atenção Integral à Criança “Paulo Dacorso Filho” (CAIC); Diretor do Campus Campos dos Goytacazes; 10% do colegiado constituído por representantes dos técnico-administrativos; 10% do colegiado constituído por representantes dos docentes; 20% do colegiado constituído por representantes dos discentes.

Competências do CONSU: exercer, na qualidade de órgão deliberativo, a jurisdição superior da Universidade; criar, modificar ou suprimir unidades, subunidades e órgãos universitários; aprovar modificações do Estatuto e do Regimento Geral; elaborar e aprovar o Regimento Geral; elaborar, aprovar ou modificar o seu próprio Regimento; aprovar os regimentos da Reitoria e demais órgãos da Universidade; elaborar e aprovar o Projeto de Desenvolvimento Institucional; homologar o Projeto Pedagógico Institucional elaborado e aprovado pelo CEPE; autorizar a criação e suspensão de cursos de graduação e de pós-graduação, a partir de propostas aprovadas

pelo CEPE; homologar o calendário acadêmico aprovado pelo CEPE; organizar, em sessão conjunta com o CEPE, a escolha do Reitor e do Vice-Reitor, de acordo com a legislação vigente e o previsto no Regimento Geral; aprovar o Relatório de Gestão da Universidade; deliberar sobre a proposta orçamentária da Universidade, encaminhada pela Reitoria; aprovar créditos suplementares ou especiais; aprovar a criação de fundos especiais; aprovar normas de concursos públicos para técnico-administrativos; aprovar a distribuição de vagas de técnico-administrativos; avaliar propostas da Reitoria referentes à alienação de imóveis; avaliar propostas sobre convênios, ajustes, acordos e outras formas de colaboração universitária com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; determinar de qual CEPEA cada coordenação de curso de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* deve participar, por proposta do CEPE; conceder títulos honoríficos e outras dignidades universitárias; deliberar sobre suspensão de atividades universitárias; apreciar recursos contra atos do Reitor; apurar atos de responsabilidade do Reitor; aprovar intervenção em unidade universitária; deliberar sobre questões omissas no Estatuto e nos diversos regimentos da Universidade. Além das competências fixadas neste Regimento, o CONSU funciona como última instância de recursos.

8.1.2. CONSELHO DE CURADORES - CONCUR

O Conselho de Curadores – CONCUR – é o órgão superior de controle e fiscalização econômico-financeira da Universidade.

Composição: o CONCUR é composto por um representante da Reitoria; um representante do Ministério da Fazenda; um representante do Ministério da Educação; um representante de cada CEPEA, eleito entre os coordenadores de cursos; dez por cento do colegiado constituído por representantes dos docentes; vinte por cento do colegiado constituído por representantes dos discentes; dez por cento do colegiado constituído por representantes dos técnico-administrativos.

Competências do CONCUR: fiscalizar a gestão econômico-financeira da Universidade; opinar sobre o orçamento da Universidade, bem como as alterações, por solicitação da Reitoria; opinar sobre a tomada de contas dos ordenadores de despesa; opinar sobre alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio da Universidade; eleger o seu presidente e vice-presidente, com mandato de um ano, com possibilidade de uma recondução; elaborar e modificar o seu próprio Regimento; avaliar e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão da Universidade.

8.1.3. CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CEPE

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE – é o órgão superior responsável por estabelecer a política acadêmica da UFRRJ e normatizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Estão vinculadas ao CEPE as Câmaras de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão cujas composições e competências seguem o regimento interno das respectivas Pró-Reitorias acadêmicas.

Composição: Reitor; Vice-Reitor; Pró-Reitor de Extensão; Pró-Reitor de Graduação; Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; representantes dos coordenadores de cursos de cada CEPEA, eleitos pelo colegiado na proporção de um representante para cada cinco coordenações de cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*; um representante docente do CTUR; um representante docente do CAIC; um representante técnico de nível superior do Campus Campos dos Goytacazes; dez por cento do colegiado constituído por representantes dos técnico-administrativos; dez por cento do colegiado constituído por representantes dos docentes; vinte por cento do colegiado constituído por representantes dos discentes.

Competências do CEPE: estabelecer diretrizes, coordenar e supervisionar todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão; atuar como instância recursal em matérias de ensino, pesquisa

e extensão; estabelecer normas acadêmicas gerais; elaborar e aprovar o Projeto Pedagógico Institucional; apreciar propostas dos CEPEAs de criação ou suspensão de cursos de graduação e de pós-graduação; elaborar e aprovar o Calendário Escolar; aprovar revalidação de diplomas estrangeiros de graduação e de pós-graduação; aprovar a distribuição de vagas de docentes; aprovar normas de concursos públicos e outros processos seletivos para docentes; homologar parecer do CEPEA sobre resultado de concurso público para docentes; traçar normas para projetos pedagógicos de cursos em todos os níveis de ensino oferecidos pela Universidade; opinar sobre convênios de interesse para o ensino, a pesquisa e a extensão entre a Universidade e outras Instituições; organizar, em sessão conjunta com o CONSU, a escolha do Reitor e do Vice-Reitor, de acordo com a legislação vigente e o previsto neste Regimento; aprovar medidas destinadas a solucionar questões de natureza didática e científica; elaborar e aprovar seu próprio Regimento; fixar normas e aprovar o Regimento dos CEPEAs; propor ao CONSU de qual CEPEA cada coordenação de curso de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* deve participar, a partir de propostas dos CONSUNIs; aprovar o regulamento de atividades de graduação e de pós-graduação; fixar normas de afastamento para capacitação; fixar normas sobre o funcionamento da graduação e da pós-graduação; aprovar novos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, bem como as suas respectivas matrizes curriculares e reestruturações.

8.1.4. CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DE ÁREA- CEPEA

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão de Área – CEPEA – é o órgão superior responsável por estabelecer a política acadêmica de acordo com cada área de conhecimento, deliberando sobre os assuntos relativos a atividades de ensino, pesquisa e extensão da área, nos limites das normas estabelecidas pelo CEPE.

A UFRRJ dispõe de cinco CEPEAs que abrangem as áreas de Ciências Agrárias (CEPEA-CA); Ciências Biológicas e da Saúde (CEPEA-CBS); Ciências Exatas, da Terra e Engenharias (CEPEA-CETE); Ciências Humanas, Letras e Artes (CEPEA-CHLA); e Ciências Sociais Aplicadas (CEPEA-CSA).

Composição: Diretores dos Institutos que têm curso de graduação ou de pós-graduação *stricto sensu* na área; Coordenadores dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* da área; dez por cento do colegiado constituído por docentes dos cursos da área; vinte por cento do colegiado constituído por discentes dos cursos da área; dez por cento do colegiado constituído por técnico-administrativos das coordenações de cursos da área.

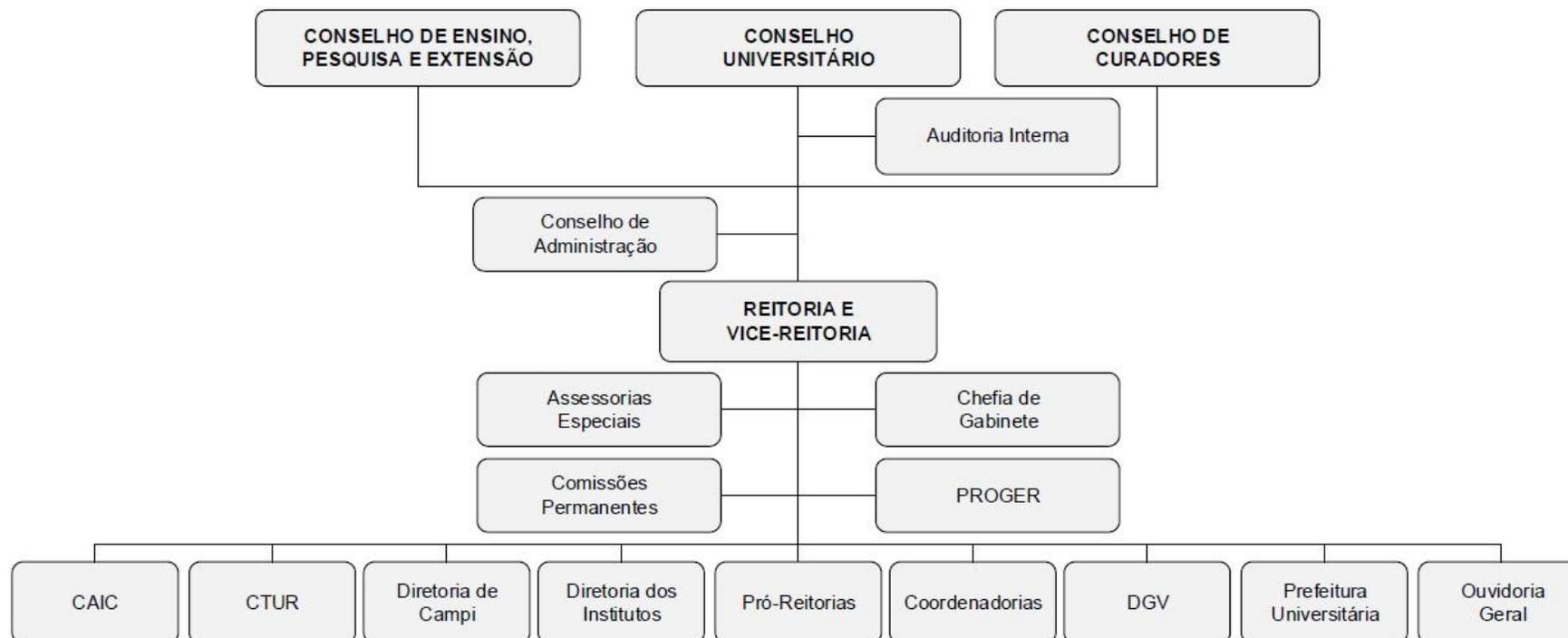
Competências do CEPEA: estabelecer a política acadêmica, coordenar, supervisionar e deliberar sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão da área; estabelecer normas acadêmicas da área, em consonância com as diretrizes emanadas do CEPE; avaliar, para encaminhamento ao CEPE, propostas de criação e suspensão de cursos de graduação e de pós-graduação da área; avaliar e emitir parecer sobre os Projetos Pedagógicos de Cursos da área e suas matrizes curriculares para encaminhamento ao CEPE; avaliar, propor e emitir parecer sobre convênios, ajustes, acordos e outras formas de colaboração universitária na área; aprovar bancas de concurso público para docentes da área, encaminhadas pelos CONSUNIs; aprovar o resultado de concurso público para docentes da área; aprovar normas gerais de acesso aos cursos de pós-graduação da área, a partir de proposta elaborada pelo Colegiado do Curso; aprovar pedidos de afastamento por mais de trinta dias para capacitação de servidores do quadro permanente; acompanhar, traçar as diretrizes de avaliação e supervisionar os cursos e programas da área.

8.1.5. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CAD

O Conselho de Administração – CAD – é o órgão consultivo responsável pela ampliação dos debates relacionados à política administrativa e financeira da Instituição, bem como pela apresentação de soluções para temas da mesma natureza.

Composição: Reitor; Vice-Reitor; Pró-Reitores; representantes de unidades administrativas e dos Conselhos de Administração de Campus; vinte por cento do colegiado constituído por representantes discentes; convidados, a critério da Reitoria.

8.2. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL



CAIC Paulo Dacorso Filho

CTUR - Colégio Técnico da UFRRJ

DGV - Divisão de Guarda e Vigilância

PROGER – Procuradoria Geral

Comissões Permanentes

Comissão de Ética

CIS - Comissão Interna de Supervisão

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente

Pró-Reitorias

PROAD - Pró-Reitoria de Assuntos Administrativos

PROAES – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROAF - Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros

PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

PROPLADI - Pró-Reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional

PROPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Coordenadorias

CPIEPE – Coordenadoria de Produção Integrada ao Ensino, Pesquisa e Extensão

CORIN – Coordenadoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais

CSJ – Coordenadoria de Comunicação Social e Jornalismo

Campi

Campus dos Goytacazes

Nova Iguaçu - IM

Três Rios - ITR

Seropédica

Institutos

IA - Agronomia

ICBS - Ciências Biológicas e da Saúde

ICE - Ciências Exatas

ICHS - Ciências Humanas e Sociais

IE - Educação

IF - Florestas

IM - Multidisciplinar

IT - Tecnologia

ITR - Três Rios

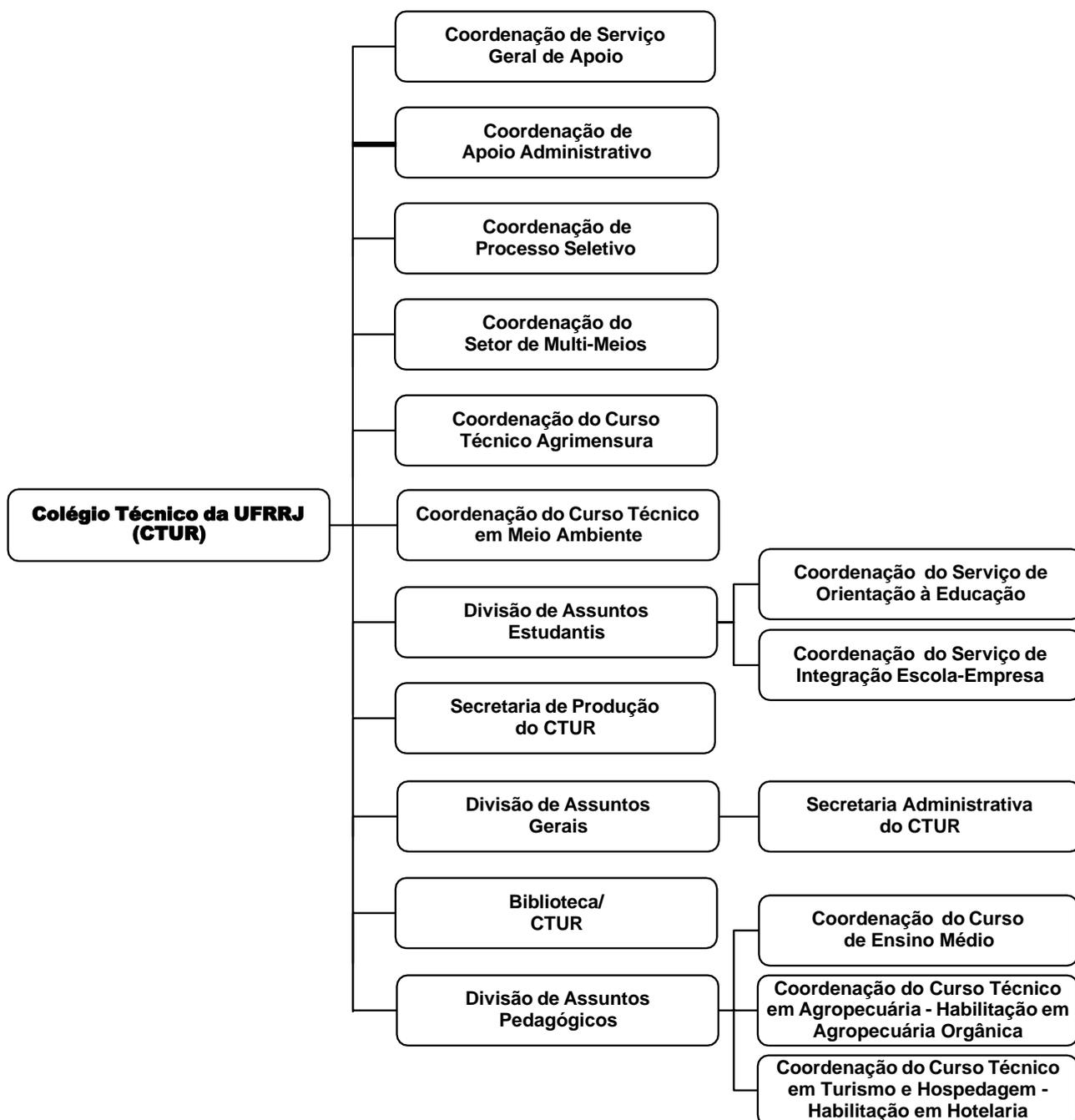
IV - Veterinária

IZ - Zootecnia

2.1. ORGANOGRAMA DAS UNIDADES ACADÊMICAS - CAIC

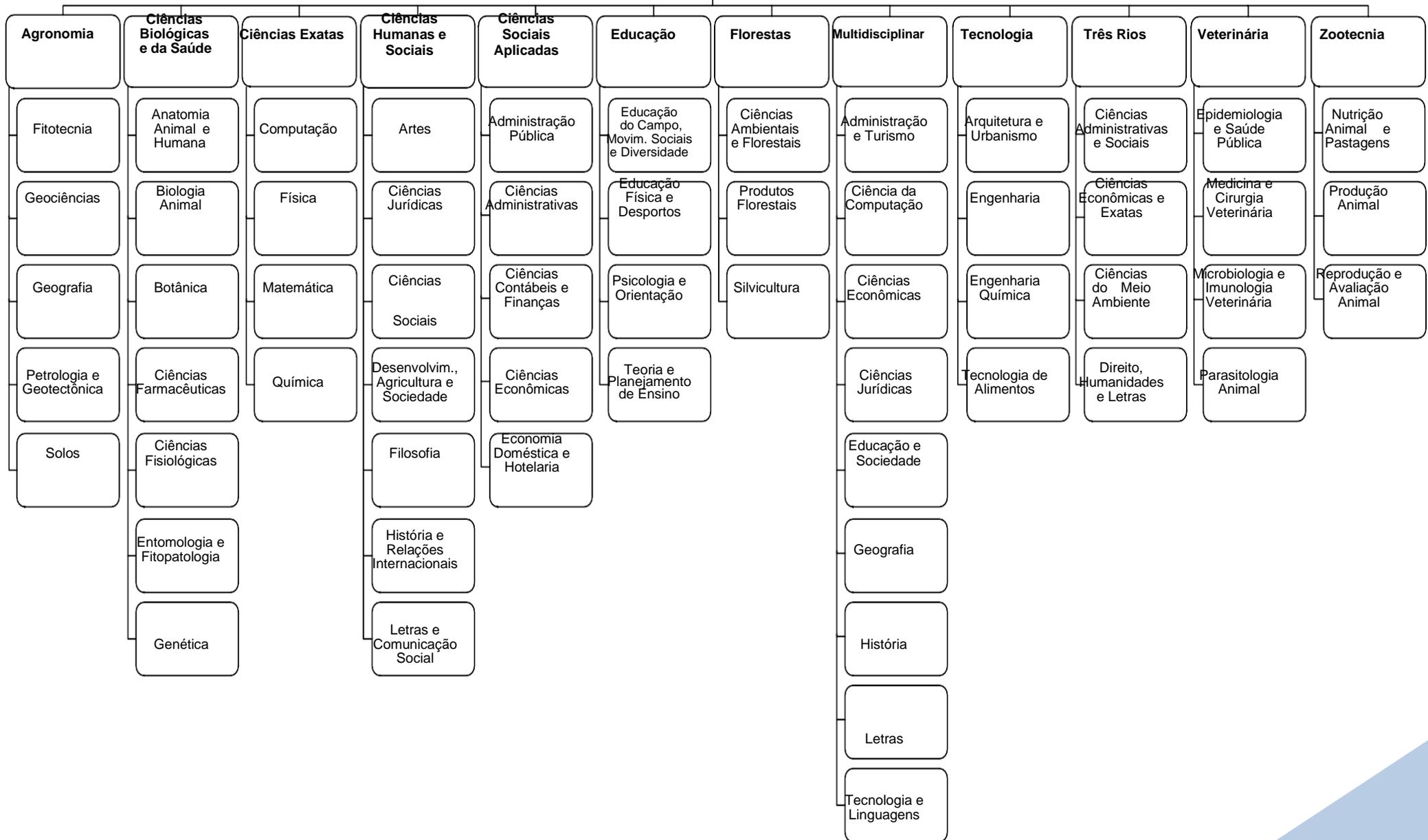


8.2.2. ORGANOGRAMA DAS UNIDADES ACADÊMICAS – CTUR

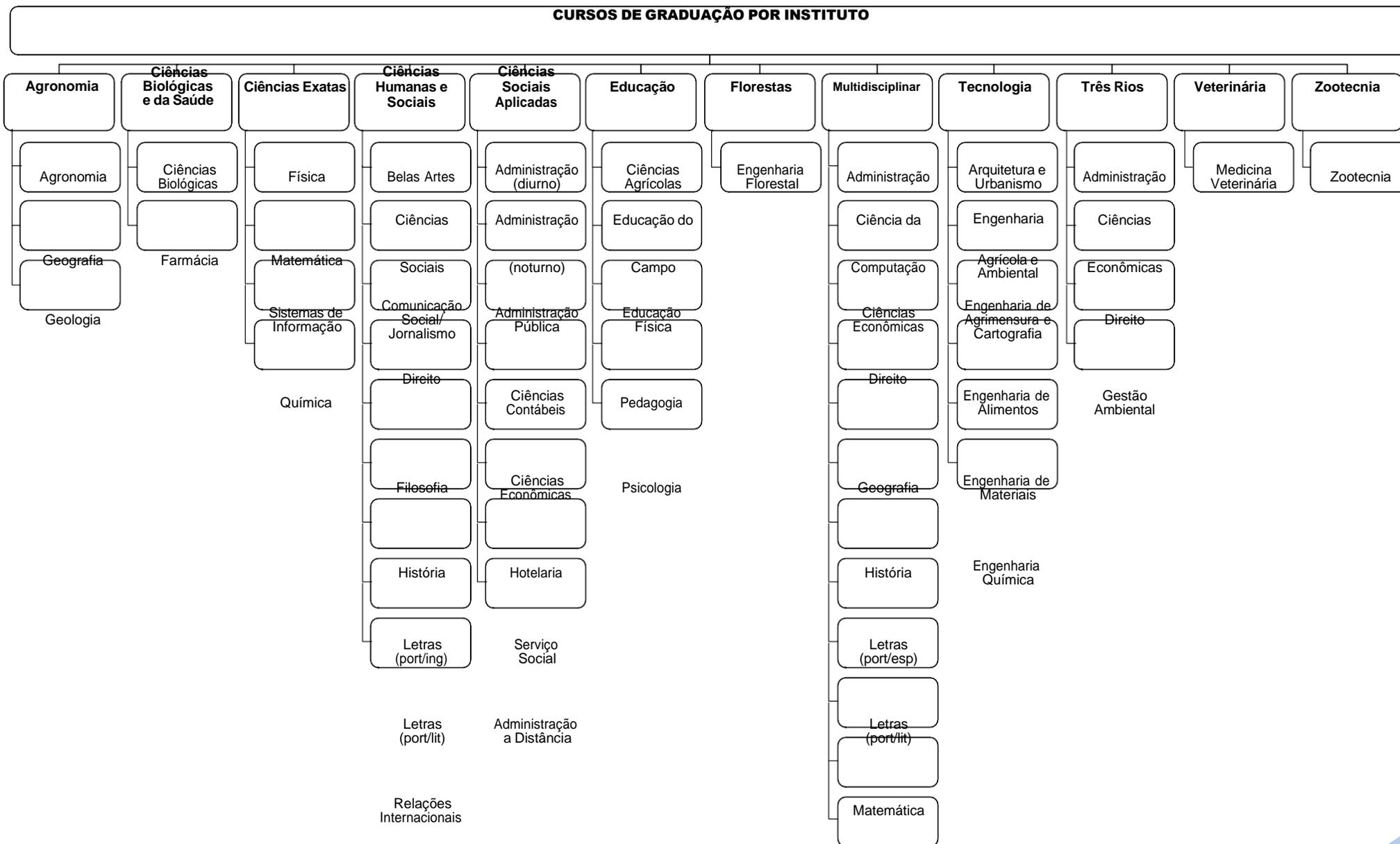


8.2.3. ORGANOGRAMA DAS UNIDADES ACADÊMICAS – DEPARTAMENTOS POR INSTITUTO

INSTITUTOS E DEPARTAMENTOS



8.2.4. ORGANOGRAMA DAS UNIDADES ACADÊMICAS – CURSOS DE GRADUAÇÃO POR INSTITUTO



9. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) representa a materialização de intencionalidades referentes aos aspectos de gestão acadêmica referenciados pelas políticas públicas registradas no Plano Nacional de Educação (PNE). Além disso, O PPI baseia-se no desdobramento da avaliação e supervisão realizada pelos órgãos externos competentes que buscam atestar o alinhamento das ações das instituições de ensino traduzidas em serviço para a sociedade.

A atualização dos Projetos Pedagógicos Institucionais são oportunidades de perceber a natureza transitória dos projetos que segundo Gadotti (1994), em muitos casos, são confundidos com planos (conjunto de objetivos, metas e procedimentos). O plano faz parte do projeto, porém não deve ser confundido com o conjunto da obra. O conjunto para o autor é necessário, no entanto:

[...] são insuficientes pois, em geral, o plano fica no campo do instituído ou melhor, no cumprimento mais eficaz do instituído, como defende hoje todo esse discurso oficial em torno da "qualidade", e em particular da "qualidade total". Um projeto necessita sempre rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa. (GADOTTI, 1997, p.1)

E é nessa direção que a UFRRJ se volta para uma aproximação da transitoriedade do instituído avaliando em quais aspectos obteve-se avanços ou retrocessos para um novo alinhamento da visão de formação que a sociedade brasileira necessita.

Para Gadotti (1994) “não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político”. E é nesse sentido que a versão do projeto parte das definições do PNE, dentre outros enfoques, e a partir do contexto restritivo e de retrocesso referentes às questões econômicas de financiamento da educação.

O desafio está posto sobretudo para as instituições públicas que são submetidas ao movimento cíclico dos fatores econômicos com imposição de redução de investimento, congelamento de remuneração de servidores e recrudescimento dos processos regulatórios. Um revés considerável em se tratando de um projeto que busca o fortalecimento dos cursos de

graduação pós Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) com os desafios inerentes às políticas de democratização e permanência no ensino superior.

A tensão recorrente entre formação cidadã e formação para o mercado, em tempos de crise, avoluma-se fazendo com que as instituições explicitem sua missão e visão de forma clara. No tocante ao tema, para que se reverbere no interior dos projetos pedagógicos de curso o enfoque a ser buscado, destacam-se o Ensino, a Pesquisa e a Extensão socialmente referenciados para uma sociedade.

Outro desafio da universidade, considerada uma organização complexa em termos de gestão, é o aspecto que Alves (2016) apresenta em sua proposta do Modelo de Referencial para Gestão Universitária relacionando os indicadores de desempenho, organizados por eixo: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Políticas e Gestão Acadêmicas (PGA) e Gestão Institucional (GI). A autoria na descrição do modelo, apresenta a lógica, o motivo de integração do planejamento, gestão e avaliação nestes termos:

A lógica principal do funcionamento do modelo está embasada na dinâmica que caracteriza a teoria sistêmica, onde a inter-relação entre as partes é essencial para a concretização dos objetivos, entendendo a IES como sistema aberto com identidade própria, cenários mapeados, propósitos definidos e senso de missão.

Neste sentido, o PPI tem o desafio de definir e congrega os vários aspectos da gestão acadêmica como documento referência em ensino, pesquisa e extensão da UFRRJ e em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional.

9.1 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A UFRRJ oferta cursos nas diversas áreas do conhecimento acadêmico, conforme estabelece sua missão e os princípios institucionais. Na graduação presencial, possui 7 cursos na área de Ciências Agrárias, 4 em Ciências Biológicas e da Saúde, 9 em Ciências Exatas, da Terra e Engenharias, 11 em Ciências Humanas, Letras e Artes e 12 em Ciências Sociais Aplicadas.

Quadro 1 - Cursos de Graduação Por Áreas De Conhecimento

CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	CIÊNCIAS EXATAS, DA TERRA E ENGENHARIAS	CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
AGRONOMIA	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	GEOLOGIA	GEOGRAFIA	CIÊNCIAS SOCIAIS
CIÊNCIAS AGRÍCOLAS	FARMÁCIA	FÍSICA	BELAS ARTES	COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO
ENGENHARIA FLORESTAL	EDUCAÇÃO FÍSICA	MATEMÁTICA	FILOSOFIA	DIREITO
ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL	GESTÃO AMBIENTAL	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	HISTÓRIA	ADMINISTRAÇÃO (DIURNO)
ENGENHARIA DE ALIMENTOS		QUÍMICA	LETRAS (PORT/ING)	ADMINISTRAÇÃO (NOTURNO)
MEDICINA VETERINÁRIA		CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	LETRAS (PORT/LIT)	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ZOOTECNIA		ENGENHARIA DE AGRIMENSURA E CARTOGRAFIA	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
		ENGENHARIA DE MATERIAIS	EDUCAÇÃO DO CAMPO	HOTELARIA
		ENGENHARIA QUÍMICA	PEDAGOGIA	SERVIÇO SOCIAL
			PSICOLOGIA	CIÊNCIAS ECONÔMICAS
			LETRAS (PORT/ESP)	TURISMO
				ARQUITETURA E URBANISMO

Na pós-graduação, dos 43 programas de pós-graduação stricto sensu, 11 são da área de Ciências Agrárias, 3 de Ciências Biológicas e da Saúde, 7 de Ciências Exatas, da Terra e Engenharias, 13 de Ciências Humanas, Letras e Artes, 4 de Ciências Sociais Aplicadas e 5 Multidisciplinar. Os cursos de ensino básico, técnico e tecnológico são ofertados nas áreas de Agrimensura, Agroecologia, Hospedagem e Meio Ambiente.

Quadro 2 - Programas de Pós-Graduação (Stricto Sensu) Por Área De Conhecimento

CIÊNCIAS AGRÁRIAS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	CIÊNCIAS EXATAS, DA TERRA E ENGENHARIAS	CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES	CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	MULTIDISCIPLINAR/INT ERDISCIPLINAR
AGROECOLOGIA E AGRICULTURA ORGÂNICA	BIOLOGIA ANIMAL	MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL	EDUCAÇÃO AGRÍCOLA	ADMINISTRAÇÃO	PRÁTICA EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA	MULTICÊNTRICO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS	MODELAGEM MATEMÁTICA E COMPUTACIONAL	CIÊNCIAS SOCIAIS	GESTÃO E ESTRATÉGIA	EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA

CIÊNCIA DO SOLO	CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS	QUÍMICA ORGÂNICA	CIÊNCIAS SOCIAIS, DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE	GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS	DIREITOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE
FITOTECNIA		ENGENHARIA QUÍMICA	FILOSOFIA	ECONOMIA REGIONAL E DESENVOLVIMENTO	INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES DIGITAIS
FITOSSANIDADE E BIOTECNOLOGIA APLICADA		QUÍMICA	HISTÓRIA		PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE
CIÊNCIAS AMBIENTAIS E FLORESTAIS		GEOLOGIA	LINGUÍSTICA E ARTES		
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS		QUÍMICA EM REDE NACIONAL	HISTÓRIA EM CIÊNCIAS HUMANAS		
ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL			DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS		
CIÊNCIAS VETERINÁRIAS			EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES		
MEDICINA VETERINÁRIA			PSICOLOGIA		
ZOOTECNIA			EDUCAÇÃO		
			GEOGRAFIA		
			DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE		

A UFRRJ, está organizada em 4 campi com suas características conforme a seguir:

9.1.1 CAMPUS SEROPÉDICA

Seropédica é um município da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro e ocupa uma área de 283.762 km². Com uma população de 78.186 mil habitantes (IBGE, Censo 2010), faz divisa com os municípios Itaguaí, Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Rio de Janeiro e Paracambi. Em 2016, o salário médio mensal era de 3.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17.0%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 3 de 92 e 46 de 92, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 42 de 5570 e 1662 de 5570, respectivamente. Considerando

domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37.4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 21 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 3102 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.5 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.6. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 83 de 92. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 77 de 92. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 97.5 em 2010. Isso posicionava o município na posição 56 de 92 dentre as cidades do estado e na posição 2904 de 5570 dentre as cidades do Brasil.



Quanto às questões estruturais, apresenta 64.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 46.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 19.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).



(Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/seropedica/panorama> - consultado em 25/03/2019)

9.1.2 CAMPUS NOVA IGUAÇU

Com uma população de mais de 796.257 habitantes, Nova Iguaçu, localizado na Baixada Fluminense, é um dos municípios mais populosos do Estado do Rio de Janeiro, ocupando mais de 520.000 km², faz divisa com os municípios de Mesquita, Belford Roxo, Duque de Caxias, Miguel Pereira, Japeri, Queimados e Seropédica. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.7 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.6.



Trata-se de um município com salário médio mensal de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de 14.0%. (Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama> – consulta em 25/03/2019)



Campus de UFRRJ, Nova Iguaçu/RJ

9.1.3 CAMPUS DE TRÊS RIOS

Com mais de 77 mil habitantes, mas com uma população flutuante de, aproximadamente, 400 mil pessoas, Três Rios é uma cidade localizada no Centro-Sul Fluminense e tem este nome devido ao encontro de três rios (Rio Paraíba do Sul, Paraibuna e Piabanha). Com uma área de 326 km², faz divisa com os municípios de Comendador Levy Gasparian, Areal, Sapucaia, Paraíba do Sul e São José do Vale do Rio Preto. Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 5.5 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.1.



Campus de UFRRJ, Três Rio/RJ



(Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/tres-rios/panorama> - consulta em 25/03/2019)

9.1.4 CAMPUS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Campos dos Goytacazes é o maior município do Estado do Rio de Janeiro com uma área de 4.026,696 km², localizado no Norte Fluminense. Com uma população de 463.731 (Censo IBGE, 2010), faz divisa com os municípios de São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, Quissamã, Conceição de Macabu, Santa Maria Madalena, São Fidélis, Cardoso Moreira, Italva, Bom Jesus de Itabapoana e Mimoso do sul (ES). (Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama> - consulta em

25/03/2019)

Possui um PIB de R\$ 19 bilhões (2008), PIB per capita de R\$ 67.445,76 (2008) e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,72. Em Campos localizam-se importantes universidades públicas (UFRRJ, UFF, IFF, UENF) e privadas (Estácio de Sá, Universo, Candido Mendes, Faculdade de Medicina Campos, ISECENSA e Centro Universitário Fluminense).



Campus de UFRRJ, Campos dos Goytacazes/RJ

O município possui 253 Pré-escolas, 319 escolas de Ensino Fundamental e 75 escolas de Ensino Médio, com 95.934 alunos matriculados (IBGE,2017). (Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/pesquisa/13/5902> - consulta em 25/03/2019)

Campus de Campos dos Goytacazes



Quantum GIS (1.7.4)
WGS 84 / UTM zone 23 S
e Google Earth

Elaboração:
Aline Harris, Bárbara Marques,
Djalma Navarro, Glaucio Theodoro,
Mariza Santos, Nathália Oliveira e
Sílvia Maria.

Turma 2011-2 do curso de Geografia
do Instituto Multidisciplinar do campus
de Nova Iguaçu.

Orientadora: Monika Richter

9.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO-METODOLÓGICOS GERAIS

Sendo a missão da UFRRJ produzir, sistematizar, socializar e aplicar os conhecimentos científico, tecnológico, filosófico, cultural e artístico por meio das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão articulados em seu desenvolvimento, delinea-se o escopo desta intencionalidade tendo em vista alguns princípios de natureza transversal que devem atravessar a formação independente da área de conhecimento.

O primeiro se refere à valorização da questão socioambiental na formação profissional e cidadã que permita o desenvolvimento de competências para o exercício da profissão como práxis voltada para a construção de soluções sustentáveis em benefício da sociedade, como princípio formativo, se apresenta de maneira desafiante na organização das atividades de ensino. Em particular, no ensino de graduação tem-se como referência as Diretrizes Curriculares de 15 de julho de 2012 aprovada pela Resolução CNE/CP nº 2 que explicitam o enfoque socioambiental (BRASIL, 2012).

A visão socioambiental complexa e interdisciplinar analisa, pensa, organiza o meio ambiente como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os elementos constitutivos dessa relação modificam-se dinamicamente e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora, aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural, cultural, e interage com ela. (BRASIL, 2012, p. 9)

A UFRRJ num esforço institucional busca o engajamento das unidades organizacionais na promoção de um ambiente formativo que disponibilize várias oportunidades de formação com o enfoque da responsabilidade socioambiental.

Outro princípio que se enlaça na questão da sustentabilidade socioambiental é a Educação em Direitos Humanos, que tem como finalidade promover a educação para mudança e a transformação social, definida no Parecer CNE/CP 08 de março de 2012 que propôs as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. É fundamentada nos seguintes princípios:

- I - dignidade humana;
- II - igualdade de direitos;
- III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV - laicidade do Estado;

V - democracia na educação;

VI - transversalidade, vivência e globalidade; e

VII - sustentabilidade socioambiental.

O parecer apresenta a definição do objetivo da Educação em Direitos Humanos no seu art. 5º:

A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário. (BRASIL, 2012, p. 21)

A UFRRJ intensificará suas ações para que alcance uma formação voltada para o respeito aos direitos humanos traduzidas, inclusive, no contexto de ampliação dos direitos ao ensino superior, desenvolvendo ações para a efetivação da oferta de vagas pela melhoria dos cursos de graduação, ampliando os mecanismos de seleção dos ingressantes, de acompanhamento e de avaliação dos cursos.

A seleção às vagas dos cursos de graduação da UFRRJ é realizada por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e, em certos cursos, com processos seletivos que agregam além do desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) outros elementos classificatórios (Belas Artes e Educação do Campo). Ressalta-se que, independente do processo seletivo de ingresso à UFRRJ em cursos de graduação, é atendida a reserva de 50% de vagas como estabelecida pela Lei 12.711 de 2012.

Por outro lado, é preciso considerar que o Ensino Superior responde a um tempo em que a formação ganha novos contornos. Assim, não se trata mais apenas de formar profissionais para atuação em um mercado de trabalho. É preciso considerar uma formação voltada para uma atuação cidadã frente a questões de natureza diversas que se apresentam em uma sociedade marcada pela desigualdade social. Neste sentido, a formação no Ensino Superior tem como desafio investir em dimensões que incluem a ética, a diversidade étnico-racial, de gênero e cultural entre outras que evidenciam seu compromisso político institucional.

Acrescenta-se a este aspecto, a emergência de novas perspectivas de aprendizagem e, por inferência, de ensino. Em um mundo em efervescente ebulição onde a ciência e a tecnologia incrementam a circulação de informações em velocidades cada vez mais crescentes, é preciso reconhecer que um ensino pautado pela transmissão-recepção já não mais se sustenta. Neste

sentido, a aprendizagem é assumida como processo que deve necessariamente envolver sujeitos na construção de significados referentes à uma área de conhecimento e, principalmente tendo como ponto de partida a apresentação de situações problematizadoras favorecendo o que Engle e Conant (2002) assumem como “engajamento disciplinar produtivo”. Para isto, a aprendizagem na sua relação com o ensino, deverá considerar não apenas conceitos técnico-científicos, mas igualmente o desenvolvimento de competências de natureza cognitiva capazes de viabilizar a reflexão crítica e sistematizada tendo como desdobramento a emergência de soluções a problemas e desafios que, em certa medida, se revertam em benefícios dentro de um contexto de formação e atuação.

Em sendo assim, se assume a aprendizagem como prática social fortalecendo a ideia de que no mundo atual será preciso investir na formação de sujeitos como “lifelong learners”. Ou seja, sujeitos que continuam a aprender para além dos espaços formais de educação como o são as instituições de ensino superior. Para isto, o investimento em novas metodologias de ensino se apresenta como um grande desafio.

A relação entre ensino e aprendizagem se apresenta como um aspecto de grande relevância a ser definido no PPI. O compromisso com os processos de aprendizagem é inerente a toda e qualquer prática formativa que se realiza em contextos formais, devendo estar, portanto, bem definido e alinhado com as políticas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão da instituição. Este compromisso se manifesta através do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) com a publicação em agosto de 2014 do novo Instrumento de Avaliação Externa que subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica (presencial). Neste instrumento estão inclusos cinco eixos contemplando as dez dimensões avaliativas definidas pelo SINAES. Aqui nos interessa destacar o eixo 3 – Políticas Acadêmicas que orienta a análise dos elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão tendo como meta o aprendizado.

Neste sentido, não se trata apenas de aferir os resultados relativos à aprovação, reprovação, abandono dos estudantes em disciplinas, mas principalmente definir políticas que se traduzam em práticas acadêmicas que viabilizem a atualização curricular e a implantação de componentes curriculares, o investimento em materiais pedagógicos e programas acadêmicos tais como a monitoria e outros que possam contribuir para que o aprendizado dos estudantes se realize sem grandes intercorrências culminando com a conclusão do curso dentro do prazo médio previsto em cada PPC.

Todos estes aspectos indicam que a versão deste PPI apresenta como desafio incisivo:

o contexto socioeconômico e de crise orçamentária do Estado Brasileiro na manutenção do financiamento à Educação agregando vários agravantes na gestão acadêmica para a garantia de um ensino de qualidade nas políticas de acesso e permanência.

9.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didático-pedagógica da Educação Básica e dos Cursos de Graduação atende além dos princípios norteadores da UFRRJ, aos requisitos legais que determinam vários aspectos da organização como é o caso das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Estes documentos legais disciplinam a estruturação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). O PPC é um documento referencial para os Cursos de Graduação onde são inscritas as características do curso, o perfil do egresso desejado e a materialização do fluxo com os elementos formativos em uma matriz curricular, bem como os aspectos metodológicos do processo ensino-aprendizagem do trabalho docente e seus desafios.

Na UFRRJ, os cursos de graduação são estruturados a partir do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com o objetivo de diversificar e racionalizar modelos de formação acadêmica, profissional e proporcionar a integração de saberes das diferentes áreas do conhecimento. São oferecidos regularmente em dois períodos letivos anuais, podendo ser ofertado um terceiro período letivo quando autorizado pelo CEPE mediante a caracterização de sua necessidade.

Na organização didático-pedagógica dos cursos a oferta é realizada nos turnos integral (7H-18H), matutino (7H-12H), vespertino (13H – 18H) e noturno (18H-22H). As definições sobre avaliação e demais aspectos da organização serão avaliados com a implementação do novo Sistema Acadêmico – SIGAA que apresenta várias formas de reestruturação dos cursos de graduação e que servirão para a construção do Regimento dos Cursos de Graduação.

O Regimento dos Cursos de Graduação tem apresentado fluxo descontínuo pela ocorrência de desafios na atuação da PROGRAD, como a implementação do SIGAA, por exemplo, sendo uma das metas principais dentro do PPI.

Neste sentido, acrescenta-se a essa dimensão mais um desafio nos termos do recrudescimento da regulação do ensino de forma que a universidade deverá se adequar às alterações relacionadas ao acesso, organização das licenciaturas e atendimento aos programas instituídos como é o caso do Programa de Formação Inicial e Continuada para Professores da Educação Básica (Profic) em substituição ao Plano Nacional de Formação de Professores da

Educação Básica (Parfor) e as alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. A última alteração da LDBEN, Lei nº 13.478, de 30 de agosto de 2017 estabelece direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado.

A complexidade da intensificação das políticas públicas relacionadas à educação superior e à educação básica dispõe um desafio contínuo para as definições estruturais dos cursos de licenciatura e bacharelado da UFRRJ.

Após as considerações preliminares dos aspectos gerais da organização didático pedagógica passa-se aos destaques de elementos que serão objetos da implementação de estudos visando às melhorias esperadas.

9.3.1 Ensino de Graduação

A UFRRJ aprovou em 2015 o Regimento da Pró-reitoria de Graduação criando a Unidade Organizacional responsável pelo acompanhamento e avaliação dos cursos de graduação. Tais cursos têm seus PPC's acompanhados identificando-se o estabelecimento de novas diretrizes curriculares, relatórios de avaliação externa nos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), bem como os mecanismos de avaliação interna, como é o caso da avaliação de disciplinas.

O acompanhamento da Taxa de Sucesso de Graduação (TSG) do Tribunal de Contas da União (TCU) que visa ao alcance das metas inscritas no Plano Nacional de Educação (PNE) é outra métrica que direciona o acompanhamento didático-pedagógico dos cursos, identificando os possíveis fatores que interferem no fluxo acadêmico, o que resultaria nas ocorrências de evasão (saída da instituição sem ter completado o processo formativo) e das retenções (permanência do estudante no curso que excede o tempo mínimo de conclusão dos componentes curriculares).

A atenção a essas ocorrências impõe o monitoramento que apontem para a avaliação dos aspectos envolvidos no processo ensino-aprendizagem e que contribuem para essas ocorrências negativas do desempenho acadêmico (evasão e retenção). Para tanto, a PROGRAD (Pró-reitoria de Graduação) da UFRRJ pretende definir ações de avaliação a serem realizadas pelas coordenações de cursos de graduação, bem como a construção do Regimento da

Graduação (em elaboração) onde serão registrados os aspectos da organização didático-pedagógica.

Tratando-se de um processo formativo que agrega tanto os elementos de aprendizagem quanto os de ensino, a UFRRJ busca ampliar suas ações no levantamento dos fatores relacionados à prática docente. Objetiva-se com isso identificar possíveis aspectos que deverão ser pontuados para a mitigação de fatores agravantes do desempenho acadêmico.

Na outra ponta do processo, do estudante, as ações estão sendo intensificadas para uma melhoria nos processos de identificação dos fatores que levam os estudantes aos índices de reprovação, trancamento de matrícula e evasão, seja nas questões pedagógicas com as tutorias, monitorias ou mesmo em apoio à permanência com os recursos socioeconômicos realizados em articulação com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

9.3.2 POLÍTICA DE ENSINO

As políticas de Ensino são referenciadas pelas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) que são:

- I. erradicação do analfabetismo;
 - II. universalização do atendimento escolar;
 - III. superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
 - IV. melhoria da qualidade da educação;
 - V. formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
 - VI. promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
 - VII. promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
 - VIII. estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
 - IX. valorização dos(as) profissionais da educação;
- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Dentre as dez diretrizes destacam-se as que estão relacionadas diretamente à atuação

da UFRRJ na sociedade, como a erradicação do analfabetismo, promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação, melhoria da qualidade da educação, formação para o trabalho e para cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade, promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país e promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

As diretrizes são desdobradas por tema e metas nas quais a UFRRJ poderá atuar, conforme Tabela 8:

Tabela 8. Temas e metas do PNE aplicados à UFRRJ

Tema	Meta																				
Qualidade da educação básica / Ideb (7)	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th>Ideb</th> <th>2015</th> <th>2017</th> <th>2019</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EF iniciais</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> <td>5,7</td> <td>6,0</td> </tr> <tr> <td>EF finais</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> <td>5,5</td> </tr> <tr> <td>EM</td> <td>4,3</td> <td>4,7</td> <td>5,0</td> <td>5,2</td> </tr> </tbody> </table>	Ideb	2015	2017	2019	2021	EF iniciais	5,2	5,5	5,7	6,0	EF finais	4,7	5,0	5,2	5,5	EM	4,3	4,7	5,0	5,2
Ideb	2015	2017	2019	2021																	
EF iniciais	5,2	5,5	5,7	6,0																	
EF finais	4,7	5,0	5,2	5,5																	
EM	4,3	4,7	5,0	5,2																	
Alfabetização da população com 15 anos ou mais / Erradicação do analfabetismo absoluto (9)	Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional.																				
Acesso à educação superior (12)	Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.																				
Qualidade da educação superior / Titulação do corpo docente (13)	Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores.																				
Formação dos profissionais da educação/professores da educação básica com formação específica de nível superior (licenciatura na área de conhecimento em que atuam)	Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os																				

	incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
--	--

Fonte: PNE 2014-2024

As Instituições de Ensino Superior – IES têm dupla responsabilidade com a sociedade, pois além de formar os quadros de profissionais que atuarão no mercado de trabalho, e em se tratando dos cursos de licenciatura, ainda contribuirão para a formação dos profissionais que atuarão na educação básica na expectativa que se alcance as metas relacionadas a melhoria dos ensinos fundamental e médio.

Neste sentido, seguem-se as políticas de ensino ordenadas para o atingimento dos objetivos do PNE.

9.3.2.1 Valorizar o Ensino de Graduação

A valorização do Ensino de Graduação como uma das atividades-fim da UFRRJ atendendo a alguns elementos principais elencados a seguir:

Ocupação das vagas remanescentes

A definição da ocupação das vagas remanescentes deve ser potencializada pela oferta de vagas ociosas por meio de outros processos seletivos como a Transferência Externa e Reingresso (interno e externo). Sendo assim, as coordenações de curso disporão o número de vagas a serem ocupadas por esses processos seletivos respeitando-se a capacidade de utilização dos espaços acadêmicos e a manutenção da qualidade dos cursos de graduação referentes ao número de estudantes por professor e infraestrutura. (Deliberação CEPE nº 6, de 26 de fevereiro de 2010).

Mobilidade intercampi, estadual, nacional e internacional

Incentivar a participação dos estudantes em programas de mobilidade acadêmica considerando o investimento em um processo de flexibilização de trajetória acadêmica que permitirá de um lado, a superação de intercorrências tal como reprovação e retenção que podem comprometer o tempo previsto de conclusão de curso e, de outro, a possibilidade de vivenciar experiências formativas em outras instituições. Neste sentido a imersão em contextos sociais e culturais diversos, propicia ao aluno o enriquecimento e a ampliação da visão de mundo.

O investimento nesta política deverá ser conduzido em uma relação estreita com a

Coordenadoria de Relações Internacionais da UFRRJ de modo a termos firmados os convênios que autorizam a mobilidade desses estudantes.

Otimizar Programas Institucionais de Apoio aos Estudantes

Os programas institucionais de apoio acadêmico aos estudantes (tutoria, acompanhamento dos ingressantes e concluintes) visam à melhoria dos serviços acadêmicos superando-se as possíveis deficiências acumuladas ao longo da trajetória acadêmica. Atualmente dois programas dessa natureza são conduzidos pela PROGRAD.

O programa de monitoria, já consolidado, atende a disciplinas em diferentes áreas de conhecimento e corresponde a um grande investimento acadêmico e orçamentário já que os monitores recebem bolsas para desenvolver suas atividades.

O outro é o de Tutoria, iniciado em 2015 como projeto piloto, apresentou resultados satisfatórios culminando com sua aprovação em 2016, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Ambos os projetos contam com uma unidade organizacional na PROGRAD (Departamento de Programas Acadêmicos) destinada a acompanhar administrativa e academicamente programas dessa natureza.

Formação Continuada de Docentes – UFRRJ

O docente tem um papel importante nas instituições de educação superior, pois sua atuação é imprescindível na formação de profissionais qualificados e como cidadãos comprometidos com a sociedade. Diante disso, a formação continuada de professores é uma medida necessária para atualização e melhoria da prática docente, sendo assim compreendida como um processo de aprendizagem permanente e de desenvolvimento profissional.

A Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Cursos de Graduação (DAACG) iniciou, em fevereiro de 2019, um estudo sobre as contribuições das Metodologias Ativas na Educação, tendo em vista as contribuições dessas novas abordagens pedagógicas para a aprendizagem significativa para que seja realizado um curso de Formação Continuada aos professores da UFRRJ acerca dessa temática, de modo a melhorar a prática pedagógica, contribuindo assim para o processo de aprendizagem dos estudantes dos cursos de graduação.

9.3.2.2 Valorizar as Licenciaturas e a Educação Básica

Formação de Professores da Educação Básica

Com a aprovação da Resolução CNE/CP nº 2/2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, a Comissão Permanente de Formação de Professores (CPFP), vinculada à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) vem atuando na atualização da Política Institucional de Formação de Professores, através de reuniões com coordenadores e representantes de cursos de Licenciatura e na criação de subcomissões como grupo de trabalho para a análise e implementação da reestruturação curricular dos cursos de licenciatura da UFRRJ, em atendimento a resolução.

Nesse sentido, o processo de reestruturação curricular dos cursos de licenciatura da UFRRJ segue uma construção coletiva, ao reconhecer o currículo enquanto um instrumento de formação humana e, no contexto da formação de professores, a construção do currículo, a partir de uma perspectiva emancipatória da educação, torna-se o elemento importante para a melhoria da Educação Básica e de mudança social.

Fortalecimento dos programas acadêmicos (acompanhamento e avaliação)

Outra ação imprescindível para o sucesso acadêmico são os programas de acompanhamento do desempenho dos estudantes relacionados aos conceitos positivos como permanência e conclusão de curso.

A PROGRAD trabalha na ampliação do Programa de Tutoria para as disciplinas do ciclo básico, bem como os estudos de outras ações com a implementação de programas de acompanhamento mais operacionalizado pelo Sistema Acadêmico -SIGAA.

As ações desenvolvidas nesse sentido sofreram um revés pois o Sistema INTEGRA desenvolvido com a participação das coordenações de curso e que contava com vários recursos para o acompanhamento dos índices docentes, discentes e cursos, teve seu funcionamento interrompido pela ação da Coordenadoria de Informática que apontou para a instituição do SIGAA.

Neste sentido o desafio de implementar mecanismos de acompanhamento está associado ao desenvolvimento e utilização de ferramentas do SIGAA. O SIGAA já dispõe do Regime de Observação de Desempenho Acadêmico (R.O.D.A.), com o perspectiva de

implantação na UFRRJ. O R.O.D.A. foi “criado na tentativa de minimizar os cancelamentos de programa por Desempenho Acadêmico Insuficiente. O R.O.D.A, que funciona como uma espécie de “sinal amarelo” e uma tentativa, através de orientação, de se contornar uma situação de desempenho acadêmico preocupante para o discente”.

9.3.2.3 Implementar Políticas e Programas de Ações Afirmativas

Consolidação de Cotas

A partir da aprovação da Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016, referente à instauração da política de cotas para o acesso aos cursos de graduação, a PROGRAD constituiu três comissões, a saber:

1) Comissão de Análise Socioeconômica, para análise da documentação de renda dos candidatos declarados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em atividade desde 2013;

2) Comissão de Verificação de Autodeclaração étnico-racial, criada em 2018.1, para a realização da entrevista dos candidatos autodeclarados pretos e pardos, atendendo a recomendação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;

3) Comissão Permanente Multiprofissional de Acessibilidade para avaliação médica dos candidatos inscritos em vagas para pessoa com deficiência, a partir de 2017.

As comissões são compostas por servidores docentes e servidores técnicos-administrativos efetivos da UFRRJ, levando em consideração o compromisso profissional e social dos servidores públicos na efetivação do ato administrativo, conduzido com rigor e responsabilidade, a fim de atender as exigências descritas na lei e nos documentos relacionados ao atendimento dessas políticas aprovados pelo Ministério da Educação, dando assim garantia a ocupação da vaga dos cursos de graduação da UFRRJ aos sujeitos de direito das ações afirmativas.

9.3.2.4 Permitir a inclusão e a permanência de alunos com deficiência

Acessibilidade / Inclusão

As políticas de inclusão e acessibilidade são realizadas através do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ/ NAI-UFRRJ que atualmente é constituído por representantes de todos os segmentos da instituição. O NAI-UFRRJ encontra-se em fase de consolidação e atua diretamente no levantamento das demandas específicas de alunos com

deficiência encaminhando-as diretamente para as instâncias responsáveis. Além disso, o NAI-UFRRJ passou a acompanhar diretamente o processo de análise dos candidatos que ingressam à instituição pela reserva de vagas para pessoas com deficiência – Lei nº 13.409/2016.

9.3.2.5 Avaliar sistematicamente cursos, unidades curriculares e docentes

Referência obrigatória a qualquer programa ou ação de melhoria da educação, o Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024.

O fulcro do PPI ancora-se obrigatoriamente no PNE como referência para a política, os programas e ações para a melhoria do ensino de graduação.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE

Dentre as metas, a Meta 12 do PNE (2014-2024) está a relacionada à educação superior, com a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para noventa por cento, além de ofertar, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos. Outro quesito é de elevar a relação de estudantes por professor(a) para dezoito, mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior.

A elevação da qualidade da educação superior (Meta 13) apresenta como estratégia a indução de processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente. Citam-se outras estratégias:

- promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

- elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir noventa por cento e, nas instituições privadas, setenta e cinco por cento, em 2020, e fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em cinco anos, pelo menos sessenta por cento dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a sessenta por cento no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e, no último ano de vigência, pelo menos setenta e cinco por cento dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a setenta e cinco por cento nesse exame, em cada área de formação profissional.

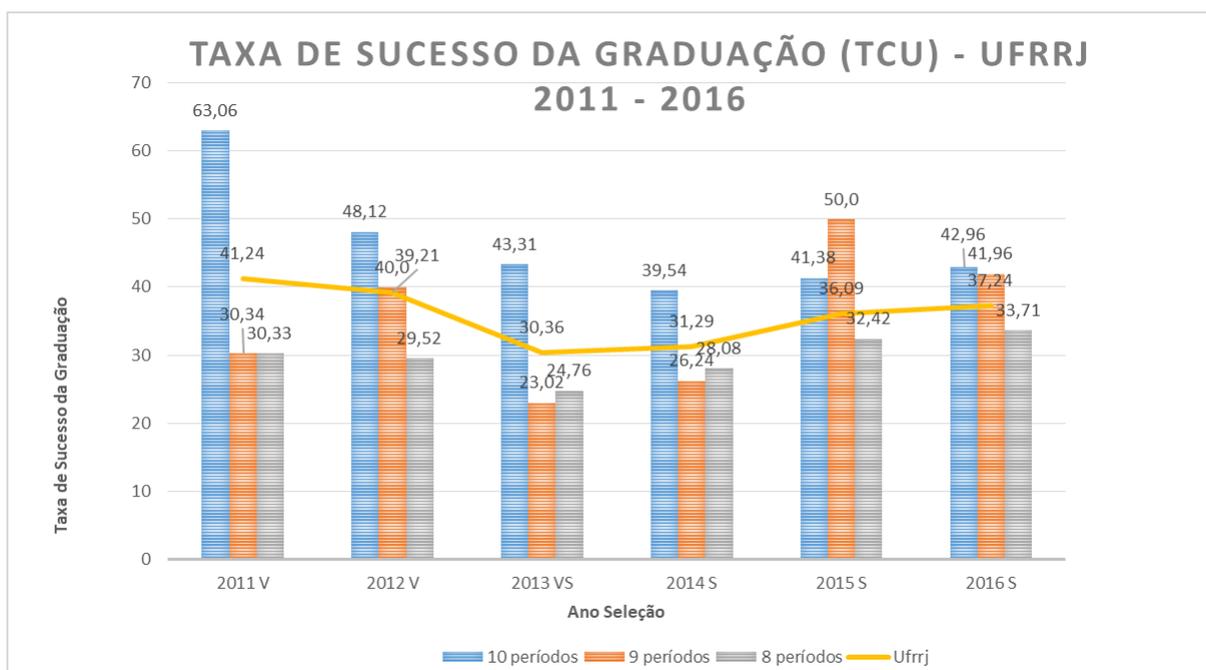
TAXA DE SUCESSO DA GRADUAÇÃO

Dentre as ações previstas no PNE encontra-se a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para noventa por cento e, em adição, a matriz orçamentária prevê o repasse de verbas por estudantes que concluem e não pelo número de estudantes ingressantes.

Este ordenamento reforça a necessidade de uma política de ensino que acompanhe os fatores que interferem no desempenho acadêmico identificando os fatores negativos do fluxo como a evasão e a repetência.

A Taxa de Sucesso da Graduação - TSG, é um índice definido pelo TCU para o acompanhamento do atingimento de metas da política nacional para o ensino superior que apura o percentual de estudantes que concluíram os cursos no tempo médio de integralização dos componentes curriculares.

Os dados da TSG referentes à UFRRJ em 2016 estão apresentados no Gráfico 1.



FONTE: PROGRAD, 2017

Destaca-se a importância dos processos de autoavaliação dos cursos, o estudo dos índices de evasão e repetência no ciclo básico, bem como o acompanhamento dos egressos como forma de avaliação da qualidade do serviço educacional prestado em relação a sua atuação profissional.

AUTOAVALIAÇÃO DOS CURSOS

A autoavaliação dos cursos responde pelo acompanhamento da execução dos Projetos Pedagógicos em alinhamento ao PPI/PDI identificando-se os pontos fortes e fracos para uma gestão acadêmica mais efetiva que passa pelo acompanhamento do fluxo da matriz curricular como materialização de uma intenção de formação alinhada com o perfil do egresso desejado.

Marcovitch (2015) apresentando o modelo de universidade como Sistema, partindo da experiência na Universidade de São Paulo – USP, apresenta assim a graduação como um processo relacionado à atividade fim gerando resultados e impactos.

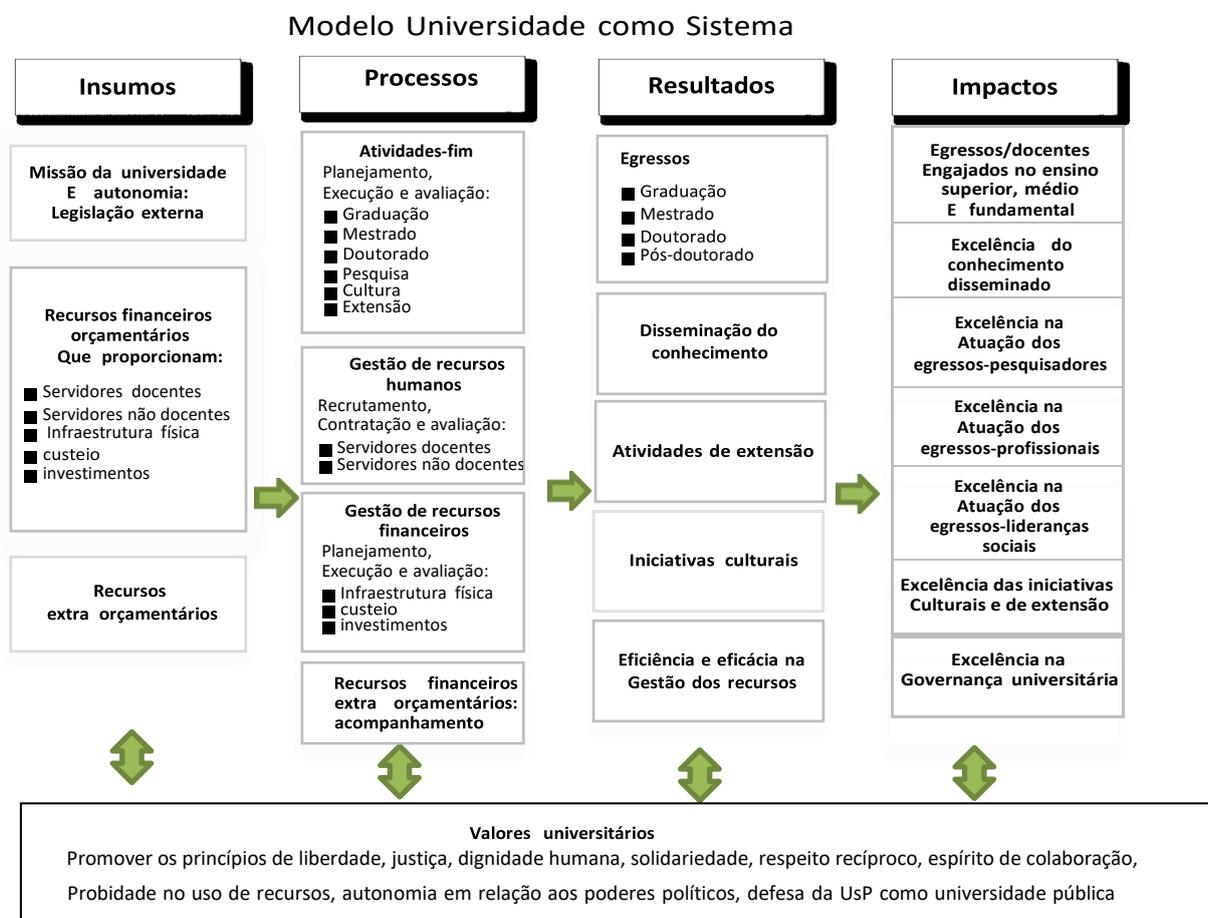


Figura 1 – Modelo Universidade como Sistema (Fonte: Marcovitch, 2015)

Neste sentido, o movimento contínuo de autoavaliação promoverá a identificação dos resultados que poderão ser tratados visando a melhoria contínua dos índices de satisfação.

9.3.2.6 Acompanhamento dos Projetos Pedagógicos de Cursos

Passados 20 anos da instituição das diretrizes curriculares nacionais em substituição aos currículos mínimos definidos pelo Conselho Federal de Educação, temos um novo cenário para a estruturação na oferta dos cursos de graduação. No Quadro 3 pode-se constatar as principais diferenças de enfoque na organização didático-pedagógica dos cursos de graduação na relação Currículos Mínimos e Diretrizes Curriculares Nacionais.

Quadro 3 - Principais diferenças entre Currículo Mínimo e Diretrizes Curriculares Nacionais

Aspectos da formação no Ensino Superior	Currículos Mínimos	Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)
Certificação	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a emissão de um diploma para o exercício profissional • Fixados para uma determinada habilitação profissional, assegurando direitos para o exercício de uma profissão regulamentada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não se vinculam a diploma e a exercício profissional, pois os diplomas, de acordo com o art. 48 da LDB, se constituem prova, válida nacionalmente, da formação recebida por seus titulares. • Variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa.
Profissionalização	Concepção do exercício do profissional, cujo desempenho resultaria especialmente das disciplinas ou matérias profissionalizantes, enfeixadas em uma grade curricular, com os mínimos obrigatórios fixados em uma resolução por curso.	A formação de nível superior como um processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, de acordo com o perfil de um formando adaptável às novas e emergentes demandas
Inovação e flexibilização	Inibiam a inovação e a criatividade das instituições, que não detinham liberdade para reformulações naquilo que estava, por Resolução do CFE, estabelecido nacionalmente como componentes curriculares e até com detalhamento de conteúdos obrigatórios.	Flexibilização curricular e a liberdade de as instituições elaborarem seus projetos pedagógicos para cada curso segundo uma adequação às demandas sociais e do meio e aos avanços científicos e tecnológicos, conferindo-lhes uma maior autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos.
Conteúdos curriculares	Muitas vezes atuaram como instrumento de transmissão de conhecimentos e de informações, inclusive prevalecendo interesses corporativos responsáveis por obstáculos no ingresso no mercado de trabalho e por desnecessária ampliação ou prorrogação na duração do curso.	Orientam-se na direção de uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.
Perfil do egresso	Um profissional “preparado”	Profissional adaptável a situações novas e emergentes
Intencionalidade de formação	Mensurar desempenhos profissionais no final do curso.	Referencial para a formação de um profissional em permanente preparação, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno, apto a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção de conhecimento.

Fonte: Carvalho & Dalvo (no prelo)

Destaca-se, além da flexibilização curricular e a autonomia na definição dos currículos plenos, ainda que:

Nas DCN, no aspecto da organização da oferta, busca-se evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação, incluindo orientações para a condução de avaliações periódicas, com instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas, o fortalecimento da articulação da teoria com a prática, onde se valoriza a pesquisa individual e coletiva, os estágios e a participação em atividades de extensão. (Carvalho e Dalvo, no prelo)

Os cursos da UFRRJ serão conduzidos a estudos que viabilizem a otimização da organização curricular, evitando-se o prolongamento dos cursos que atualmente apresentam cargas horárias que chegam a atingir quase 50% a mais do que é definido como mínima nas diretrizes curriculares conforme se observa na Tabela 9. Esta ocorrência pode ser entendida como um fator que contribui para a retenção dos estudantes nos cursos.

Tabela 9. Duração dos cursos de graduação em relação às diretrizes curriculares maior que 10%.

Curso	CHM(DCN)	UFRRJ		% DCN	OBS
Comunicação Social	2.700	2016	3000	11	
Agronomia	3.600	2010	4070	13	
Geologia	3.600	2008	4085	13	
Ciências Sociais	2.400	2010	2730	14	Bacharelado
Administração	3.000	2012	3440	15	EAD
Medicina Veterinária	4.000	2015	4595	15	
Engenharia Florestal	3.600	2013	4145	15	
Matemática	2.400	2016	2770	15	Bach./Seropédica
Matemática	2.400	2010	2810	17	MAC/Nova Iguaçu
Farmácia	4.000	2016	4715	18	
Engenharias	3.600	2008	4280	19	Alimentos
Zootecnia	3.600	2014	4355	21	Matriz 2009 PROGRAD
Computação e Informática	3.000	2012	3680	23	
Engenharia Agrícola	3.600	2015	4480	24	
Engenharias	3.600	2010	4510	25	Agrimensura e Cartográfica
Turismo	2.400	2010	3035	26	
Arquitetura e Urbanismo	3.600	2008	4640	29	
Matemática	2.400	2016	3115	30	MAC/Seropédica
Economia Doméstica	2.400	2013	3230	35	Bacharelado
Química	2.400	2014	3385	41	Bac./Noturno
Química	2.400	2014	3425	43	Bach./Integral
Geografia	2.400	2009	3455	44	Bach./Seropédica

Fonte: PROGRAD/DAACG, 2017

Pode-se observar que os cursos de bacharelado de Química e Geografia são o que mais excedem a carga horária mínima definida pela Câmara de Ensino Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) na Resolução CNE/CES nº 02/2007, bem como a Resolução nº 4/ 2009 (cursos de Ciências Biológicas, Farmácia e Educação Física).

Junto à ação de acompanhamento das cargas horárias dos cursos de bacharelado, agrega-se o desafio de organização dos currículos dos cursos de licenciatura pela determinação da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

9.3.2.7 Programa Institucional de Formação de Professores para a Educação Básica da UFRRJ

O investimento na Formação de Professores tem sido uma ação constante da UFRRJ para além dos dispositivos legais que apontam para orientações regulatórias e avaliativas. No processo de expansão vivido pela instituição a partir de 2006, verifica-se a criação de novos cursos particularmente no campo da educação. Atualmente a UFRRJ oferta 19 cursos de licenciatura.

Além disso, a partir de 2010, a instituição aderiu ao PARFOR oferecendo cursos de Licenciatura em Pedagogia, História, Letras e segunda Licenciatura em Filosofia para professores em exercício em redes públicas de modo a atender uma demanda regional. Ao mesmo tempo, que se realiza esta inserção dos cursos de licenciatura na UFRRJ, reconhece-se a importância de se estabelecer uma política institucional acerca da formação de professores.

Particularmente, verifica-se o primeiro passo nesse sentido ao se aprovar a Deliberação CEPE nº 138 de 2008 que define normas para a organização didático-pedagógica das licenciaturas e aprova a constituição de uma Comissão Permanente de Formação de Professores (CPFP) que tem como meta estabelecer um diálogo entre coordenações de curso garantindo a discussão em torno de concepções e perspectivas formativas de professores, bem como de avaliação dos processos de implantação de componentes curriculares.

9.3.2.8 Módulo Especial de Disciplinas

A retenção nos cursos de graduação pode ser identificada pelos índices de trancamento de matrícula, além dos índices de reprovação nas disciplinas, resultando em um prejuízo no tempo de integralização do curso (conclusão).

Na figura 2, é demonstrado os dados isolados do segundo período de 2017 dando uma visão da movimentação acadêmica neste período dimensionando-se a problemática do alto

número de estudantes evadidos e baixo número de formandos proporcionalmente ao número de estudantes ingressantes.

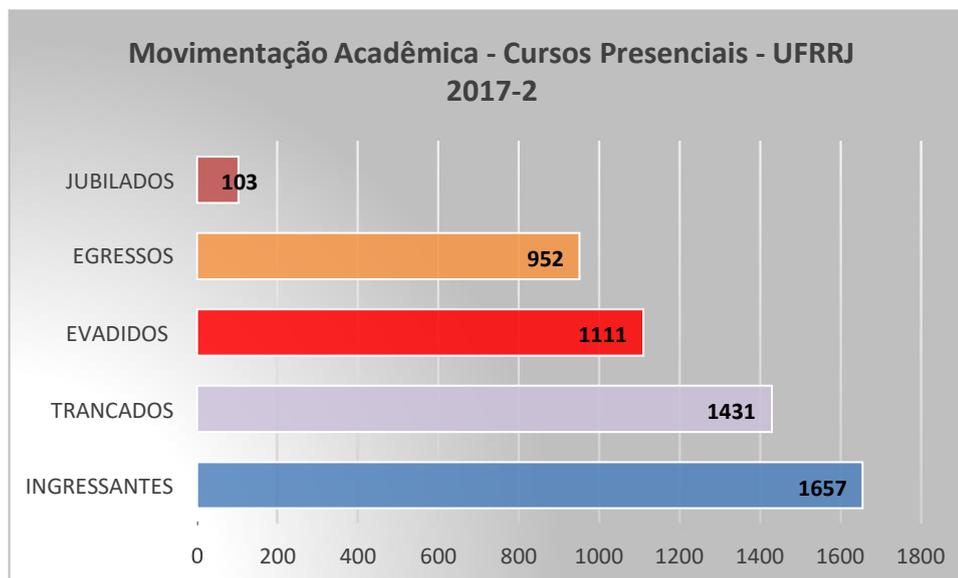


Figura 2: Movimentação Acadêmica – UFRRJ 2017- 2 (Fonte: DAACG/PROGRAD, 2017)

Foram 1657 ingressantes segundo as formas de ingresso Vestibular / SISU – 1487, Reingresso Interno – 14 e Ex-Ofício – 2. Os egressos foram 952 entre os integralizados (32) e os que colaram grau (920). Neste período foram registradas 1111 evasões, considerando os cancelamentos (373), desligamentos (734) e transferências externas (4).

Os jubilamentos (103) apesar de serem considerados institucionalmente como evasão, foram registrados em separado, indicando-se o grupo de estudantes que não conseguiu terminar os seus cursos no tempo máximo de integralização definido no Projeto Pedagógico do Curso. E, por fim, o registro de 1.431 estudantes com matrícula trancada. (Fonte: Módulo Acadêmico – Rotatividade de Cursos, em 25/04/2017).

Dentre as razões de baixa integralização temos a retenção tanto em disciplinas que fazem parte da estrutura da matriz curricular, com grande cadeia de pré-requisitos, quanto disciplinas “soltas” que comprometem a integralização dos cursos, no período mínimo ou médio de conclusão do curso.

Dentre essas disciplinas que comprometem a integralização, podemos citar: a Matemática I (IC 251), obrigatória para 06 cursos de graduação – Agronomia, Engenharia Florestal, Ciências Econômicas, Administração, Administração (Noturno) e Farmácia, chegando a compor com 16 disciplinas em cadeia de pré-requisito.

No caso do Curso de Engenharia Florestal, curso que apresenta o maior impacto na cadeia de pré-requisitos, 16 disciplinas, que representam 58 créditos, 870 horas, respondendo por 24% da carga horária das disciplinas do curso em créditos obrigatórios (3.585h).

A Figura 3 apresenta as informações do impacto da cadeia de pré-requisitos a partir da disciplina IC 251 no curso de Engenharia Florestal.

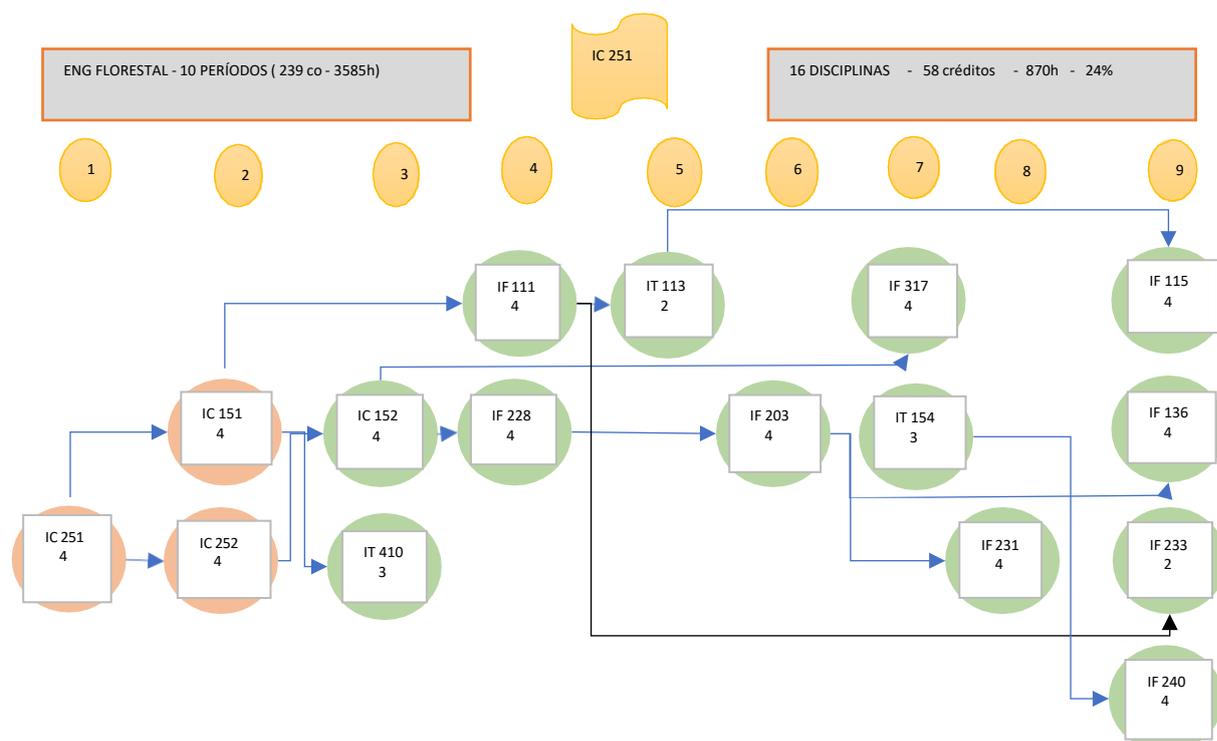


Figura 3: Eng^a Florestal – Cadeia de pré-requisitos – IC 251 (Fonte: DAACG/PROGRAD, 2017)

Na figura 4, observa-se o desempenho acadêmico dos estudantes na disciplina Matemática I (IC 251) do Instituto de Ciências Exatas, nos períodos de 2014 I a 2016 II. Os períodos de 2014 I e 2016 I registraram os maiores percentuais de retenção, 64,7 e 59, respectivamente.

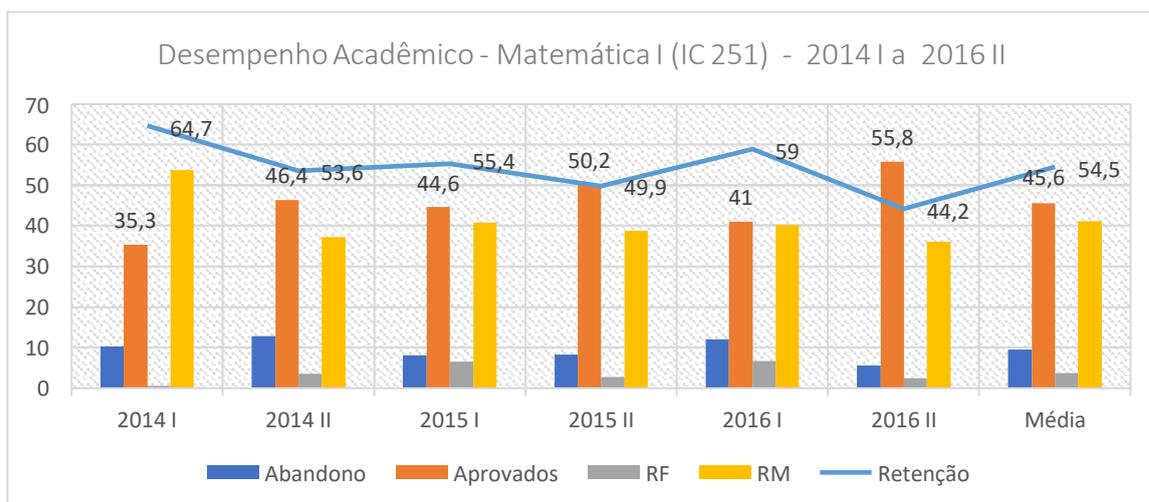


Figura 4: Desempenho Acadêmico de estudantes na disciplina Matemática I – 2014 I a 2016 II (Fonte: DAACG/PROGRAD, 2017)

Neste sentido, a PROGRAD lançará um programa de Módulo Especial de Disciplinas (MED) que comporá as ações que visam à diminuição dos índices de repetência e retenção. O MED consiste na organização de turmas especiais, com oferta diferenciada para estudantes retidos por reprovação por média superior a 3,5.

O MED comporá o conjunto de ações para melhoria do desempenho acadêmico dos cursos de graduação.

9.4 POLÍTICA DE EXTENSÃO

As Políticas de Extensão são ações norteadoras que articulam a extensão universitária com os princípios e objetivos da UFRRJ. No que diz respeito ao diálogo com a comunidade, através de programas e projetos de extensão, pretende-se até 2020 a consolidação das atividades já existentes e a aprovação de novos projetos junto a órgãos externos, ressaltando-se que ainda é muito escassa a oferta de editais públicos voltados para a extensão universitária.

9.4.1. Conceitualização da extensão universitária

Entende-se por Extensão Universitária, o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, articulado com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável, que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.

As atividades de Extensão Universitária a serem desenvolvidas na UFRRJ seguem o estabelecido pelo Plano Nacional de Extensão (1999) e o preconizado pela Política Nacional de Extensão Universitária (2012).

São consideradas atividades de Extensão Universitária: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, assessorias e consultorias nas áreas técnica, científica, artística, cultural e esportiva.

As atividades de Extensão Universitária estão organizadas nas seguintes linhas temáticas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho.

São diretrizes básicas das atividades de Extensão Universitária da UFRRJ: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade entre Ensino – Pesquisa – Extensão; Impacto na Formação do Estudante; Impacto e Transformação Social.

9.4.2 Políticas de extensão da UFRRJ através de seus setores

A política de extensão da UFRRJ em sua dimensão pedagógico institucional, pode ser melhor explicitada pelas demandas absorvidas por cada um dos setores da Pró-reitoria de Extensão, de modo a elencar os encaminhamentos que se dão sempre em articulação com as outras pró-reitorias da Universidade.

Política de Esportes da UFRRJ - O Departamento de Esportes e Lazer (DEL) é um órgão administrativo vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que tem por finalidade coordenar as atividades de prestação de serviços e projetos de extensão vinculados ao esporte e lazer através do gerenciamento da infraestrutura desportiva disponível à comunidade acadêmica da UFRRJ, delineando a política institucional desportiva da UFRRJ. Para tal visa:

- A implantação de ações que visam proporcionar melhores condições para atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;
- Garantir o foro de discussão sobre o papel do esporte na universidade pública e no contexto social e na produção de conhecimento;
- Promover integração com a comunidade local e regional, estabelecendo um espaço de contribuição para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

O DEL compreende as seguintes dependências: Praça de Desportos: Ginásio de Esportes G1; Ginásio G2 (Forninho); Pista de Atletismo; Campos de Futebol 1 e 2 e Campo Society; Quadras de Tênis 1, 2,3 e 4; Quadras Poliesportivas Externas 1, 2, 3, 4 e 5; Parque Aquático Prof. Fausto Aita Gai: Piscina olímpica; Piscina de Saltos; Piscina Juvenil; Piscina Infantil.

– Política de Arte e Cultura - O Departamento de Arte e Cultura (DAC) é responsável por desenvolver coordenar, promover, orientar as ações de extensão relacionadas à arte e cultura no âmbito da universidade, cidade de Seropédica e seu entorno, além dos demais *Campi* da UFRRJ e suas respectivas cidades como parte do plano de cultura da UFRRJ. Criando ações participativas, afirmativas e democráticas e outras formas de convivência, de saber e conhecer, de aprender e ensinar, que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural, da memória e do patrimônio da UFRRJ.

O DAC é composto por Centro de Arte e Cultura da UFRRJ – CAC e Complexo Artístico-cultural da UFRRJ e são suas atribuições em articulação com as demanda pedagógicas da Universidade: I – implantar discussão com a comunidade acadêmica sobre a política cultural da UFRRJ; II - coordenar e supervisionar os projetos, projetos e ações de extensão artístico-culturais e de memória e patrimônio no âmbito do Departamento; III - gerir projetos e bolsas de extensão artístico-culturais e de memória e patrimônio vinculadas ao Departamento; Promover as atividades artístico-culturais e de memória e patrimônio cadastradas na Pró- Reitoria de Extensão no âmbito da Universidade e seu entorno; VI – Gerenciar a infraestruturaartístico-cultural, de memória e patrimônio dos espaços pertencentes ao Departamento.

- O Centro de Arte e Cultura é o setor responsável por parte da comunicação e interação com a cidade de Seropédica, oferecendo para este público oficinas artístico-culturais e sendo um espaço de convivência. Atende também a comunidade acadêmica, além de receber grupos de pesquisa, extensão é também responsável pelo planejamento, organização e desenvolvimento de ações de extensão relacionadas à arte, à cultura, além de gerenciar os espaços físicos do setor e possui 03 setores:

I. Coordenação de educação artístico-cultural é responsável pelo desenvolvimento e oferecimento de minicursos, oficinas e projetos educacionais que influenciem a formação cultural da universidade, seus *campi* e as cidades em seu entorno.

II. Núcleo de produção cultural “Seu Gusta” é responsável pelo gerenciamento do

CineCasulo, além de devolver, organizar e oferecer mostras, seminários, festivais, apresentações, exposições e visitas técnicas.

III. A Coordenação dos Espaços Culturais é o setor responsável por gerenciar os aparelhos culturais pertencentes ao DAC, além de organizar, desenvolver e coordenar as atividades, a manutenção e controle de uso e cessão referentes à 05 espaços localizados no pavilhão central da UFRRJ:

- a. Anfiteatro Gustavo Dutra.
- b. Auditório Hilton Salles.
- c. Auditório Professor Gusmão
- d. Salão Azul

9.4.3 Política de articulação de programas e projetos em ensino, pesquisa e extensão, desenvolvida através do Departamento de Programas e Projetos de Extensão (DPPEX).

Este departamento visa gerir os Projetos de Extensão que agregam a produção da universidade em prol da construção dos objetivos fins da UFRRJ, que podem ocorrer por manifestações individuais de docentes, técnicos ou estudantes, ou por setores institucionais.

Além disso, a visão de projetos que fomenta a articulação da produção do conhecimento da universidade em forma de extensão, também inclui:

- Ações dos Grupos, Projetos e Eventos de Extensão;
- Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos Grupos de Extensão e Empresas Juniores da UFRRJ;
- Expansão das atividades extensionistas intercampi;
- Programação e promoção de Acordos, Encontros, Palestras, Seminários, Colóquios, Jornadas e Cursos.

9.4.4 Relações comunitárias da Proext

Dentro do quadro essencial das relações com a comunidade, a Proext possui seu principal programa de fomento à entrada de jovens na instituição através do Pré-enem. Este curso atinge cerca de 200 jovens das comunidades.

Além disso, se pretende ampliar essa política nos próximos anos, através do desenvolvimento de uma política de cursos online para a comunidade acadêmica e externa, em parceria com outros atores da UFRRJ.

9.5 POLÍTICA PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), é o órgão responsável pelo planejamento, regulação, fomento e difusão dos resultados das atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas em todas as áreas de conhecimento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Art. 2º – A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG), órgão executivo da administração superior, tem por finalidade planejar, coordenar, regular as atividades de pesquisa e pós-graduação.

Parágrafo único: É responsável por definir e executar políticas de incentivo, fomento e difusão dos resultados das atividades de pesquisa e pós-graduação desenvolvidas em todas as áreas de conhecimento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e de suas unidades administrativas vinculadas.

~~A PROPPG é assessorada em suas atividades pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, integrada pelos coordenadores de todos os programas de pós-graduação stricto sensu da UFRRJ.~~

A PROPPG é assessorada em suas atividades pela Assessoria de Pós-Graduação, a Coordenação de Pesquisa (CoPesq) e pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, esta última é integrada pelos coordenadores de todos os programas de pós-graduação stricto sensu da UFRRJ e do programa de Residência em Medicina Veterinária (PRMV).

No âmbito da pós-graduação, cabe à pró-reitoria apoiar e assessorar os programas no seu processo de planejamento acadêmico e confecção de relatórios de atividades, além de orientar o processo de elaboração de propostas de cursos novos. A Divisão Acadêmica fornece apoio às secretarias dos programas no que diz respeito ao registro acadêmico dos discentes, do processo seletivo à emissão dos diplomas. A PROPPG realiza também a interlocução com a CAPES na gestão de bolsas, recursos de custeio e programas especiais.

Em relação à pesquisa no âmbito da graduação, a pró-reitoria coordena os programas de iniciação científica e de desenvolvimento tecnológico e inovação, incluindo a coordenação do Comitê Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) e de Desenvolvimento tecnológico e

inovação – PIBITI e a organização da Reunião Anual de Iniciação Científica (RAIC).

A PROPPG gerencia os diversos sistemas internos e externos de informação científica, coordena a elaboração e desenvolvimento de projetos de financiamento à pesquisa de caráter institucional e propõe aos conselhos superiores da universidade normas referentes à regulamentação referente à infraestrutura em pesquisa, particularmente equipamentos e laboratórios multi-usuários.

A PROPPG lança, periodicamente, editais voltados ao apoio à participação de docentes e discentes em simpósios de alta relevância para cada área de conhecimento, realização de missões de pesquisa e vinda de pesquisadores visitantes para a realização de atividades acadêmicas inovadoras de alto impacto na UFRRJ, dentro dos limites da disponibilidade orçamentária da universidade.

~~A pró-reitoria sedia o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) e a comitê local do SISGEN (Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado), apoia as atividades das Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs) e orienta o processo de tramitação de projetos de pesquisa habilitados à captação de recursos financeiros via Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ (FAPUR).~~

A pró-reitoria sedia o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) e a Comissão de Gestão do Patrimônio Genético e de Conhecimento Tradicional Associado da UFRRJ (SisGen).

A PROPPG orienta o processo de tramitação de projetos de pesquisa habilitados à captação de recursos financeiros via Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ (FAPUR) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

No apoio ao cumprimento da sua missão institucional, a PROPPG conta, como órgãos vinculados, com a Editora da Universidade Rural (EDUR), com a Biblioteca Central, com o Jardim Botânico, com o Laboratório de Conservação e Digitalização e o Centro de Estudos Avançados.

Visando proporcionar à comunidade acadêmica da UFRRJ informações precisas e atualizadas, assim como divulgar as iniciativas em curso na nossa universidade, a PROPPG mantém contato permanente com todas as agências de fomento à pesquisa e a pós-graduação e

participa ativamente nos fóruns de dirigentes de instituições nacionais e internacionais relevantes aos diversos temas afeitos à área.

A pró-reitoria desenvolve planejamento integrado de ações com a Coordenação de Relações Internacionais (CORIN) buscando fortalecer a internacionalização da pesquisa e pós-graduação da UFRRJ e com a Coordenadoria de Comunicação (CCS), visando aperfeiçoar as práticas de divulgação científica.

Cabe à PROPPG, ainda, gerenciar os componentes relacionados à pesquisa e pós-graduação no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA).

Números da Pós-graduação

- Alunos matriculados: Em 2019, nos cursos *Stricto sensu*, são 2.259 alunos. Nos cursos *Lato sensu*, são 146 alunos.
- Alunos evadidos: Em 2018, nos cursos *Stricto sensu*, foram 139 alunos evadidos. Nos cursos *Lato sensu*, são 19 alunos evadidos.
- Número de Professores vinculados aos Programas de Pós-Graduação: Nos cursos *Stricto sensu*, são 609 professores. Nos cursos *Lato sensu*, são 130 professores.
- Número de Técnicos atuantes nos Programas de Pós-Graduação: Nos cursos *Stricto sensu*, são 32 secretários.
- Cursos cadastrados: No *Stricto sensu*, são 54 cursos em 38 Programas de Pós-Graduação. Atualmente o *Lato sensu* possui 4 cursos cadastrados no SIGAA.

- Número de alunos que concluíram a Pós-Graduação em 2017 e 2018: Nos cursos Stricto sensu, 731 alunos concluíram em 2017 e 414 alunos concluíram em 2018. Nos cursos Lato sensu, 92 alunos concluíram em 2017 e 21 alunos concluíram em 2018.
- Número de cursos credenciados: São 50 cursos credenciados junto à CAPES/MEC em 36 Programas de Pós-Graduação.
- Cursos descredenciados: Foram 4 cursos stricto sensu descredenciados pela CAPES/MEC (Mestrado em Administração, Mestrado e Doutorado em Ciências Fisiológicas e Doutorado em Zootecnia) em 2017. A avaliação quadrienal no período de 2017-2020 não foi concluída pela CAPES.

10. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Tabela 12 – Oferta de Cursos: Ensino de Graduação - Campus Seropédica

CURSOS	Turno	Modalidades	Vagas Novas					Vagas Remanescentes				
			2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Administração (diurno)	B	I	90	90	90	90	90	12	9	11	11	15
Administração (noturno)	B	N	45	45	45	45	45	21	19	9	6	14
Administração Pública	B	N	45	45	45	45	45	1	3	7	11	1
Agronomia	B	I	150	150	150	150	150	20	18	11	15	16
Arquitetura e Urbanismo	B	I	50	50	50	50	50	6	7	2	4	0
Belas Artes	L	N/V	50	50	50	50	50	3	2	4	1	4
Ciências Agrícolas	L	I	70	70	70	70	70	7	4	2	8	8
Ciências Biológicas	B/L	I	60	60	60	60	60	14	16	15	18	14
Ciências Contábeis	B	N	45	45	45	45	45	5	10	7	7	3
Ciências Econômicas	B	M	90	90	90	90	90	18	11	13	19	8
Ciências Sociais	B/L	V	80	80	80	80	80	8	12	10	12	10
Comunicação Social/Jornalismo	B	N	45	45	45	45	45	8	8	6	1	2
Direito	B	N	45	45	45	45	45	30	12	4	27	4
Economia Doméstica	B/L	I	40	40	40	-	-	8	10	5	3	2
Educação do Campo	L	V	-	-	-	80	80	-	-	-	-	0
Educação Física	L	I	120	120	120	120	120	11	5	8	9	14
Engenharia Agrícola	B	I	50	50	50	50	50	4	1	5	6	3
Engenharia de Agrimensura	B	I	50	50	50	50	50	6	9	10	4	3
Engenharia de Alimentos	B	I	60	60	60	60	60	2	-	-	3	2
Engenharia de Materiais	B	I	40	60	60	60	60	-	1	-	5	3
Engenharia Florestal	B	I	90	90	90	90	90	11	4	4	4	15
Engenharia Química	B	I	100	100	100	100	100	6	21	2	6	1
Farmácia	B	I	60	60	60	60	60	2	1	3	1	1
Filosofia	L	N	45	45	45	45	45	3	3	6	9	4
Física	L	I	60	60	60	60	60	6	1	2	3	1
Geografia	B/L	V	40	40	40	40	40	4	4	16	10	16
Geologia	B	I	40	40	40	40	40	6	4	2	3	3
História (Noturno)	B/L	N	40	40	40	60	60	8	1	1	7	7
História (Vespertino)	B/L	V	80	80	80	60	60	6	5	6	6	4
Hotelaria	B	N	60	60	60	60	60	1		3	5	3
Letras - Português	L	N	50	50	50	50	50	4	7	13	7	2
Letras - Português / Inglês	L	N	50	50	50	50	50	6	3	4	2	7
Matemática	B/L	I	100	100	100	100	100	13	8	7	6	5
Medicina Veterinária	B	I	140	140	140	140	140	18	13	15	15	6
Pedagogia	L	N	40	40	40	40	40	6	5	5	1	6

Psicologia	B	I	45	45	45	45	45	-	5	1	8	7
Química (Integral)	B/L	I	40	40	40	40	40	5	4	10	4	8
Química (Noturno)	B/L	N	40	40	40	40	40	8	6	8	9	3
Relações Internacionais	B	N	80	80	80	80	80	2	3	10	2	2
Serviço Social	L/B	I	-	-	-	40	40	-	-	-	-	-
Sistemas de Informação	B	V	30	30	30	30	30	3	2	1	1	1
Zootecnia	B	I	110	110	110	110	110	11	4	4	7	5
Total do Campus de Seropédica			2565	2585	2585	2665	2665	313	261	252	286	233

Tabela 13 – Oferta de Cursos: Ensino de Graduação - Campus Nova Iguaçu

CURSOS	Turno	Modalidades	Vagas Novas					Vagas Remanescentes				
			2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Administração	B	N	90	90	90	90	90	24	10	37	32	13
Ciência da Computação	B	V	60	60	60	60	60	4	1	2	1	2
Ciências Econômicas	B	N	90	90	90	90	90	19	14	15	20	17
Direito	B	M	55	55	55	55	55	26	9	11	6	19
Geografia	L	M	40	50	50	50	50	3	1	1	2	1
História	L	N	80	80	80	80	80	11	3	11	11	11
Letras - Português/Espanhol	L	M	50	50	50	50	50	-	0	4	5	2
Letras – Português	L	M	50	50	50	50	45	3	3	6	1	3
Matemática	B/L	N	80	80	80	80	80	13	3	9	6	8
Pedagogia	L	N	80	80	80	80	80	14	8	13	15	7
Turismo	B	N	80	80	80	80	80	13	4	12	12	13
Total do Campus Nova Iguaçu			755	765	765	765	760	130	56	121	111	96

Tabela 14 – Oferta de Cursos: Ensino de Graduação - Campus Três Rios

CURSOS	Turno	Modalidades	Vagas Novas					Vagas Remanescentes				
			2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Administração	B	N	60	60	60	60	60	19	9	8	1	11
Ciências Econômicas	B	N	45	45	45	45	45	20	6	4	3	7
Direito	B	N	45	45	45	45	45	19	9	2	0	3
Gestão Ambiental	B	I	40	40	40	40	40	2	2	1	0	1
Total do Campus Três Rios			190	190	190	190	190	60	26	15	4	22
TOTAL DO ENSINO PRESENCIAL			3.510	3.540	3.540	3.620	3.615	503	343	388	401	351

Gráfico 02 - Oferta de Cursos: Ensino de Graduação – Total de Vagas Novas

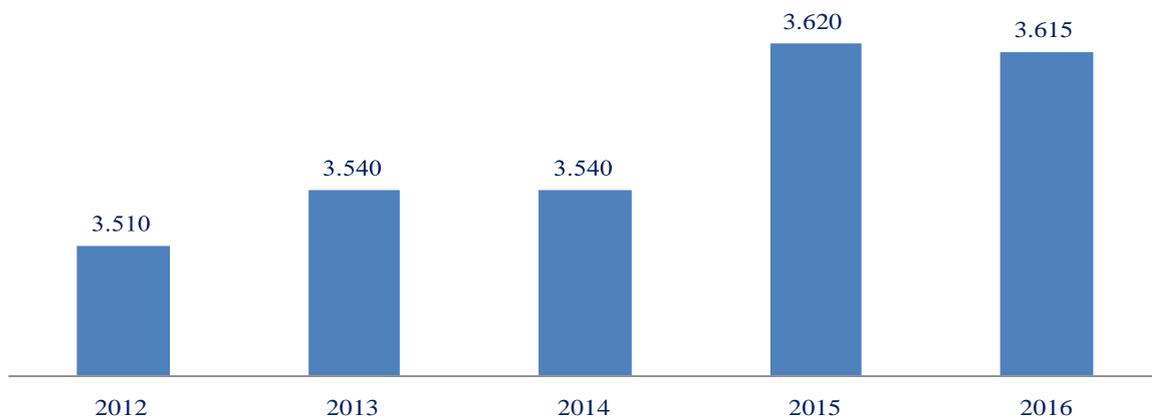


Gráfico 03 - Oferta de Cursos: Ensino de Graduação – Total de Vagas Remanescentes

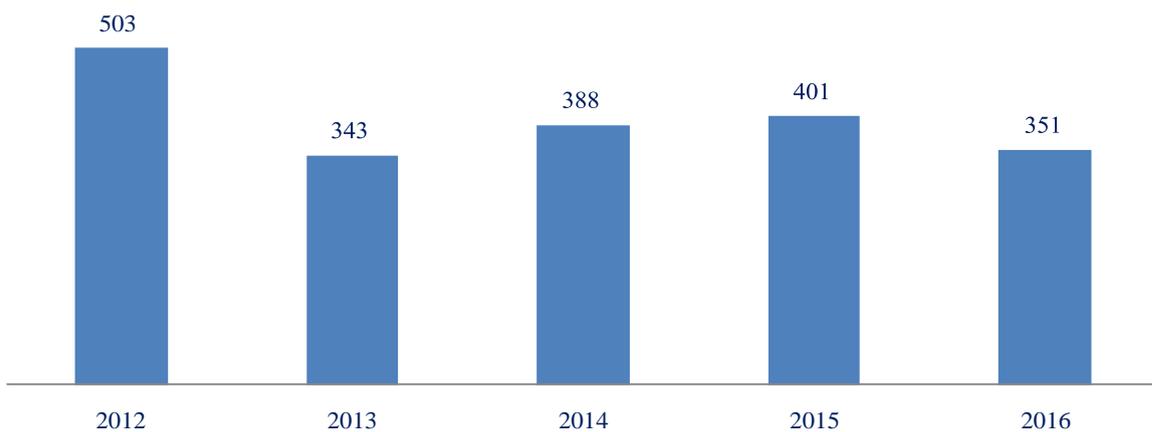


Tabela 15 – Ensino Presencial – Campus Seropédica

Cursos de Graduação	Turno	Modalidades	Ingressantes					Matriculados					Concluintes				
			2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Administração (diurno)	B	I	106	96	90	87	90	321	325	340	323	318	66	43	80	66	49
Administração (noturno)	B	N	68	62	45	45	45	207	193	203	183	183	45	25	29	38	25
Administração Pública	B	N	47	47	44	44	45	81	100	144	165	172	0	0	8	10	22
Agronomia	B	I	156	164	150	148	150	633	648	682	686	677	77	66	77	78	79
Arquitetura e Urbanismo	B	I	56	57	50	47	48	191	210	236	249	267	14	13	18	18	22
Belas Artes	L	N/V	50	46	48	50	50	153	184	230	245	255	1	4	8	21	22
Ciências Agrícolas	L	I	75	75	69	70	69	138	127	137	135	142	20	7	5	6	5
Ciências Biológicas	B/L	I	81	73	60	59	60	226	234	264	276	279	29	31	34	27	44
Ciências Contábeis	B	N	50	56	45	45	43	94	118	160	179	194	0	0	9	10	17
Ciências Econômicas	B	M	100	96	88	86	90	325	318	313	367	368	40	27	20	50	33
Ciências Sociais	B/L	V	83	91	80	79	78	186	187	264	271	272	7	6	20	31	22
Comunicação Social/Jornalismo	B	N	52	53	45	45	45	116	152	184	190	203	0	0	16	12	17
Direito	B	N	77	56	44	45	45	162	180	206	233	228	0	15	8	21	33
Economia Doméstica	B/L	I	44	45	40	-	-	97	80	79	37	9	15	19	8	4	5
Educação do Campo			-	-	-	53	113	60	26	52	79	164	0	0	45	0	0
Educação Física	L	I	120	121	119	120	120	470	453	503	526	559	51	48	21	42	43
Engenharia Agrícola	B	I	54	51	50	49	46	137	151	190	194	183	8	2	7	14	14
Engenharia de Agrimensura	B	I	51	58	50	48	50	177	187	205	219	235	17	21	10	11	11
Engenharia de Alimentos	B	I	60	60	60	58	60	207	213	245	253	265	16	10	15	20	22
Engenharia de Materiais	B	I	41	61	59	59	59	75	95	127	168	195	0	0	0	0	7
Engenharia Florestal	B	I	97	94	90	87	89	387	399	414	408	414	43	50	50	47	44
Engenharia Química	B	I	113	118	100	98	99	425	460	494	494	487	41	51	42	59	62
Farmácia	B	I	61	60	60	59	60	81	114	154	184	208	0	0	0	1	11
Filosofia	L	N	47	47	45	45	47	120	115	125	126	136	3	13	17	14	9

Continua

Continuação

Física	L	I	62	60	60	59	60	158	148	174	166	166	9	9	7	18	6
Geografia	B/L	V	42	43	40	39	40	112	132	157	152	163	2	6	19	32	29
Geologia	B	I	43	43	40	39	40	177	183	228	199	208	22	27	19	19	33
História (Noturno)	B/L	N	45	44	40	60	60	146	250	165	146	180	21	16	21	12	9
História (Vespertino)	B/L	V	82	81	79	59	60	217	128	295	313	281	5	18	17	29	32
Hotelaria	B	N	61	60	60	58	60	118	143	183	207	210	0	0	6	8	9
Letras – Português	L	N	55	56	50	50	49	128	141	177	188	195	0	5	12	15	13
Letras - Português / Inglês	L	N	56	54	50	48	48	115	133	158	165	180	0	13	12	8	19
Matemática	B/L	I	111	105	100	94	100	234	232	273	265	275	18	19	18	27	11
Medicina Veterinária	B	I	154	153	141	140	140	599	633	668	675	706	95	70	115	80	100
Pedagogia	L	N	44	43	40	40	40	140	136	150	141	141	14	16	20	24	19
Psicologia	B	I	45	51	45	44	44	100	130	182	198	205	0	0	0	29	33
Química (Integral)	B/L	I	46	44	40	40	40	160	144	135	121	129	25	22	26	14	10
Química (Noturno)	B/L	N	47	46	40	40	40	146	133	152	148	135	12	10	17	10	12
Relações Internacionais	B	N	86	87	80	79	79	185	228	279	307	326	0	12	23	37	39
Serviço Social	L/B	I	-	-	-	40	40	-	-	-	22	62	0	0	0	0	0
Sistemas de Informação	B	V	32	32	27	30	29	68	84	107	127	125	0	0	0	11	7
Zootecnia	B	I	114	113	108	108	108	348	330	359	353	362	61	22	29	16	21
Total do Campus Seropédica			2.814	2.802	2.571	2.593	2.678	8.212	8.567	9.781	10.075	10.449	777	716	908	989	1020

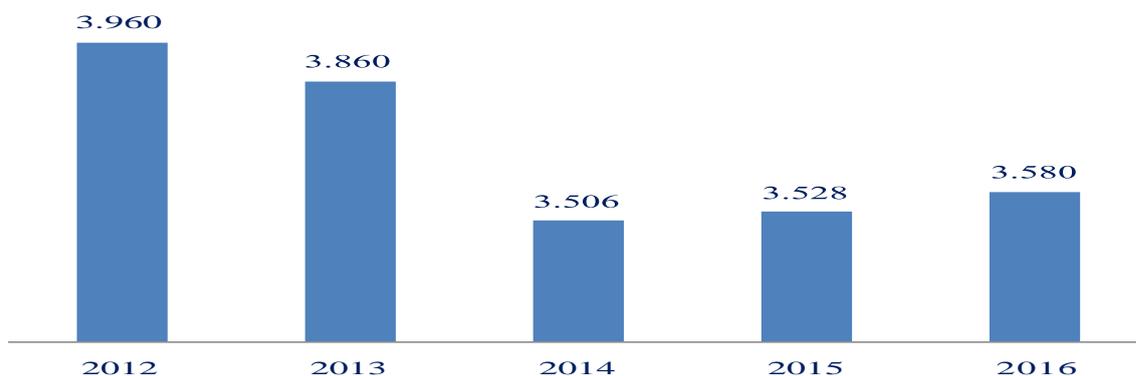
Tabela 16 – Dados do Ensino Presencial – Campus Nova Iguaçu

Cursos de Graduação	Turno	Modalidades	Ingressantes					Matriculados					Concluintes				
			2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Administração	B	N	104	96	90	89	89	422	388	417	410	411	76	53	50	49	43
Ciência da Computação	B	V	63	61	60	59	60	116	136	195	224	236	0	0	7	9	7
Ciências Econômicas	B	N	114	99	89	88	89	375	373	427	408	393	12	21	38	45	21
Direito	B	M	80	66	55	55	55	165	199	213	239	260	0	19	23	32	5
Geografia	L	M	40	49	50	50	50	78	104	144	169	185	0	0	10	11	8
História	L	N	129	80	78	81	76	333	325	364	374	380	24	31	22	24	15
Letras - Português/Espanhol	L	M	82	50	49	50	48	148	167	188	186	190	0	15	21	19	14
Letras - Português	L	M	62	52	50	47	48	142	156	196	202	204	0	8	13	19	21
Matemática	B/L	N	84	82	70	79	79	252	217	257	262	264	8	17	16	16	11
Pedagogia	L	N	83	133	79	78	80	371	384	425	386	424	28	32	100	54	25
Turismo	B	N	86	82	77	80	80	325	340	421	354	322	38	20	34	53	35
Total do Campus Nova Iguaçu			927	850	747	756	754	2724	2788	3245	3213	3266	186	216	334	331	205

Tabela 17 – Dados do Ensino Presencial – Campus Nova Iguaçu

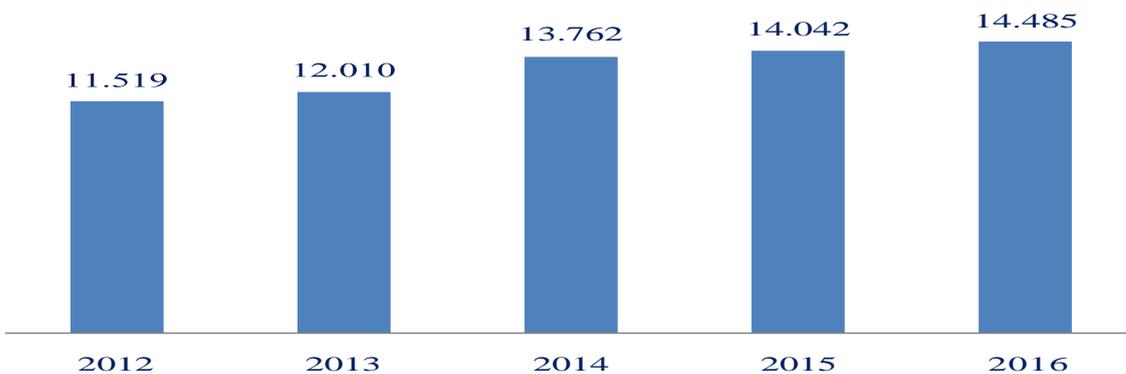
Cursos de Graduação	Turno	Modalidades	Ingressantes					Matriculados					Concluintes				
			2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Administração	B	N	72	67	60	58	60	196	217	249	267	283	28	17	21	24	9
Ciências Econômicas	B	N	44	45	45	43	4	147	135	158	150	143	15	5	8	20	16
Direito	B	N	63	54	45	45	45	159	193	201	204	202	0	18	18	39	14
Gestão Ambiental	B	I	40	42	38	33	39	82	110	128	135	142	0	5	15	10	14
Total do Campus Três Rios			219	208	188	179	148	583	655	736	755	770	43	45	62	93	53
TOTAL DO ENSINO PRESENCIAL			3.960	3.860	3.506	3.528	3.580	11.519	12.010	13.762	14.042	14.485	1.006	977	1.304	1.413	1.278

Gráfico 04 – Ensino Presencial – Total Ingressantes



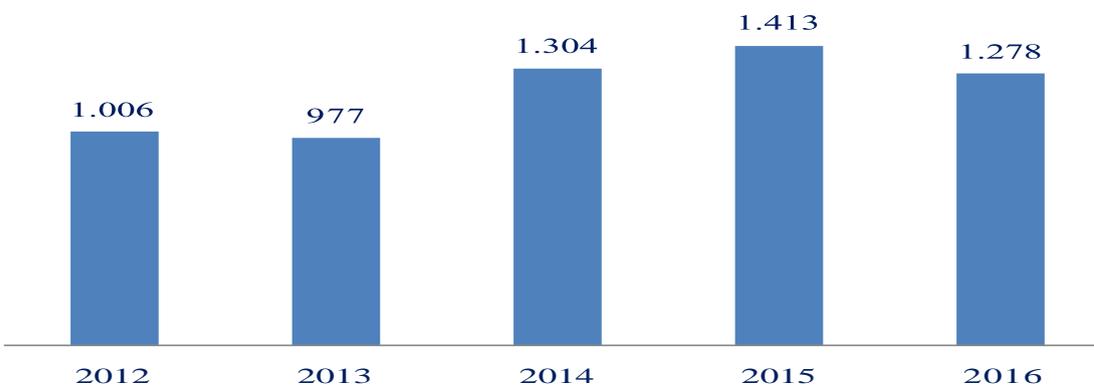
Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

Gráfico 05 – Ensino Presencial – Total Matriculados



Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

Gráfico 06 – Ensino Presencial – Total Concluintes



Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

Tabela 18 – Dados do Ensino de Graduação a Distância: Curso de Administração

Polos	Turno	Modalidades	Vagas Novas				
			2012	2013	2014	2015	2016
Angra dos Reis	B	EAD	108	114	114	114	114
Barra do Pira	B	EAD	102	104	104	104	104
Cantagalo	B	EAD	102	104	104	104	104
Itaperuna	B	EAD	107	110	110	110	110
Macaé	B	EAD	102	104	104	104	104
Magé	B	EAD	102	104	104	104	104
Petrópolis	B	EAD			52	104	104
Piraí	B	EAD	104	102	102	102	102
Resende	B	EAD	103	106	106	106	106
Rio das Flores	B	EAD	37	44	44	44	44
Rocinha	B	EAD	52	104	104	104	104
São Fidélis	B	EAD	106	112	112	112	112
São Gonçalo	B	EAD	102	104	104	104	104
Squarema	B	EAD	103	106	106	106	106
Total do Curso de Administração			1.230	1.318	1.370	1.422	1.422

Tabela 19 – Dados do Ensino de Graduação a Distância: Curso de Turismo

Curso de Turismo							
Polos	Turno	Modalidades	Vagas Novas				
			2012	2013	2014	2015	2016
Angra dos Reis	L	EAD	100	100	100	100	100
Resende	L	EAD	105	108	108	108	108
São Gonçalo	L	EAD	102	104	104	104	104
Squarema	L	EAD	49	98	98	98	98
Total do Curso de Turismo			356	410	410	410	410
TOTAL DO ENSINO À DISTÂNCIA			1.586	1.728	1.780	1.832	1.832

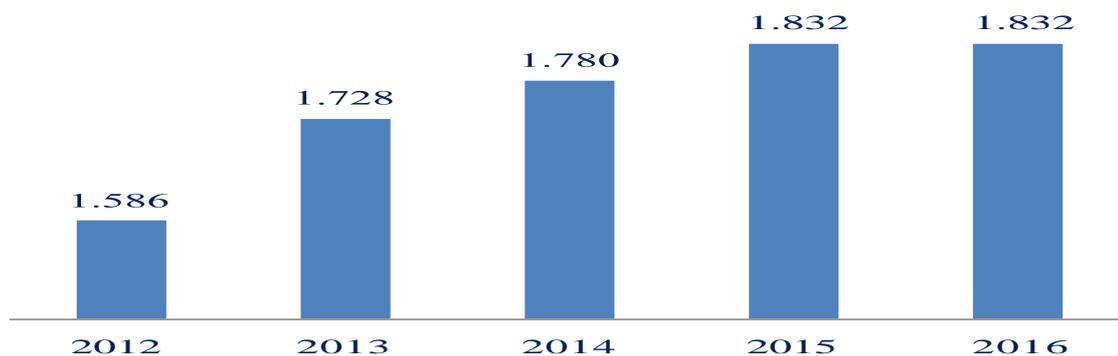
Tabela 20 – Dados do Ensino de Graduação a Distância: Curso de Administração

Polos	Turno	Modalidades	Ingressantes					Matriculados					Concluintes				
			2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Angra dos Reis	B	EAD	104	113	108	105	113	335	391	429	454	487	12	3	4	4	4
Barra do Pira	B	EAD	98	103	102	102	102	76	169	257	329	393	0	0	0	0	0
Cantagalo	B	EAD	101	102	103	101	104	85	175	267	344	403	0	4	0	0	0
Itaperuna	B	EAD	104	107	111	108	109	333	366	405	447	479	7	6	6	5	2
Macaé	B	EAD	101	107	104	104	104	92	194	287	348	396	0	0	0	0	0
Magé	B	EAD	105	104	104	106	104	325	373	412	462	506	5	8	8	7	2
Piraí	B	EAD	101	102	97	105	104	335	374	404	438	464	18	5	11	6	2
Resende	B	EAD	106	108	101	106	106	332	377	418	470	507	4	10	6	9	2
Rio das Flores	B	EAD	34	40	44	40	43	95	109	140	161	178	1	5	1	2	0
Rocinha	B	EAD	118	108	114	115	111	119	220	328	405	463	0	7	0	0	1
São Fidélis	B	EAD	100	108	107	111	111	303	349	401	445	476	5	11	5	4	3
São Gonçalo	B	EAD	120	121	117	115	105	367	443	499	545	570	2	18	11	10	10
Squarema	B	EAD	97	104	107	103	107	342	379	408	437	486	9	6	14	5	8
Total do Curso de Administração			1.289	1.327	1.319	1.321	1.323	3.136	3.916	4.651	5.281	5.806	63	83	66	52	34

Tabela 21 – Dados do Ensino de Graduação a Distância: Curso de Turismo

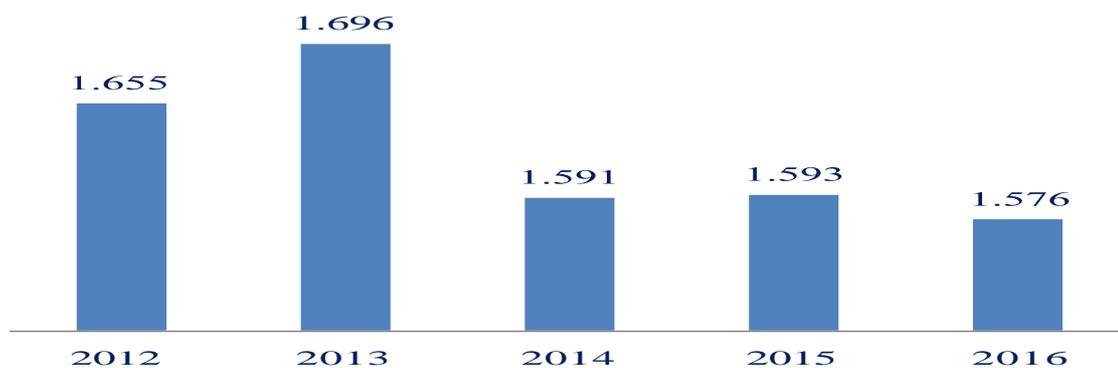
Polos	Turno	Modalidades	Ingressantes					Matriculados					Concluintes				
			2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Angra dos Reis	L	EAD	92	82	75	55	59	277	322	347	353	347	1	4	4	3	12
Resende	L	EAD	75	84	50	55	41	247	299	303	284	254	1	5	4	7	11
São Gonçalo	L	EAD	105	106	81	94	94	284	349	391	409	426	1	5	9	18	22
Squarema	L	EAD	94	97	66	68	59	270	320	343	336	320	1	8	11	18	20
Total do Curso de Turismo			366	369	272	272	253	1.077	1.288	1.382	1.381	1.347	4	22	28	46	65
Total do Ensino à Distância			1.655	1.696	1.591	1.593	1.576	4.213	5.204	6.033	6.662	7.152	67	105	94	98	99

Gráfico 07 – Dados do Ensino de Graduação a Distância: Vagas Novas



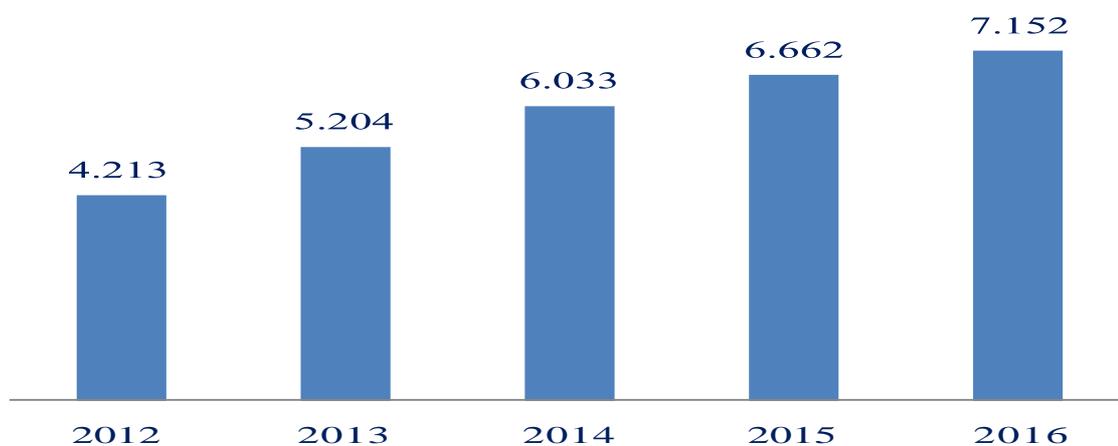
Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

Gráfico 08 – Dados do Ensino a Distância: Ingressantes



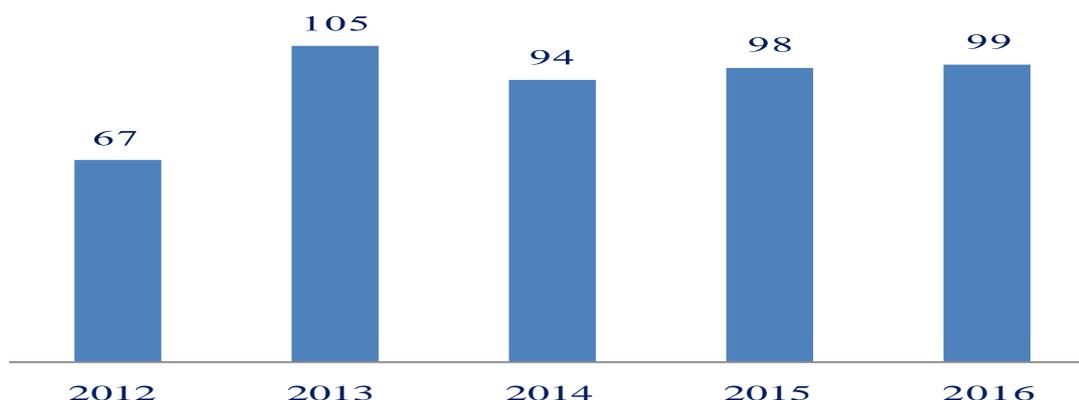
Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

Gráfico 09 – Dados do Ensino de Graduação a Distância: Matriculados



Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

Gráfico 10 – Dados do Ensino de Graduação a Distância: Concluintes



Fonte: Relatórios de Gestão UFRRJ

Tabela 22 – Dados do Ensino de Pós-Graduação: Mestrado

Cursos de Mestrado	Ingressantes					Matriculados					Concluintes				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Administração	-	-	0	14	17	-	-	4	22	36	-	-	0	0	8
Agricultura Orgânica	21	0	26	26	29	58	24	41	51	70	10	7	18	3	21
Biologia Animal	12	14	1	13	8	33	35	14	32	30	9	16	4	8	10
Ciências Fisiológicas	-	5	4	7	3	-	3	9	13	12	-	0	0	5	4
Multicêntrico em Ciências Fisiológicas	5	2	1		0	12	8	6	2	1	7	2	5	2	1
Ciência do Solo	21	7	15	9	16	46	36	31	27	31	20	16	20	9	12
Ciência e Tecnologia de Alimentos	17	12	16	19	17	67	53	46	45	43	32	27	15	19	14
Ciências Ambientais e Florestais	28	17	17	17	8	50	44	42	41	41	24	15	18	12	16
Ciências Veterinárias	16	13	13	13	20	43	37	32	31	38	23	16	16	13	14
Desenvolvimento Agricultura e Sociedade	21	26	15	14	17	54	64	57	44	42	12	18	21	24	13
Educação				32		64	74	85	83	83	18	18	31	27	33
Educação Agrícola	35	79	47	52	81	169	161	105	196	177	51	62	30	63	74
Engenharia Química	30	22	26	33	31	51	35	43	54	59	8	16	4	15	17
Engenharia Agrícola e Ambiental	39	-	2	13	31	-	-	7	26	29	-	-	0	0	9

Continua

Continuação

Filosofia			10	14	12	-	-	10	24	32	-	-	0	0	11
Fitossanidade e Biotecnologia Aplicada	5	3	6	7	12	15	12	12	13	21	6	5	6	4	3
Fitotecnia	14	13	12	14	10	33	32	32	33	31	13	11	12	13	9
História	13	35	24	21	34	47	37	71	43	74	7	11	16	28	20
Profissional em História	-	-	12	-	-	-	-	6	12	6	-	-	0	0	0
Gestão e Estratégia em Negócios	14	20		19	30	32	38	19	50	54	11	10	1	22	16
Medicina Veterinária	9	17	20	19	12	39	38	43	49	42	18	16	10	18	12
Profissional em Letras	-	28	28	-	28	-	14	40	54	58	-	0	0	22	4
Química	5	13	9	14	10	24	27	24	30	28	5	11	6	13	12
Zootecnia	23	18	13	8	11	45	49	45	32	26	16	15	19	15	11
Práticas em Desenvolvimento Sustentável	21	20	20	18	20	30	50	51	49	50	0	18	20	13	17
Ciências Sociais	18	21	24	25	26	18	39	61	62	69	0	0	16	20	19
Modelagem Matemática e Computacional	12	15	10	9	5	12	25	28	27	18	0	0	10	5	8
Psicologia	16	16	20	26	24	16	32	45	44	52	0	1	15	15	20
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas		9		15	15	12	21	13	36	38	0	0	0	6	12
Matemática em Rede Nacional	20	20	20	15	15	40	52	51	50	41	0	18	14	17	14
Profissional em Educação em Ciências e Matemática	-	-	-	17	11	-	-	-	17	28	-	-	-	0	0
Geografia	-	-	-	17	18	-	-	-	9	24	-	-	-	0	0
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares		30	37	32	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos Cursos de Mestrados	415	475	448	552	606	1.006	1.034	1.067	1.293	1.377	290	329	327	411	434

Gráfico 10 – Dados do Ensino de Pós-Graduação – Mestrado: Ingressantes

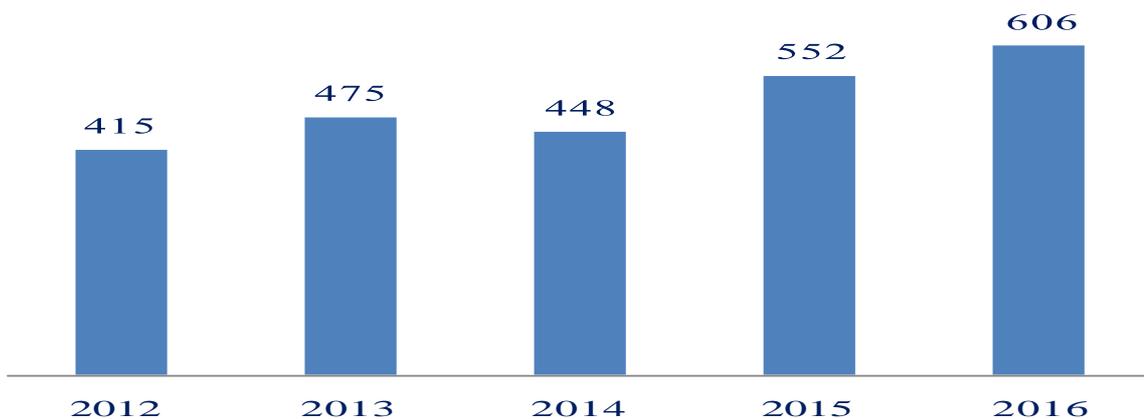


Gráfico 11 – Dados do Ensino de Pós-Graduação – Mestrado: Matriculados

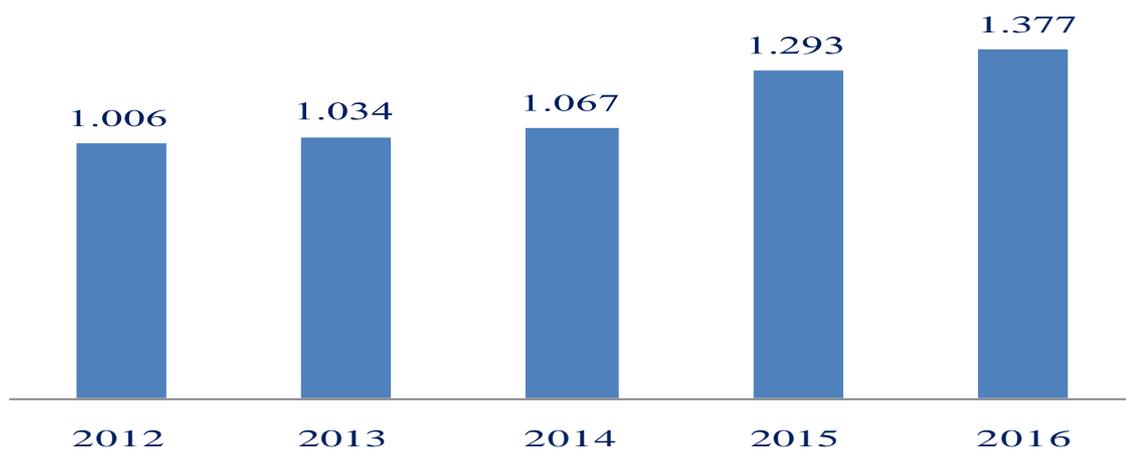


Gráfico 12 – Dados do Ensino de Pós-Graduação – Mestrado: Concluintes

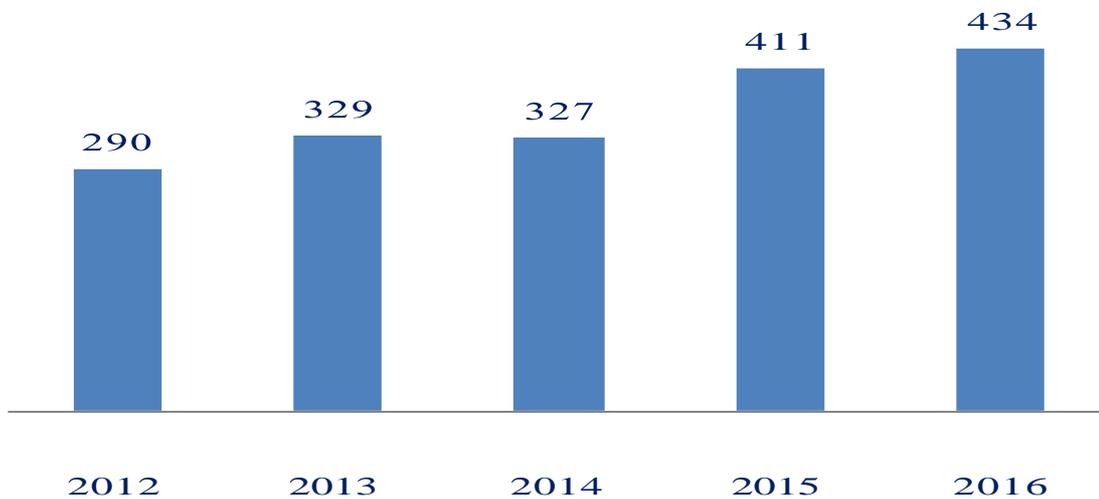


Tabela 23 – Dados do Ensino de Pós-Graduação: Doutorado

Cursos de Doutorado	Ingressantes					Matriculados					Concluintes				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Biologia Animal	5	10	3	11	7	28	32	17	38	35	8	2	1	6	4
Multicêntrico em Ciências Fisiológicas	5	5	-	-	-	9	15	14	12	10	0	1	2	1	5
Ciências Fisiológicas	-	-	-	5	2	-	-	-	4	7	-	-	-	0	0
Ciência do Solo	12	10	15	12	20	44	46	49	28	58	5	16	7	12	9
Ciência e Tecnologia de Alimentos	9	24	8	12	10	37	47	49	50	50	6	5	10	9	10
Ciências Ambientais e Florestais	11	7	16	9	16	45	39	45	43	43	16	5	19	7	8
Ciência Tecnológica e Inovação Agropecuária	16	11	15	16	9	51	52	60	62	57	7	3	11	9	17
Ciências Veterinárias	15	15	21	13	17	70	65	69	67	70	19	15	19	13	13
Desenvolvimento Agricultura e Sociedade	14	15	8	13	28	68	72	58	58	66	9	18	13	10	11
Educação	31	-	-	9	-	-	-	-	5	23	-	-	-	0	0
Fitotecnia	7	9	9	7	9	39	32	40	34	38	6	11	14	5	8
História	-	-	21	15	15	-	-	21	30	50	-	-	0	0	0
Química	9	12	8	10	9	40	37	37	42	46	7	0	6	4	8
Zootecnia	10	2	6	7	10	25	23	22	23	29	1	5	3	3	9
Medicina Veterinária	13	14	21	8	9	13	27	35	38	42	0	0	5	5	0
Educação, Cont. Contemp. e Dem. Populares	-	-	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total dos Cursos de Mestrados	157	134	151	147	175	466	484	514	531	621	84	85	110	84	109
Total dos Cursos de Pós-Graduação	572	609	599	699	781	1471	1517	1.581	1824	1998	374	414	437	495	543

Gráfico 13 – Dados do Ensino de Pós-Graduação – Doutorado: Ingressantes

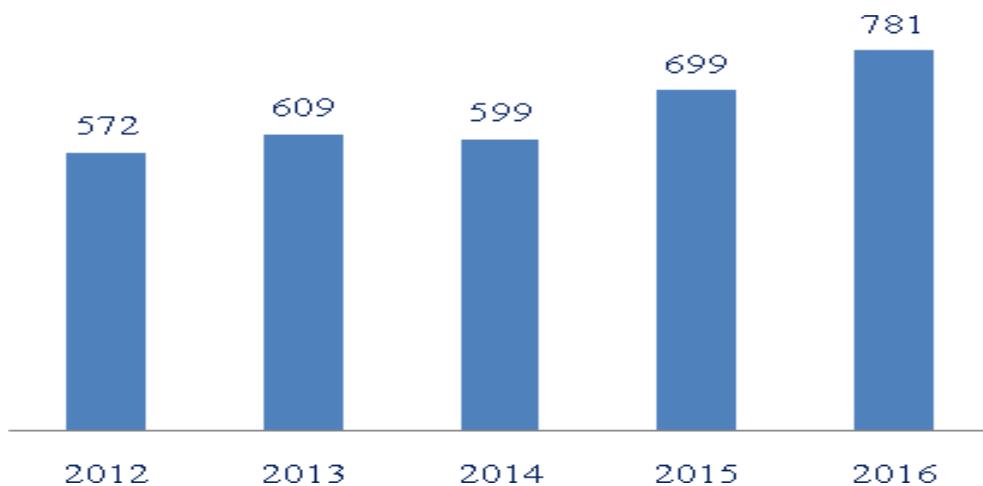


Gráfico 14 – Dados do Ensino de Pós-Graduação – Doutorado: Matriculados



Gráfico 15 – Dados do Ensino de Pós-Graduação – Doutorado: Matriculados

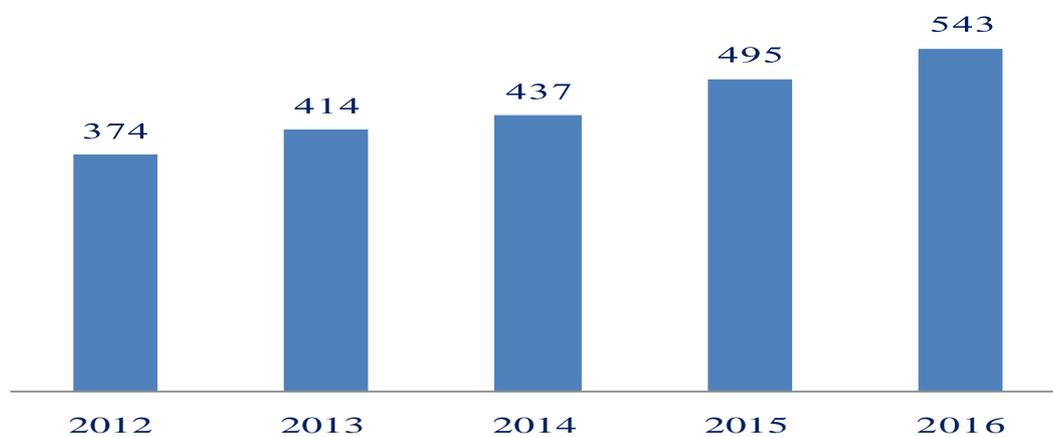


Tabela 24 - Linha de Pesquisa - Pós-Graduação "Strictu Sensu"

Áreas do Conhecimento	2012	2013	2014	2015	2016
Ciências Agrárias	53	78	73	91	86
Ciências Biológicas	42	43	19	26	24
Ciências da Saúde	0	0	0	0	0
Ciências Humanas	18	24	30	38	38
Ciências Exatas e da Terra	72	79	79	82	82
Ciências Sociais Aplicadas	2	2	2	2	2
Engenharias	0	0	0	0	0
Linguística, Letras e Artes	0	2	2	2	2
Total	187	228	205	241	234

Tabela 25 - Linha de Pesquisa - Pós-Graduação "Lato Sensu"

Áreas do Conhecimento	2012	2013	2014	2015	2016
Ciências Agrárias	0	4	4	4	0
Ciências Biológicas	0	0	0	0	0
Ciências da Saúde	0	0	4	4	0
Ciências Humanas	0	0	10	10	6
Ciências Exatas e da Terra	2	2	16	14	15
Ciências Sociais Aplicadas	0	0	0	8	8
Engenharias	0	0	0	0	0
Linguística, Letras e Artes	0	0	0	0	0
Total	0	6	34	40	29

Fonte: PROPPG

Tabela 25 – Dados do Ensino Fundamental: Vagas Oferecidas e Ingressantes

Ensino	Vagas Oferecidas					Ingressantes				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Educação Infantil (de 4 a 6 anos)	42	66	44	44	44	28	72	48	46	46
Ensino Fundamental (de 6 a 17 anos)	32	14	6	8	6	68	42	34	43	52
Educação de Jovens e Adultos (acima de 15 anos)										

Tabela 26 – Dados do Ensino Fundamental: Matriculados e Concluintes

Ensino	Matriculados					Concluintes				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Educação Infantil (de 4 a 6 anos)	70	94	95	91	90	66	88	89	88	88
Ensino Fundamental (de 6 a 17 anos)	472	482	481	491	500	399	421	437	460	48
Educação de Jovens e Adultos (acima de 15 anos)	72	41	-	-	-	50	24	-	-	-

Fonte dos Dados: CAIC.

Tabela 27 – Dados do Ensino Médio: Vagas oferecidas e Ingressantes

Tipo de Ensino	Vagas Oferecidas					Ingressantes				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Ensino Médio	35	35	35	35	30	35	35	35	36	30
Ensino Médio Concomitante	35	35	35	35	30	35	35	35	30	30
Técnico em Agrimensura	35	35	35	35	30	35	35	35	35	30
Técnico em Agrimensura	0	0	35	35	30	35	35	35	35	30
Técnico em Agroecologia Externa	40	40	40	40	35	40	40	26	19	35
Técnico em Agroecologia Integrado com o Ensino Médio	70	70	70	70	60	70	70	70	60	60
Técnico em Hospedagem Externa	35	35	35	35	30	35	35	35	35	30
Técnico em Hospedagem Externa	0	0	35	0	30	40	16	11	0	30
Técnico em Hospedagem	35	35	35	35	30	35	35	35	30	30
Técnico em Meio Ambiente Externo	40	40	40	40	35	40	40	40	40	35
Técnico em Meio Ambiente Integrado com o Ensino Médio	35	35	35	35	30	35	35	35	35	30
Total	360	360	430	395	370	435	411	392	355	370

Fonte de Dados: CTUR

Tabela 28 – Dados do Ensino Médio: Matriculados e Concluintes

Tipo de Ensino	Matriculados					Concluintes				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Ensino Médio	92	90	89	92	93	22	28	26	23	27
Ensino Médio Concomitante	101	100	105	86	84	30	23	39	25	24
Técnico em Agrimensura	100	94	85	79	81	14	16	15	17	15
Técnico em Agrimensura	89	90	82	78	84	10	14	15	14	12
Técnico em Agroecologia Externa	106	93	81	65	78	12	14	15	17	18
Técnico em Agroecologia Integrado com o Ensino Médio	196	191	201	185	187	58	51	61	48	63
Técnico em Hospedagem Externa	170	130	126	110	96	15	16	19	15	21
Técnico em Hospedagem Externa	166	117	96	95	86	27	13	15	23	6
Técnico em Hospedagem	171	166	157	139	130	30	24	31	25	26
Técnico em Meio Ambiente Externo	74	101	103	108	105	0	26	22	27	21
Técnico em Meio Ambiente Integrado com o Ensino Médio	66	96	90	93	92	0	30	24	25	30
Total	1.331	1.268	1.215	1.130	1.116	218	255	282	259	263

Fonte de Dados: CTUR

Gráfico 16 – Dados do Ensino Médio

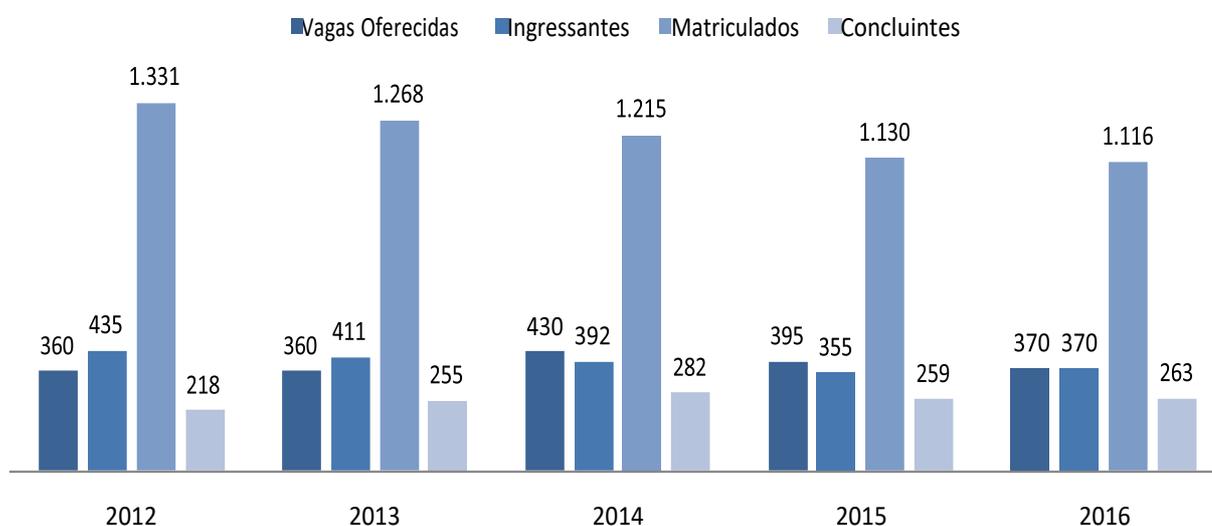


Tabela 29 – Dados de Extensão: Grupos Organizados

Grupos por Área	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Empresas Júnior	3	5	7	8	8	31
Estudos	2	6	8	8	10	34
Militância	0	4	5	8	7	24
Práticas Específicas	2	2	6	6	4	20
Regional e Cultural	8	9	9	14	8	48
Religiosos e Ecumênicos	1	2	4	3	6	16
Total Geral	16	28	39	47	43	173

11. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

11.1. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O conjunto de programas e ações sob a responsabilidade da assistência estudantil têm por finalidade principal a ampliação das condições de permanência, na universidade, dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, viabilizar a igualdade de oportunidades, o acesso à graduação, bem como; contribuir para a redução da evasão, sobretudo; quando ela é motivada por insuficiência de condições financeiras ou outras questões socioeconômicas originadas das desigualdades sociais é um dos principais motivos dos programas existentes.

Levando em consideração a agenda política dos últimos anos, a qual ampliou o número de vagas no ensino superior através do Reuni, verificou-se que não bastava proporcionar o aumento do acesso de estudantes às Universidades; pois era necessário para além disso, garantir a permanência e as condições de conclusão do curso. Sendo assim, a assistência estudantil ganhou status de política pública, em 2007, com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAEs).

Face ao advento do Reuni e o aumento do número de estudantes, em função do maior número de cursos e vagas oferecidas, cresceu também a relevância do Pnaes, programa este que propiciou a ampliação e a melhoria dos programas de assistência estudantil na UFRRJ, como os ligados aos Restaurantes Universitários, Alojamentos Universitários, o Programa Institucional de Bolsas; o recente Auxílio Creche, assim como, os demais auxílios implementados.

Atualmente, as atividades de assistência estudantil na UFRRJ compreendem uma gama de atividades relacionadas à gerência e coordenação de projetos, concessão de bolsas, apoio acadêmico, gestão dos alojamentos universitários, bem como a coordenação do Restaurante Universitário, e estão baseadas no Programa de Auxílios da Assistência Estudantil da UFRRJ (PAAE/UFRRJ), previsto na Deliberação nº 15, aprovada pelo CONSU em 31 de março de 2017. A unidade responsável diretamente pelas ações de assistência estudantil de forma a contemplar as áreas de Assistência Alimentar, Residência Estudantil, Divisão Multidisciplinar de Assistência ao Estudante e Divisão de Suprimentos da Assistência Estudantil.

Vale ainda, ao planejarmos estrategicamente as ações voltadas à Assistência Estudantil, considerar a ampliação do acesso e diversificação do perfil dos estudantes, os quais

ensejaram novas demandas e desafios, tanto em termos acadêmicos quanto no que diz respeito à necessidade de maiores investimentos para a manutenção, com qualidade, das atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFRRJ.

Diante disso, percebe-se que muitos dos estudantes possuem carências básicas e dificuldades em se manter na Universidade, por vezes configurando o aumento da evasão e impacto negativo quanto aos anseios dos próprios alunos e ingressantes e da sociedade. Há que se diminuir a evasão e melhorar as condições de permanência na Universidade, reforçando as políticas de assistência estudantil.

No momento da aplicação da análise ambiental, na fase do diagnóstico, percebeu-se desafios no que tange à Assistência Estudantil em especial quanto às questões como:

- Demanda de vagas nos alojamentos;
- Dificuldades em conciliar a maternidade/paternidade e atividades acadêmicas por falta de creche;
- Infraestrutura dos alojamentos;
- Questões de segurança e transporte interno;
- Carência de diretrizes e políticas Institucionais.

As ações de assistência estudantil buscam estar aliadas ao desenvolvimento humano e social e não devem ser vistas somente sob o viés de tuteladora, assistencialista ou, tão somente, provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. Elas são complementares e possuem interdependência com a atividade-fim da Instituição, estando intimamente relacionada a ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de uma prerrogativa institucional promover ações sociais e de assistência progressivas buscando proporcionar a todos que delas necessitam, a garantia de direitos e condições dignas de vida na comunidade universitária. Assim, a assistência estudantil na UFRRJ é compreendida como mecanismo de garantia do direito constitucional à educação.

A UFRRJ possui uma Política de Atendimento aos Discentes através de Programas de apoio pedagógico e financeiro (auxílios), os quais estão descritos e evidenciados por meio de dados a seguir:

11.2. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO (BOLSAS)

11.2.1. Programa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional (PDAI)

Este programa tem por finalidade de apoiar financeiramente estudantes da UFRRJ regularmente matriculados nos cursos de graduação, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, sem prejuízo de demais requisitos fixados pela Instituição em ato próprio. Os recursos financeiros para a viabilização deste programa são oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC).

As bolsas concedidas no âmbito do PDAI são divididas em cinco linhas de ação a fim de subsidiar programas e ações Institucionais da UFRRJ e podem ser alocadas de acordo com as demandas dos demais eixos a cada período letivo, em função da existência de dotação orçamentária para a implementação das mesmas.

Linha de ação 1 – Pesquisa: A PROAES em parceria com a Pró-reitoria de Pós-Graduação (PROPPG) disponibiliza um quantitativo de bolsas de 20 horas semanais para o desenvolvimento de atividades em projetos de pesquisa institucionalizados. As bolsas deste eixo serão selecionadas pela PROPPG em cronograma e edital próprio sob as regras já vigentes.

Linha de ação 2 – Extensão: A PROAES em parceria com a Pró-reitoria de Extensão (Proext) disponibiliza um quantitativo de bolsas de 20 horas semanais para o desenvolvimento de atividades em projetos de extensão institucionalizados. As bolsas deste eixo são selecionadas pela Proext em cronograma e edital próprio sob as regras já vigentes.

Linha de ação 3 – Ensino de Graduação: A PROAES em parceria com a Pró-reitoria de Graduação (Prograd) disponibiliza um quantitativo de bolsas de 20 horas semanais para o Programa de Tutoria da UFRRJ. As bolsas deste eixo são selecionadas pela Prograd em cronograma e edital próprios.

Linha de ação 4 – Ensino Médio: A PROAES em parceria com Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR) disponibiliza um quantitativo de bolsas de 16 horas semanais para o desenvolvimento de projetos Institucionais do CTUR. As bolsas deste eixo são selecionadas pela PROAES.

Linha de ação 5 – Administração e Gestão: A PROAES apoia o desenvolvimento de ações de aprimoramento da gestão administrativa institucional e projetos Institucionais dos diferentes setores da Universidade com a cessão de um quantitativo anual de bolsas de 16 horas semanais. As bolsas deste eixo são selecionadas diretamente pela PROAES.

11.2.2. Auxílio didático e pedagógico

Esta modalidade de auxílio é destinada a estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais nos campi de Seropédica, Nova Iguaçu e Três Rios, tendo por finalidade auxiliar no custeio das despesas com a compra de material didático e pedagógico em única parcela concedida no 1º mês de vigência dos auxílios, a ser pago no mês de abril.

Tabela 30 – Dados de Assistência Estudantil: Auxílio Didático e Pedagógico

Campus	Nº de Auxílios	Nº de parcelas	Valor
Seropédica	280	1	R\$ 200,00
Nova Iguaçu	250	1	R\$ 200,00
Três Rios	150	1	R\$ 200,00

OBS.: No campus de Seropédica, a prioridade para a concessão deste auxílio são os estudantes alojados.

11.2.3. Auxílio Alimentação Pecuniário e Não Pecuniário

O projeto tem por objetivo geral conceder assistência alimentar aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da UFRRJ, atendendo ainda, aos estudantes secundaristas matriculados no CTUR.

A produção das refeições oferecidas no âmbito deste projeto é realizada nas instalações dos Restaurantes Universitários (RUs) mantidos nos campi de Seropédica e Nova Iguaçu, os quais se caracterizam por possuírem uma função social e, portanto, não visam lucros.

O Restaurante Universitário do campus Seropédica subordina-se à PROAES, possuindo uma infraestrutura composta por três salões de atendimento, cozinha, sala de pré-preparo de alimentos, sala de lavagem de utensílios de cozinha, sistema refrigerado de água potável, sala para reuniões, setor de estoque, sistema de câmaras frigoríficas para armazenagem e conservação de grandes quantidades de gêneros perecíveis, banheiros, maquinário e materiais de uso cozinha industrial, entre outros, possibilitando a produção e o fornecimento de até 4.500 (quatro mil e quinhentas) refeições/dia, nas modalidades de desjejum (café da manhã), almoço e jantar.

Enquanto isso, o RU do campus de Nova Iguaçu é subordinado diretamente à direção do Instituto Multidisciplinar (IM) e possui capacidade para fornecer até 1.000 refeições diárias.

11.2.4. Auxílio Alimentação Pecuniário

Esta modalidade de auxílio é destinada somente aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais do campus de Três Rios, em razão desta unidade acadêmica ainda não dispor de um Restaurante Universitário em atividade. Este auxílio corresponde ao crédito de 9 parcelas no valor individual de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, depositado na conta corrente em nome do estudante, a ser pago nos meses de abril a dezembro.

11.2.5. Auxílio Alimentação não Pecuniário

Esta modalidade de Auxílio tem por finalidade oferecer alimentação gratuita durante o período letivo aos estudantes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nos cursos de graduação presenciais oferecidos pela UFRRJ. Esta modalidade de auxílio é oferecida somente nos campi de Seropédica e de Nova Iguaçu nos quais existem Restaurantes Universitários mantidos pela Instituição, concedido durante o período letivo.

Tabela 31 – Dados de Assistência Estudantil: Auxílio Alimentação não pecuniário

Campus	Nº de Auxílios	Valor
Seropédica	1200	Gratuidade nas refeições
Nova Iguaçu	320	Gratuidade nas refeições

11.2.6. Moradia Estudantil / Alojamentos Universitários

As normas de funcionamento dos Alojamentos Universitários da UFRRJ, os seus princípios fundamentais, as suas finalidades, a sua forma de administração, as competências e atribuições dos setores e instâncias a eles vinculados, bem como os direitos e deveres dos (as) seus moradores estão dispostas no Regimento dos Alojamentos Universitários, aprovado pelo Conselho Universitário por meio da Deliberação nº 06, de 01 de março de 1993.

A UFRRJ dispõe atualmente de 12 Prédios de Moradia Estudantil, sendo 06 masculinos e 06 femininos, nos quais residem atualmente em torno de 1.500 estudantes, dos quais 800 são homens e 700 mulheres.

11.2.7. Auxílio Transporte

Esta modalidade de auxílio é destinada a estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presenciais nos campi Seropédica, Nova Iguaçu e de Três Rios, tendo por finalidade auxiliar no custeio das despesas de transporte. Este auxílio corresponde ao crédito de 09 parcelas no valor individual de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, depositado na conta corrente em nome do estudante, a ser pago nos meses de abril a dezembro.

Tabela 32 – Dados de Assistência Estudantil: Auxílio Transporte

Campus	Nº de Auxílios	nº de parcelas	Valor
Seropédica	330	09	R\$ 250,00
Nova Iguaçu	280	09	R\$ 250,00
Três Rios	80	09	R\$ 250,00

11.2.8. Auxílio Acessibilidade - Promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoas com deficiência

É uma ação de assistência estudantil vinculada ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, prevista no inciso X do parágrafo 1º, do Art. 3º do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Instituído pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, na qual se prevê: “(...) acesso, participação e aprendizagem de discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que apresenta impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que - em interação com barreiras atitudinais e ambientais - pode obstruir sua participação plena e efetiva na Instituição e na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, de acordo com a Portaria Normativa nº 9 do Gabinete do Ministro da Educação, de 05 de maio de 2017, artigo 8 B, que orienta a aplicação da lei e o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que classifica e enquadra os tipos de deficiência determinados pelo MEC¹.

Tabela 33 – Dados de Assistência Estudantil: Auxílio Acessibilidades

Campus	Nº de Auxílios	Nº de parcelas	Valor
Seropédica			
Nova Iguaçu	15	12	400,00
Três Rios			

11.2.9. Auxílio Creche

O Auxílio Creche é uma modalidade pecuniária de auxílio, com periodicidade de desembolso mensal, direcionado aos discentes regularmente matriculados nos cursos de

¹ BRASIL. CASA CIVIL. **DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999: Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acessado em: 01 de dezembro de 2017.

graduação presencial, com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio (valor vigente no país), e que possuam e residam com filho(s) na idade de educação infantil (0 a 5 anos), conforme previsto nos art. nº 29 e nº 30 da Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (Lei nº 12.796/2013) e no inciso IV do art. nº 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

O Auxílio Creche tem por finalidade subsidiar o custeio parcial das despesas com creche/educação infantil do (s) filho (s) dos discentes em idade de educação infantil (0 a 5 anos), regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial, com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio.

11.2.10. Centro e espaços de convivência

A UFRRJ mantém os seguintes espaços de convivência:

a) A Sala de Estudos, localizada ao lado direito do Hall de Entrada dos Alojamentos Masculinos, destinada à realização de atividades de estudo e trabalhos acadêmicos de grupo, de interesse dos (as) estudantes alojados (as);

b) A Sala de Televisão, localizada na entrada do Alojamento Feminino 1, destinada ao acompanhamento da programação televisiva oferecida pelos canais de TV aberta (noticiários, novelas, filmes, documentários, entretenimento, etc.);

c) A Sala de Cultura, localizada ao lado esquerdo do Hall de entrada dos Alojamentos Masculinos, faz parte de um projeto institucional, na qual são realizadas inúmeras atividades de caráter acadêmico, político, cultural, artístico e lúdicas, visando promover o acolhimento e a integração dos (as) estudantes alojados (as);

d) A CAUR, localizada ao lado da Sala de Cultura, é um espaço administrado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), destinado à realização de atividades de eventos festivos, recreativos e culturais, visando oportunizar uma maior integração dos (as) estudantes alojados.

A assistência estudantil busca através desses espaços, contribuir para o bom desempenho acadêmico daqueles estudantes com condições socioeconômicas díspares, além de fomentar a integração, interação e a sociabilização do corpo discente.

11.2.11. Atividades de esporte, cultura e lazer

Esportes

No âmbito do esporte, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e a Pró-Reitoria de Extensão celebraram um Termo de Cooperação Institucional, abrangendo os seguintes eixos prioritários de atuação:

1) concessão auxílio financeiro individual a estudantes, na modalidade de Auxílio de Incentivo ao Esporte, financiado com recursos oriundos do PNAES, por meio de editais públicos;

2) concessão de apoios Institucionais aos estudantes beneficiários dos auxílios de incentivo ao esporte e às entidades estudantis que atuam na área do esporte, em conformidade às modalidades e compromissos estabelecidos no Termo de Cooperação Institucional firmado entre PROAES e Proext.

11.2.12. Cultura e Lazer

No âmbito da cultura e do lazer, a PROAES é responsável direta no apoio e sustentação de todas as atividades desenvolvidas, no projeto específico da Sala de Cultura. A equipe da Sala de Cultura é composta por estudantes bolsistas de apoio técnico, selecionados pela PROAES, por meio de editais públicos, que se revezam de segunda a sexta-feira para manter o espaço aberto. Além disso, os eventos ofertados compreendem as seguintes atividades: montagem e curadoria de exposições, preparação de coquetéis, coordenação de excursões e eventos, reuniões internas semanais e produção de material de divulgação impresso (cartazes, panfletos e programação mensal) e digital (blog e página em rede social).

A programação da Sala de Cultura é elaborada com um mês de antecedência a partir de propostas dos estudantes interessados em participar com seus projetos. As atividades são realizadas nos três turnos, sendo que há maior concentração delas durante a noite, devido à maior frequência de público dos alojamentos.

11.3. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA

11.3.1. Acolhimento, assistência médica e social aos estudantes

O objetivo deste projeto é o de promover ações de acolhimento, assistência médica e social aos estudantes, visando melhorar a qualidade de vida e a permanência nos campi da UFRRJ. Para tanto, a Divisão Multidisciplinar de Assistência ao Estudante (Dimae), por intermédio do Setor de Apoio Psicossocial ao Estudante (SAPE), do Setor de Atenção Especial ao Estudante (SAEE) e das Representações mantidas pela PROAES nos campi fora de sede, promoverão as seguintes ações:

- a) Realização da semana de acolhimento dos estudantes recém-ingressos na moradia estudantil;
- b) Preparação de campanhas educativas nos alojamentos e nos RUs em temas correlatos às áreas de atuação da assistência estudantil;
- c) Realização de pesquisa de opinião sobre a qualidade dos serviços prestados pelo Posto Médico da UFRRJ;
- d) Realização de atendimentos em terapias alternativas, junto à “Salinha Azul”;
- e) Realização de assistência psicológica junto à sala do SEAPE;
- f) Apoio às ações de controle reprodutivo dos animais abandonados pelo campus, realizadas no âmbito do projeto “SOS Animal”

11.4. Organização estudantil

11.4.1. Apoio à participação e à organização estudantil

A PROAES tem como meta em suas divisões, setores e representações nos campi, buscar promover as seguintes ações:

- a) reativação e fortalecimento do Conselho de Administração dos Alojamentos;
- b) criação dos Fóruns de Assuntos Estudantis nos campi de Nova Iguaçu e de Três Rios;
- c) realização da I Conferência Multicampi de Assistência Estudantil;
- d) criação da Ouvidoria de Assuntos Estudantis;
- e) regulamentação de projetos e ações vinculados à PROAES, mediante a discussão prévia com os estudantes e suas entidades representativas e, posterior apreciação do Consu;
- f) realização de pesquisas de consulta de opinião junto à comunidade estudantil, utilizando-se de ferramentas metodológicas da internet, em temas que afetam a sua permanência na universidade (Em andamento);
- g) apoiar a representatividade dos discentes junto aos conselhos deliberativos da Instituição (Implementado).

A Assistência está regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Esse Programa tem como principais objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior Pública Federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na

permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

A execução das ações relacionadas à Assistência Estudantil compreende ainda atividades como:

- Disponibilização de transporte para participação em eventos;
- Atenção psicossocial, prestada pelo setor próprio da Universidade;
- Assistência à saúde, prestada pelo setor próprio da Universidade;
- Acolhida ao estudante calouro;
- Acesso à cultura, ao esporte e ao lazer.

12. INFRAESTRUTURA DA UFRRJ

12.1. ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Nos últimos seis anos, a evolução do acervo bibliográfico impresso da UFRRJ mostra uma variação no número de títulos de livros da universidade. Até 2013 houve um crescimento de 44,6%, caindo em 16,46% em 2014 e voltando a crescer 3,7% em 2015.

Em relação a evolução do número de volumes, esta vem registrando um crescimento contínuo, apenas com uma pequena redução de 1,03% em 2014, retomando o crescimento em 2015.

Tabela 34 – Evolução do Acervo Bibliográfico impresso da UFRRJ: Livros / Títulos

Áreas de Conhecimento	Títulos					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ciências Exatas e da Terra	3303	3550	3922	4258	4321	5256
Ciências Biológicas	4249	4288	3700	3911	4029	4102
Engenharia / Tecnologia	1866	1950	2042	2254	2285	2266
Ciências da Saúde	1296	1317	1368	1435	1443	1463
Ciências Agrárias	16476	17446	16874	18085	7334	8135
Ciências Sociais Aplicadas	12338	16820	20669	21690	21267	21495
Ciências Humanas	8953	12583	15127	17237	16360	16501
Linguística, letras e artes	2097	2459	3581	4092	3865	3942
Multidisciplinar	1	81	597	161	183	197
Total	50579	60494	67880	73123	61087	63357

Tabela 35 – Evolução do Acervo Bibliográfico impresso da UFRRJ: Livros / Volumes

Áreas de Conhecimento	Volumes					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ciências Exatas e da Terra	8753	9734	10918	10708	10798	12502
Ciências Biológicas	7434	7506	7443	7711	7915	8022
Engenharia / Tecnologia	3654	3839	4118	4503	4589	4617
Ciências da Saúde	2439	2503	2637	2780	2786	2904
Ciências Agrárias	20685	21722	21477	22760	23393	24449
Ciências Sociais Aplicadas	22268	30605	36421	36805	36199	36579
Ciências Humanas	13444	19410	25213	27456	26208	26439
Linguística, letras e artes	3728	4476	8086	8958	8473	8698
Multidisciplinar	3	232	831	360	427	445
Total	82408	100027	117144	122041	120788	124655

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ

Gráfico 17 – Evolução do Acervo Bibliográfico impresso da UFRRJ: Livros

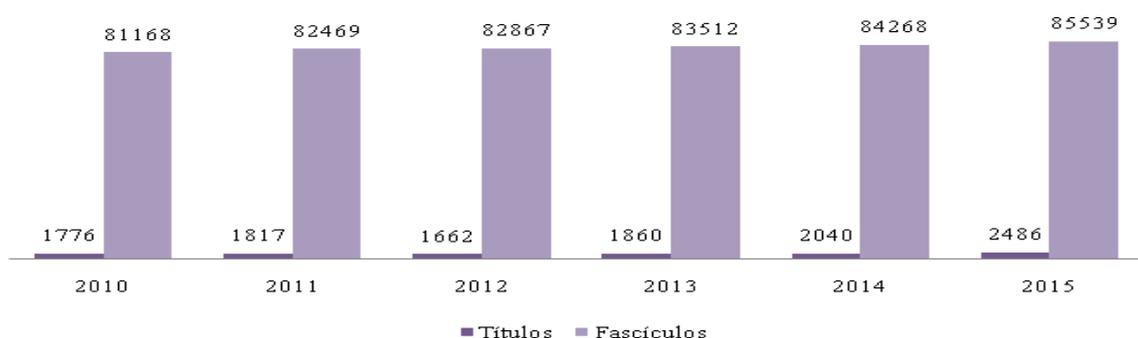


Tabela 36 - Acervo impresso das bibliotecas e postos de atendimentos, por área de conhecimento do CNPq: Periódicos Correntes Nacionais

Áreas de Conhecimento	Títulos						Fascículos					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ciências Exatas e da Terra	132	133	136	148	160	201	4889	4931	4972	5114	5186	5296
Ciências Biológicas	170	170	149	161	179	215	6700	6807	6858	6896	6963	7098
Engenharia / Tecnologia	42	47	37	42	55	75	774	803	816	821	854	971
Ciências da Saúde	99	99	91	110	118	157	2538	2563	2602	2640	2685	2801
Ciências Agrárias	660	654	497	522	544	694	23128	23840	23489	23560	23620	24111
Ciências Sociais Aplicadas	335	355	380	440	484	594	39433	39646	40037	40051	40339	40469
Ciências Humanas	292	301	314	343	357	390	3247	3354	3474	3596	3691	3771
Linguística, letras e artes	46	47	48	58	61	83	459	445	490	509	522	651
Multidisciplinar	0	11	10	36	82	77	0	80	129	325	408	371
Total	1776	1817	1662	1860	2040	2486	81168	82469	82867	83512	84268	85539

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ

Gráfico 18 - Acervo impresso das bibliotecas e postos de atendimentos, por área de conhecimento do CNPq: Periódicos Correntes Nacionais.



Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ

Em relação aos periódicos correntes estrangeiros, apesar de uma queda no número de títulos entre 2011 e 2012, voltou a crescer no triênio seguinte. O número de fascículos também sofreu uma pequena queda em 2012, mas seu crescimento foi retomado nos anos seguintes.

Tabela 37 - Acervo impresso das bibliotecas e postos de atendimentos, por área de conhecimento do CNPq: Periódicos Correntes Estrangeiros

Áreas de Conhecimento	Títulos						Fascículos					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ciências Exatas e da Terra	228	228	226	228	229	237	32627	32641	32643	32717	32728	33015
Ciências Biológicas	391	391	299	306	316	324	27168	27173	27096	27108	27125	27497
Engenharia/Tecnologia	7	14	7	8	16	19	371	383	380	381	399	401
Ciências da Saúde	97	149	97	99	101	105	8757	8809	8557	8766	8770	9224
Ciências Agrárias	720	870	458	465	490	770	35853	36019	35635	35649	35671	36234
Ciências Sociais Aplicadas	52	53	52	57	57	58	2899	2916	2927	2932	2932	3231
Ciências Humanas	14	14	15	16	20	24	103	104	108	110	110	110
Linguística letras e artes	2	2	2	2	7	7	2	0	0	0	5	5
Multidisciplinar	0	1	4	6	9	8	0	17	13	19	35	21
Total	1511	1722	1160	1187	1245	1552	107780	108062	107359	107682	107775	109738

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ

Gráfico 19 - Acervo impresso das bibliotecas e postos de atendimentos, por área de conhecimento do CNPq: Periódicos Correntes Estrangeiros.



Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ

O número de títulos de periódicos não correntes nacionais caiu 44% no ano de 2013 em relação a 2010 e retomou o crescimento nos anos seguintes, porém, somente atingiu o valor de 76,6% daquele ano em 2015. O número de fascículos, apesar das variações ao longo dos anos, obteve em 2015 um crescimento de 6,7% em relação ao ano de 2010.

O número de títulos de Periódicos Não Correntes Estrangeiros atingiu a melhor marca em 2011 – 314 títulos – e não manteve um crescimento nos anos seguintes. No máximo, alcançou em 2015, 83,4% do valor referente àquele ano. O número de fascículos obteve uma pequena queda entre 2012 e 2013, mas, segue em processo de retomada de crescimento.

Em relação às obras em formato digital, o número de livros registrou queda de 44,8% em 2015, em relação a 2014. O quantitativo de materiais audiovisual segue em crescimento. Em relação à base de dados, esta não obteve qualquer registro em 2015. Outros tipos de material registraram uma alta significativa em 2015, enquanto que o número de periódicos somente obteve registro em 2012.

Tabela 38 - Acervo impresso das bibliotecas e postos de atendimentos, por área de conhecimento do CNPq: Periódicos Não Correntes Nacionais

Áreas de Conhecimento	Títulos						Fascículos					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ciências Exatas e da Terra	4	12	2	1	0	0	49	56	7	11	0	0
Ciências Biológicas	31	31	0	0	1	3	31	31	0	0	1	50
Engenharia/ Tecnologia	7	7	1	1	2	2	55	55	41	41	43	43
Ciências da Saúde	22	27	0	0	0	0	23	28	0	0	0	0
Ciências Agrárias	666	679	446	478	466	645	12985	13935	13431	13514	14808	14674
Ciências Sociais Aplicadas	198	258	379	55	85	87	1516	1580	1937	806	1101	1159
Ciências Humanas	172	192	80	85	114	111	876	899	388	450	668	747
Linguística, letras e artes	6	24	1	4	2	0	15	31	1	8	6	0
Multidisciplinar	11	15	0	1	8	8	103	108	0	1	23	23
Total	1117	1245	909	625	678	856	15653	16723	15805	14831	16650	16696

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ

Gráfico 20 - Acervo impresso das bibliotecas e postos de atendimentos, por área de conhecimento do CNPq: Periódicos Não Correntes Nacionais.



Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ

Tabela 39 - Acervo impresso das bibliotecas e postos de atendimentos, por área de conhecimento do CNPq: Periódicos Não Correntes Estrangeiros

Áreas de Conhecimento	Títulos						Fascículos					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ciências Exatas e da Terra	2	2	2	2	2	2	277	277	277	277	277	277
Ciências Biológicas	2	2	2	2	2	2	337	337	337	337	337	337
Engenharia / Tecnologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciências da Saúde	2	2	2	2	2	2	445	445	445	445	445	445
Ciências Agrárias	222	224	171	171	164	214	6416	6423	6365	6374	6434	6494
Ciências Sociais Aplicadas	57	60	19	22	30	26	533	537	405	408	431	424
Ciências Humanas	21	24	16	16	17	16	42	45	32	32	33	32
Linguística, letras e artes	0	0	1	1	0	0	0	0	1	13	0	0
Multidisciplinar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	306	314	213	216	217	262	8050	8064	7862	7886	7957	8009

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ

Gráfico 21 - Acervo impresso das bibliotecas e postos de atendimentos, por área de conhecimento do CNPq: Periódicos Não Correntes Estrangeiros.



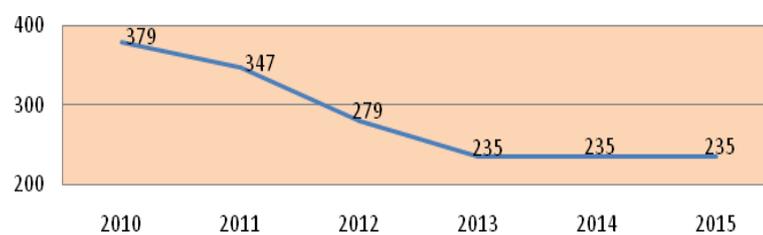
Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ

Tabela 40 - Acervo impresso das bibliotecas e postos de atendimentos, por área de conhecimento do CNPq: Outros materiais impressos e multimídia

Áreas de Conhecimento	Outros Materiais Impressos e Multimídia					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ciências Exatas e da Terra	25	61	58	40	41	41
Ciências Biológicas	30	29	36	36	46	46
Engenharia / Tecnologia	14	32	21	21	21	21
Ciências da Saúde	11	11	16	16	16	16
Ciências Agrárias	39	32	41	37	44	44
Ciências Sociais Aplicadas	101	83	6	7	8	7
Ciências Humanas	105	32	43	64	50	50
Linguística, letras e artes	54	67	56	12	3	4
Multidisciplinar	0	0	2	2	6	6
Total	379	347	279	235	235	235

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ

Gráfico 22 - Acervo impresso das bibliotecas e postos de atendimentos, por área de conhecimento do CNPq: Outros materiais impressos e multimídia



Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ

Tabela 41- Obras em formato digital / eletrônico por área de conhecimento do CNPq

Áreas de Conhecimento	Livros						Material Audiovisual						Base de dados						Outros tipos de material						Periódicos					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ciências Exatas e da Terra	198	123	157	91	280	881	12	12	12	14	14	14	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciências Biológicas	1309	507	536	0	539	536	24	24	24	24	24	24	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Engenharia / Tecnologia	101	143	113	0	185	113	6	6	6	6	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciências da Saúde	97	97	96	0	96	96	6	6	6	6	6	6	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciências Agrárias	999	388	77	0	78	77	179	184	187	200	200	51	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciências Sociais Aplicadas	359	359	499	0	458	433	84	121	127	140	140	140	1	1	1	6	1	1	0	2	3	0	6	6	0	0	0	0	0	0
Ciências Humanas	158	158	181	425	187	181	94	95	99	108	108	109	0	0	0	8	4	4	0	3	5	0	8	8	0	0	45	0	0	0
Linguística, letras e artes	37	12	26	0	26	26	46	46	46	48	49	49	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Multidisciplinar	0	0	1	0	2398	0	0	0	51	0	0	155	0	0	0	0	3	0	0	1021	1468	0	0	2414	0	0	0	0	0	0
Total	3258	1787	1686	516	4247	2343	451	494	558	546	547	554	5	5	5	14	11	7	0	1026	1476	1	14	2428	0	0	45	0	0	0

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ

12.2. LEVANTAMENTO DAS SALAS DE AULA, LABORATÓRIOS E OUTROS LOCAIS

Em levantamento realizado em 2014, uma análise das plantas baixas de diversos setores da universidade, contemplando os Institutos, o Pavilhão Central – P1 e o Pavilhão de Aulas Teóricas – PAT, permitiu identificar a quantidade de salas que cada unidade mensurada dispõe para o desenvolvimento de suas atividades.

Em relação ao total de laboratórios, o Instituto de Tecnologia-IT dispunha de 51 salas de laboratórios, enquanto que o Instituto de Florestas-IF dispunha de 37 e o Instituto de Agronomia-IA 22 salas, sendo estes três Institutos os que possuíam o maior número de salas de laboratórios. Se acrescentarmos os laboratórios que também servem como sala de professores, então o Instituto de Biologia-IB passa a ser o que possui o maior número, 48 salas no total.

No que se refere ao quantitativo de salas de aula, em uma comparação entre os Institutos da UFRRJ, o Instituto Multidisciplinar-IM é o que dispõe do maior número, acompanhado pelo Instituto de Veterinária-IV, sendo 48 e 45 salas, respectivamente. O Instituto de Ciências Humanas e Sociais-ICHS juntamente com o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas-ICSA dispunham de 9 salas, o Instituto de Educação-IE, 8 e o Instituto de Florestas-IF, 7. Estes dispunham do menor número de salas de aula neste período analisado.

O Instituto de Agronomia é o que possui mais salas de professores (52), acompanhado, na sequência, do Instituto Multidisciplinar-IM (33), Instituto de Tecnologia-IT (32) e Instituto de Veterinária-IV (32).

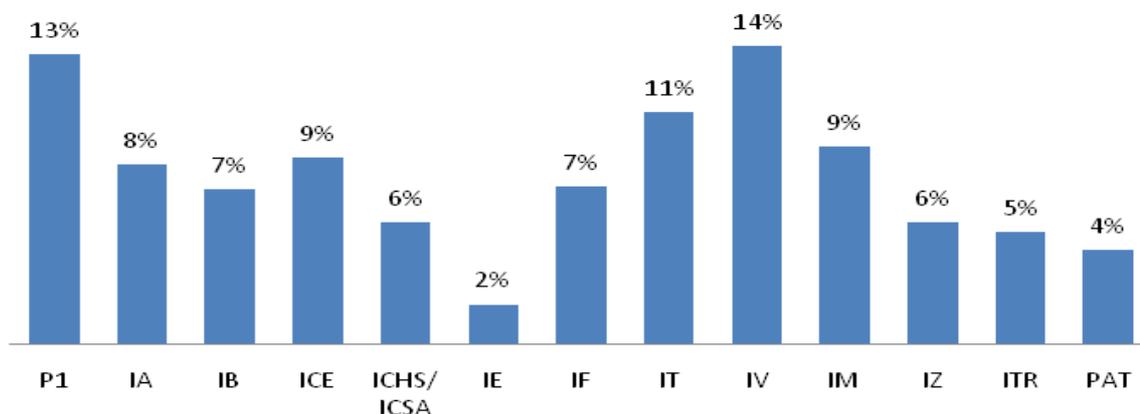
O Instituto de Veterinária-IV dispunha de 100 outras áreas, enquanto que o Instituto de Florestas-IF, 71 e o Instituto de Zootecnia-IZ, 43.

Tabela 42 – Infraestrutura construída da UFRRJ

ESPECIFICAÇÃO	P1	IA	IB	ICE	ICHS/ ICSA	IE	IF	IT	IV	IM	IZ	ITR	PAT	Total
Anfiteatro	3	2	1	0	0	0	1	2	1	0	1	0	0	11
Área Experimental/Área de Pesquisa	0	0	0	0	0	0	0	0	46	0	0	0	0	46
Áreas Locadas à Terceiros	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Áreas Ocupadas pelo IB	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0	0	15
Auditório	2	2	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	1	10
Biblioteca	0	4	1	0	1	0	0	0	0	9	0	4	0	19
Laboratório/Sala Professor	0	2	26	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37
Outras Áreas	26	8	18	4	34	7	71	25	100	35	43	17	22	410
Outros Laboratórios	1	33	22	17	9	3	37	51	17	7	12	2	4	215
Pró-Reitorias	23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23
Reitoria e Assessorias	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Sala de Reuniões	0	2	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	7
Salas de Aula	6	15	14	20	9	8	7	25	45	48	15	20	28	260
Salas de Professores	0	52	12	10	12	10	25	32	32	33	28	17	1	264
Secretaria/Coord/Direção/Chefia	26	12	10	8	35	12	10	9	24	21	13	4	1	185

Fonte: PROPLADI (2014)

Gráfico 23 – Distribuição por área (m²)



Fonte: PROPLADI (2014)

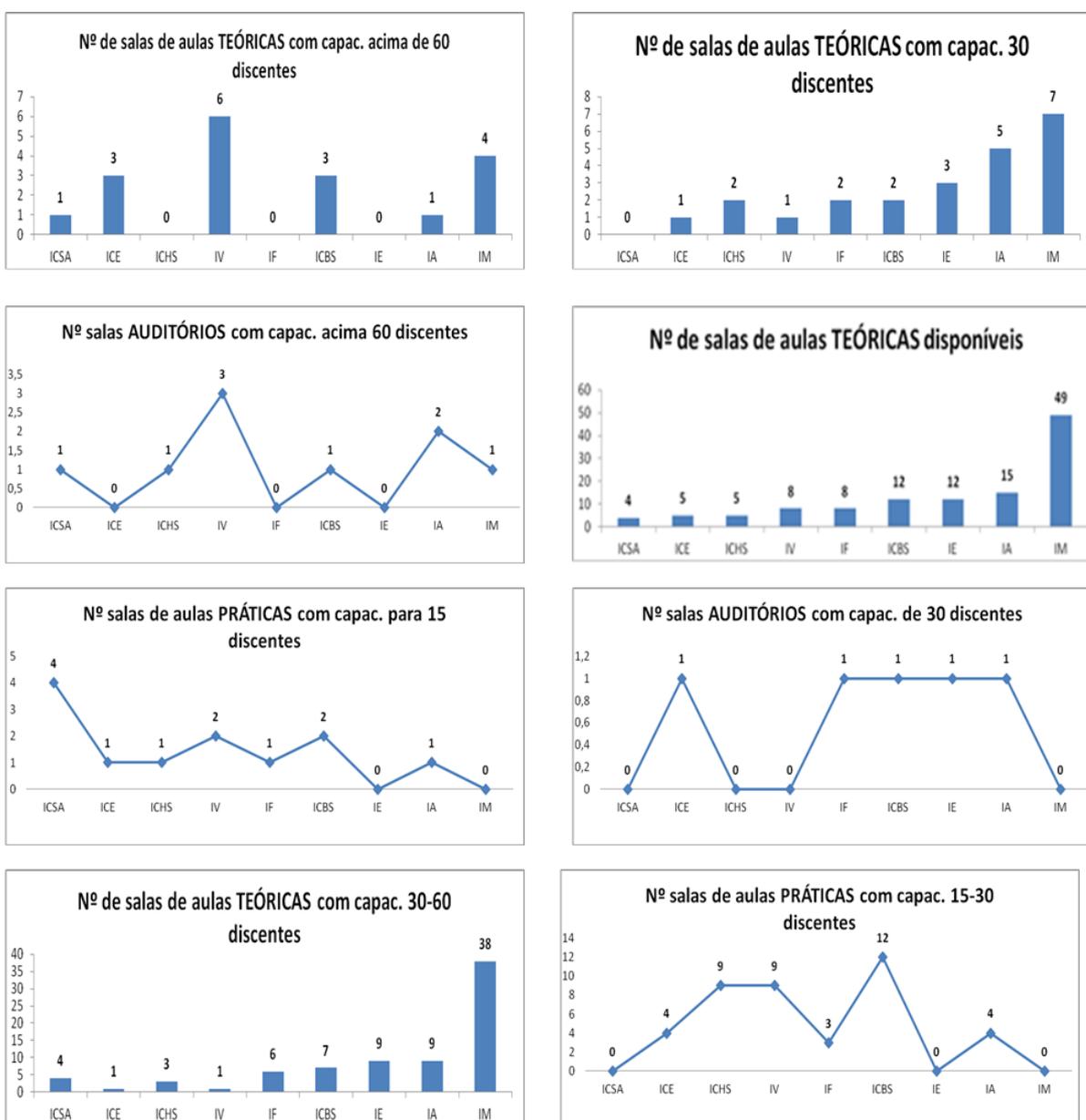
Tabela 43 - Áreas por m² de salas de aula, laboratórios, bibliotecas e outros - Ano/Ref.: 2014

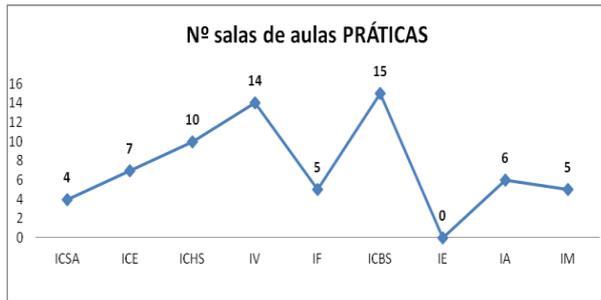
ESPECIFICAÇÃO	P1	IA	IB	ICE	ICHS/ ICSA	IE	IF	IT	IV	IM	IZ	ITR	PAT	Somatório Geral - m²
Salas de Professores	0	867,61	118,05	234,57	352,66	151,54	290,47	401,54	751,87	603,63	871,13	373,32	29,30	5.045,69
Salas de Aula	916,52	846,23	1.197,83	2.458,84	682,04	556,37	391,52	1.410,14	2.446,21	2.405,58	1.186,55	1.085,18	1.895,75	17.478,76
Biblioteca	0	162,35	23,76	0	63,65	0	0	0	0	611,85	0	419,86	0	1.281,47
Auditório	655,06	120,68	93,60	0	170,73	0	0	0	125,75	229,32	0	385,18	177,10	1.957,42
Sala de Reuniões	0	85,94	0	0	43,57	0	27,00	0	0	13,70	0	0	0	170,21
Anfiteatro	1.124,51	505,30	229,60	0	0	0	56,34	170,25	216,00	0	189,91	0	0	2.491,91
Laboratório/Sala Professor	0	176,33	842,77	374,08	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.393,18
Outros Laboratórios	150,00	1.750,90	1.096,73	1.787,23	447,33	110,86	1.052,68	3.838,80	504,64	397,49	514,95	220,92	214,50	12.087,03
Secretaria/Coord/Direção/Chefia	1.426,46	286,46	276,75	248,64	878,95	173,97	193,74	113,83	626,80	499,50	221,43	110,05	25,19	5.081,77
Outras Áreas	1.587,81	277,22	520,12	194,50	804,34	151,89	2.460,62	639,02	2.400,20	845,83	472,96	594,32	322,57	11.271,40
Área Experimental/Área de Pesquisa	0	0	0	0	0	0	0	0	807,96	0	0	0	0	807,96
Áreas Ocupadas pelo IB	0	0	0	0	0	0	0	0	549,85	0	0	0	0	549,85
Reitoria e Assessorias	724,59	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	724,59
Pró-Reitorias	1.352,77	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.352,77
Áreas Locadas à Terceiros	279,45	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	279,45
Área Total - m²	8.217,17	5.079,02	4.399,21	5.297,86	3.443,27	1.144,63	4.472,37	6.573,58	8.429,28	5.606,90	3.456,93	3.188,83	2.664,41	61.973,46

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional

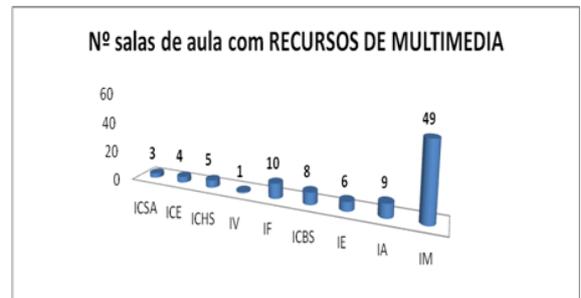
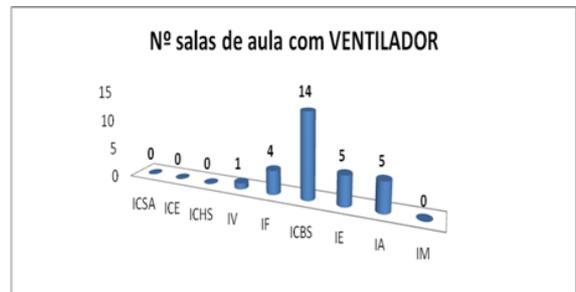
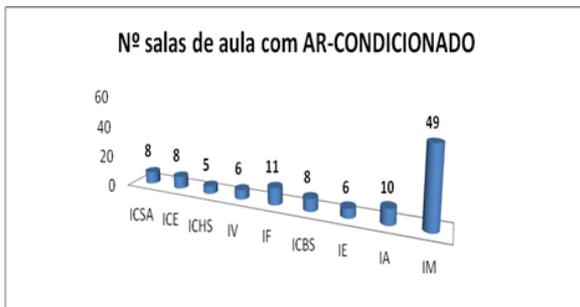
Da aplicação de questionários aos diretores de instituto na fase de diagnóstico do PDI, foi realizado um levantamento sobre a infraestrutura destes, com relação à quantidade de salas de aulas para atender à demanda atual e as necessidades de ampliação, bem como os requisitos de infraestrutura das salas de aula e laboratórios. Os resultados são apresentados nos gráficos relacionados abaixo.

Gráficos 24-32: Levantamento das salas de Aula Teóricas e Práticas

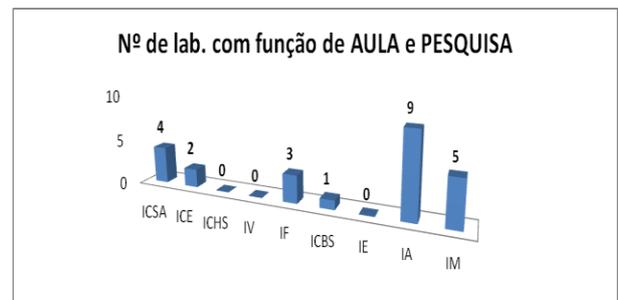
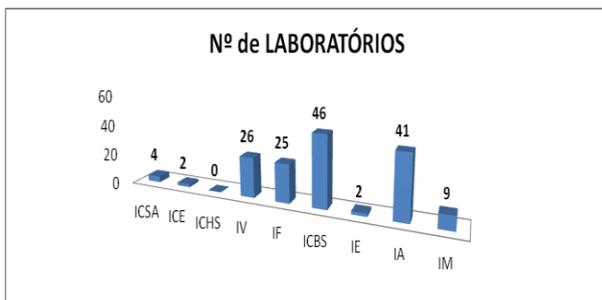




Gráficos 33-36: Infraestrutura das salas de aula



Gráficos 37-41: Levantamento dos laboratórios



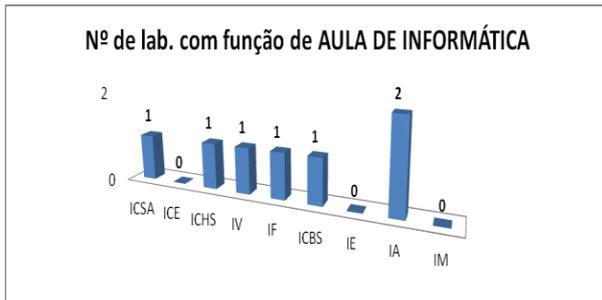
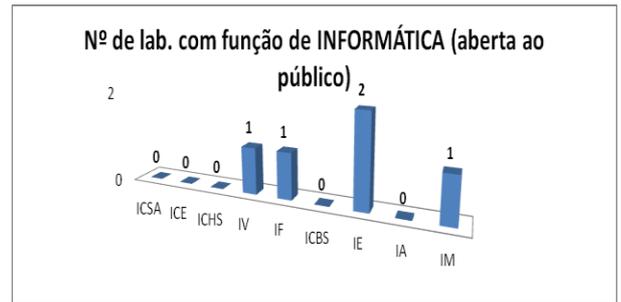
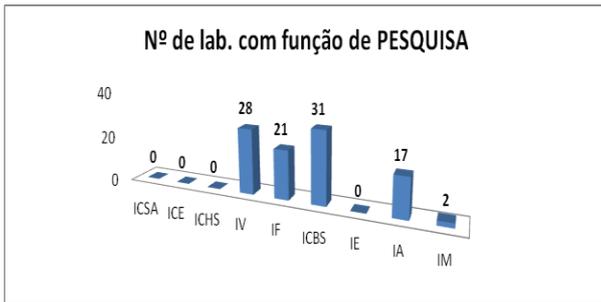


Gráfico 42: Levantamento das áreas experimentais

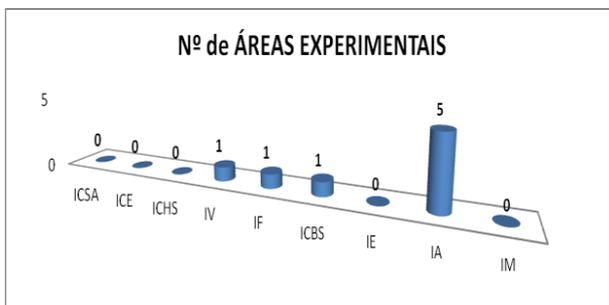
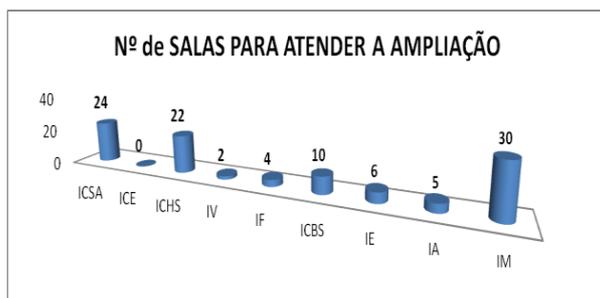


Gráfico 43: Necessidade de Ampliação em função das demandas dos Institutos



A situação atual da infraestrutura de salas de aulas teóricas e práticas apontam que não há uma distribuição homogênea do nº de salas por Instituto, o que parece indicar uma fragilidade no planejamento da infraestrutura para atender aos discentes. Cerca de 80% das salas totais dos Institutos possuem recursos de multimídia, contudo, as salas estão concentradas no Instituto Multidisciplinar, cerca de 51,57%. Com relação aos auditórios, o IV possui 03 auditórios de grande porte e o IA possui 02 auditórios, enquanto os outros Institutos possuem no máximo 1 auditório.

Tabela 44 – Dados das salas de aulas

ORD.	Institutos	1 – No. de salas de aulas teóricas disponíveis para a oferta das disciplinas?	% de concentração o das salas disponíveis	12 – No. De salas necessárias para atender a ampliação	% de necessidade de ampliação em relação ao nº total de salas solicitadas
1	ICSA	4	3,39%	24	23,30%
2	ICE	5	4,24%	0	0,00%
3	ICHS	5	4,24%	22	21,36%
4	IV	8	6,78%	2	1,94%
5	IF	8	6,78%	4	3,88%
6	ICBS	12	10,17%	10	9,71%
7	IE	12	10,17%	6	5,83%
8	IA	15	12,71%	5	4,85%
9	IM	49	41,53%	30	29,13%
TOTAL		118	100%	103	100%

No que se refere à existência de salas adaptadas para pessoas com deficiências, o Instituto Multidisciplinar possui 04 salas, o ICSA possui 03 salas e o IA possui 01 sala, somente. Quanto aos banheiros adaptados, o IM possui 21, o ICSA possui 03 e o IA possui 03. Do levantamento junto aos diretores foi possível levantar a necessidade de construção de novas salas, num total de 103 para os nove Institutos. A manutenção preventiva e corretiva de elétrica, hidráulica e de refrigeração é um tema que repercute negativamente no desenvolvimento das atividades acadêmicas, em especial nos aparelhos de ar-condicionado; necessidade de investimento em cantinas e espaços de convivência; reformas que contemplem acessibilidade dos portadores de necessidades especiais (piso tátil e sinalização em braile e mobiliários); revitalização de áreas externas (asfaltamento, redes hidráulicas e de esgoto, iluminação de vias, urbanização paisagística, cercamento de áreas experimentais); adequação dos espaços à legislação como por exemplo biossegurança e adequação funcional. Há ainda que destacar que a frequente readequação de salas de aula para docentes diminuem ainda mais o número de salas disponíveis.

13. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A avaliação do PDI é uma exigência da Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e de órgãos orientadores e auditores. Os procedimentos de avaliação são realizados para apoiar o monitoramento do efetivo atingimento dos indicadores associados aos objetivos estratégicos. Estas métricas contribuem para o bom desempenho de uma organização e também à realização das ações. Além disto, a avaliação deste PDI é um requisito do processo formal de planejamento estratégico adotado, em conformidade com os processos de governança pública.

A avaliação do PDI contemplará três abordagens: Avaliação do atingimento dos objetivos estratégicos e metas estabelecidas; Avaliação das ações do PDI identificadas a partir de entrevistas com os gestores; e Avaliações pertinentes constantes no Relatório de Autoavaliação Institucional, elaborado anualmente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) em conformidade com a Lei 10.861/2004, que Instituiu o SINAES. Estes procedimentos de avaliação permitirão redirecionamentos estratégicos ao longo do horizonte de planejamento estabelecido neste plano.

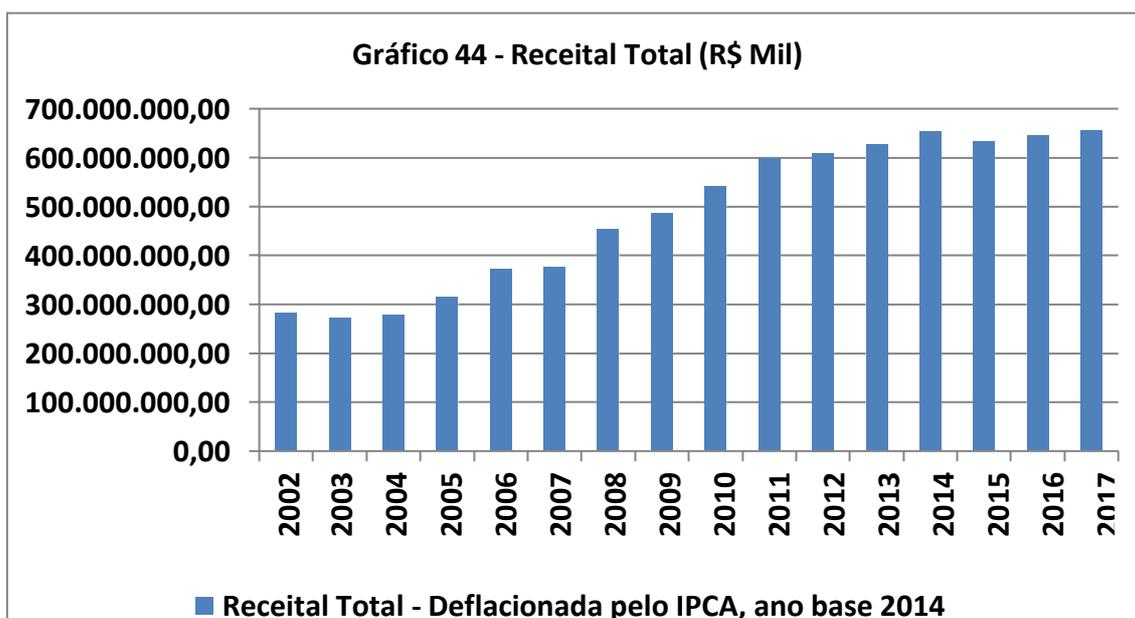
A avaliação do atingimento dos objetivos estratégicos e de suas metas é periódica. Ela é realizada através da observação e da análise de indicadores que devem ser criados para cada objetivo tático, relacionados aos objetivos estratégicos definidos anteriormente. Os indicadores estratégicos deverão ter sua origem nos objetivos táticos definidos nos Planos de Gestão da Administração Central e Unidades Acadêmicas, derivados dos objetivos estratégicos do PDI. A ferramenta a ser utilizada para a avaliação das metas estabelecidas neste documento será a entrevista e aplicação de questionários específicos para os gestores identificados como responsáveis diretos pela execução destas.

A avaliação dos objetivos estratégicos do PDI será de longo prazo, ocorrendo durante sua vigência, podendo coincidir ou não com o final do período do plano da gestão atual. O método a ser utilizado deverá ser revisado no momento de cada avaliação, podendo ter como base outro método de avaliação que contemple novas perspectivas e avanços nas técnicas de análise e monitoramento.

14. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

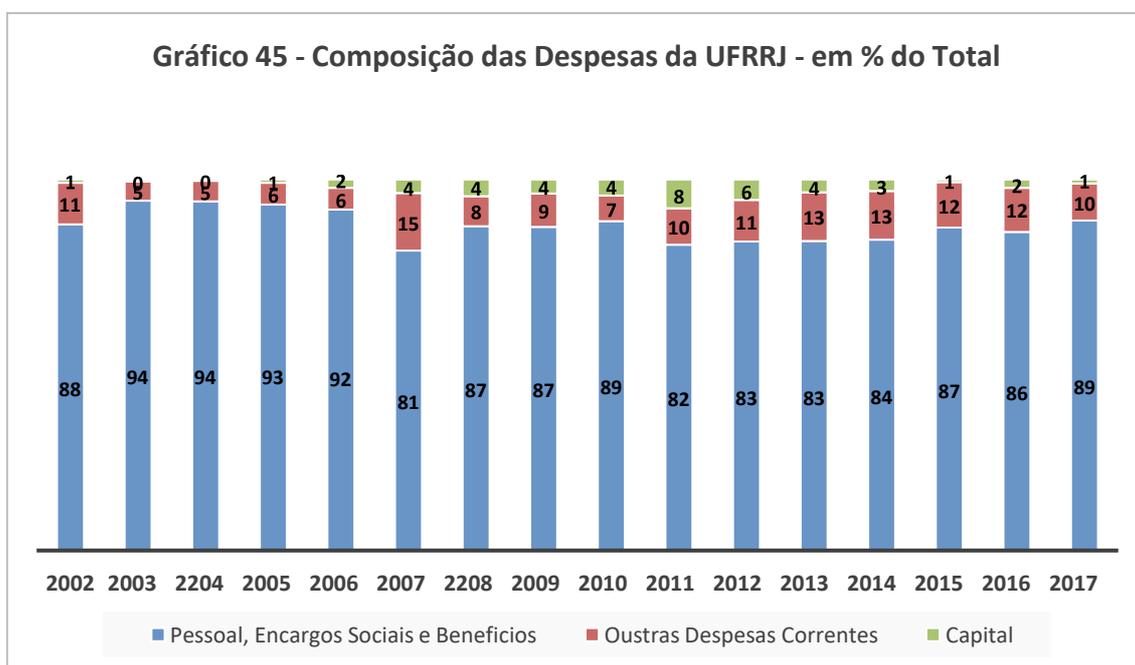
A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) participou dos processos de expansão e ampliação das instituições federais de ensino superior promovidas pelo governo federal a partir da segunda metade da década de 2000 (interiorização e novos campi e o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)). Esta opção da UFRRJ é refletida nos números da instituição. O orçamento, por exemplo, teve uma mudança significativa nesse período. Neste tópico será apresentado um breve relato comportamental da situação orçamentária da universidade no período de 2002 a 2017 e fazer uma projeção para os cinco anos de vigência do novo PDI 2018-2022 da UFRRJ.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece os limites orçamentários das instituições públicas federais. O gráfico 45 (receita total) apresenta os limites orçamentários da UFRRJ no período de 2002 a 2017. Nesse é possível perceber que, a partir de 2005, as receitas totais da instituição mudam o seu comportamento e apresentam uma trajetória de crescimento, que só é interrompida no ano de 2011. A partir desse ano, o ritmo de crescimento das receitas diminui e, praticamente, se estabiliza desde então, refletindo uma mudança da política de governo que estava em curso em relação à expansão das IFES e o encerramento do prazo de implantação do REUNI (de 2007 a 2012). Entretanto, é importante destacar que a UFRRJ ainda está finalizando várias obras do processo de expansão e consolidando a necessidade de recursos de manutenção deste processo.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Roberto Rodrigues e Nilson Carvalho – PROPLADI/CODIN/NEACO. Valores reais deflacionados pelo IPCA – Ano base 2014.

Por outro lado, as despesas da UFRRJ não apresentaram o mesmo comportamento. Na LOA, a União estabelece o limite orçamentário e fixa as despesas em igual valor, todavia, o montante do limite orçamentário é fixado para ser executado em três grandes tipos de despesas, a saber: i) Despesas de pessoal e encargos sociais; ii) despesas de capital; iii) despesas de custeio (outras despesas correntes). A execução do primeiro tipo de despesa (pessoal e encargos sociais) vem definido pelo próprio governo central e corresponde a mais de 85% do valor total das despesas anuais, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

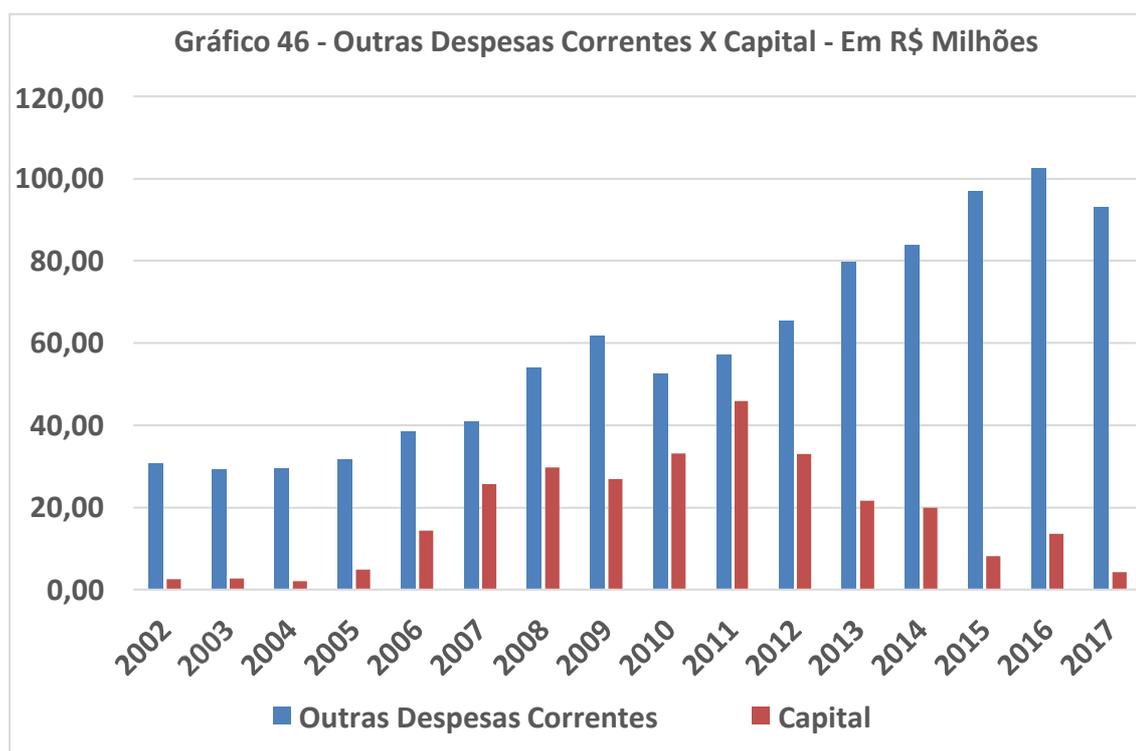


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Roberto Rodrigues e Nilson Carvalho – PROPLADI/CODIN/NEACO. Valores reais deflacionados pelo IPCA* – Ano base 2017. * Projeção do IOCA de 2015 = 4%.

As demais rubricas (custeio e capital) representam aproximadamente entre 10% e 20% do total das despesas da UFRRJ.

O gráfico 46 apresenta, no mesmo plano de análise, o comportamento das despesas de custeio (outras despesas correntes) e de capital. Nesse gráfico, é possível perceber que o montante monetário dessas duas rubricas passa a subir a partir de 2005, ano em que os programas de expansão das universidades federais começam a ser implantados. Esse comportamento ascendente dos dois tipos de despesas é verificado até o ano de 2011 (com exceção do ano de 2010). No entanto, a partir do ano de 2011, as duas rubricas apresentam comportamentos diferentes. Enquanto as despesas de custeio mantêm a trajetória de crescimento real até 2016, as despesas de capital apresentam uma trajetória de decréscimo já a

partir de 2011, como pode ser observado no gráfico 3. Esse comportamento pode ser explicado por dois motivos: 1) A correção dos limites orçamentários por parte da União não acompanhou o aumento real das demandas de custeio das IFES em processo de expansão; 2) A UFRRJ ampliou as despesas de custeio frente às despesas de capital para garantir a sua manutenção e funcionamento; 3) os repasses do governo federal não acompanharam o aumento da inflação em 2017.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Roberto Rodrigues e Nilson Carvalho – PROPLADI/CODIN/NEACO. Valores reais deflacionados pelo IPCA* – Ano base 2017. * Projeção do IOCA de 2015 = 4%. No ano de 2017 ainda falta considerar o empenho de algumas emendas parlamentares que ainda não foram liberadas até a data de 11 de dezembro de 2017.

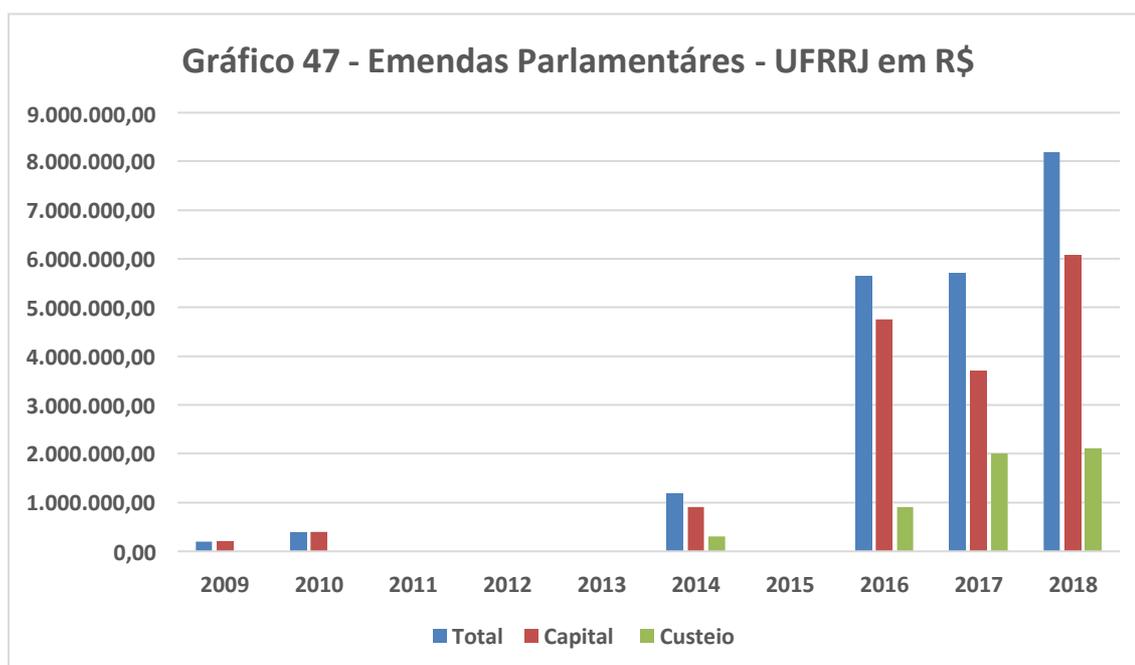
A ampliação das despesas de custeio feita da Universidade Rural se explica principalmente pela necessidade de aumentar as despesas com manutenção da sua capacidade instalada (prédios, máquinas e equipamentos), que ampliou significativamente a partir dos programas de expansão das universidades fomentados pelo governo federal, ou seja, investimento na expansão implicou necessariamente no aumento das despesas de custeio. Além disso, no período de expansão o montante de técnicos administrativos não aumentou na mesma proporção que o montante de docentes. Como pode ser visto na tabela 1, a relação de técnicos administrativos por docentes na Rural, que era em 2005 de 1,73, caiu para próximo 1,07 em 2014, isto é, apesar do crescimento da UFRRJ, a quantidade de técnicos administrativos não cresceu na mesma proporção. Isso se reflete nas despesas de custeio.

Tabela 45 – Total de Servidores da UFRRJ

Ano	2002	2005	2008	2011	2014
Técnicos					
Administrativos	1.132	1.089	1.095	1.244	1.230
Docentes					
Técnicos	638	628	816	1.148	1.154
Administrativos por Docentes	1,77	1,73	1,34	1,08	1,07

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração Roberto Rodrigues e Nilson Carvalho – PROPLADI/CODIN/NEACO

Por outro lado, a UFRRJ vem fazendo esforços para captação de recursos extra orçamentários, como pode ser visto no gráfico a seguir que contém as emendas parlamentares desde 2009 e com a prevista para 2018. A UFRRJ vem aumentando a sua captação por este tipo de recursos, atingindo em 2018 mais de R\$ 8 milhões. Dessa forma, o que era para ser um recurso de captação extraordinária está se tornando a principal fonte de recursos para realização dos investimentos necessários de conclusão do processo de expansão da Rural e também modernização. Entretanto, este recurso deveria ser considerado como complemento e não como orçamento ordinário, o que implica, para avaliação orçamentária para os cinco anos de vigência do PDI 2018-2022 um valor possível de captação, mas sem previsibilidade de certeza deste montante.



Ademais, o montante para investimentos no orçamento ordinário das IFES vem reduzido o seu valor real, como visto no gráfico 47 e, além disso, tem sido registrado contingenciamentos nos últimos anos em cima do valor aprovado na LOA, que já vem apresentando redução real em seus valores. Sendo assim, a previsão para os cinco anos de vigência do PDI para o que concerne investimento fica prejudica.

Porém, pode-se supor que os recursos extra orçamentários devem, no mínimo, ficar próximos aos do ano de 2017 e fazer uma breve projeção para os anos cinco anos do PDI, da seguinte forma: considerar o valor da emenda para o capital em 2017 mais o valor disponível na LOA 2017, excluindo R\$ 1 milhão, que foi transferido para Custeio neste mesmo ano. Ambos os valores corrigidos pela previsão de inflação para os cinco anos do plano. No que concerne ao Custeio, vamos utilizar o valor empenhado em 2017 e corrigi-lo pela expectativa de inflação para os cinco anos. Como na emenda constitucional 95 estabelece que as despesas primárias do ano corrente serão as despesas primárias do ano anterior corrigidas pelo IPCA, será considerado, para fazer a projeção um IPCA de 4% para os cinco anos do plano. Dessa forma, temos os seguintes valores:

Tabela 46 - Projeção de Capital e Custeio UFRRJ

Ano	Capital	Custeio
2018	6.312.402,72	96.739.160,94
2019	6.564.898,83	100.608.727,38
2020	6.827.494,78	104.633.076,47
2021	7.100.594,57	108.818.399,53
2022	<u>7.384.618,36</u>	<u>113.171.135,51</u>

Projeção do orçamento de Capital e Custeio da UFRRJ a partir dos valores de 2017. Elaboração própria

Entretanto, é importante destacar, que no orçamento de Custeio está incluso o montante destinado a assistência dos servidores. Dessa forma, para que o novo PDI da UFRRJ obtenha êxito no que concerne ao que precise de orçamento, alguns pontos precisam ser observados: i) é importante continuar o processo de captação de recursos extraorçamentários; ii) é preciso que a UFRRJ concentre esforços em melhorar a eficiência na execução de seu orçamento com a redução de algumas despesas de custeio.

15. PLANEJAMENTO DA GESTÃO DE RISCOS DA UFRRJ

Considerando que risco é a possibilidade de algo vir a ocorrer e dificultar ou obstar o alcance de um objetivo e que o gerenciamento de riscos inclui a análise de processos envolvendo identificação, análise e resposta aos riscos, possibilitando:

- Maximização dos resultados de eventos positivos;
- Minimização das consequências de eventos negativos.

Identificando-se ainda que o gerenciamento de riscos corporativos é um processo iterativo (que se repete) composto de etapas bem definidas que, se realizadas em sequência, suportam melhor as tomadas de decisões, contribuindo com a redução dos riscos e seus impactos; a UFRRJ decidiu, tomando por base a legislação em vigor e Acórdão do TCU, realizar as seguintes etapas quanto ao tema riscos:

- ✓ IDENTIFICAR OS RISCOS;
- ✓ QUANTIFICAR OS RISCOS;
- ✓ DESENVOLVER AS RESPOSTAS AOS RISCOS;
- ✓ CONTROLAR AS RESPOSTAS AOS RISCOS.

Diante das demandas apresentadas, a instituição resolveu instituir as seguintes ações:

1. Instituir o Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC);
2. Integrar a gestão de riscos ao planejamento estratégico da UFRRJ, aos processos e às políticas institucionais;
3. Definir como e a periodicidade de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos;
4. Medir o desempenho da Gestão de Riscos com base na melhoria do processo de tomada de decisão por parte da gestão.

As ações mencionadas ensejaram ainda:

I) O atendimento ao Acórdão do TCU;

II) A aprovação da Política de Gestão de Riscos que é a “**declaração das intenções e diretrizes gerais de uma organização relacionadas à gestão de riscos**”;

III) A indicação de um Grupo Técnico de Trabalho (GT) para apoio aos trabalhos do Comitê;

- IV) A identificação dos principais riscos da instituição,
- V) A elaboração de estratégia (s) para tratamento dos riscos a que estamos sujeitos; (Metodologia elaborada pelo Comitê em conjunto com o Grupo Técnico).

Metodologia

Na reunião do CGRC realizada em 05/09/2017, foi aprovada a metodologia de Gerenciamento da Integridade, Riscos e Controle Interno da Gestão nos moldes da utilizada pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

No encontro seguinte (em 27/09/2017), aprovaram-se as áreas temáticas, identificando os principais riscos a serem atacados inicialmente, sendo eles: **taxa de sucesso da graduação; manutenção da rede elétrica, segurança individual, compras e gestão de pessoas.**

Na sequência o GT se reuniu (em 05/10/2017), elegendo a área de **manutenção da rede elétrica** como ponto piloto para a aplicação da metodologia aprovada.

Alguns fatores ensejaram a escolha da área mencionada, dentre eles podemos citar:

- A percepção da necessidade de manutenção na área de infraestrutura, principalmente da rede elétrica;
- A antiguidade das instalações;
- As crescentes demandas de energia, em função do aumento do número de equipamentos elétricos e da expansão das instalações promovida pelo REUNI.

Riscos inerentes à área de manutenção da rede elétrica também foram considerados: Riscos de incêndio; sobrecarga de energia; ausência de energia, gerando a paralisação das atividades de laboratórios, sistemas informatizados, danos a equipamentos, entre outros.

Outro critério que reforçou a escolha da área como projeto piloto fora o fato de a instituição já ter mapeados os processos do setor de Serviços Comunitários, o qual é responsável pela manutenção das redes elétricas.

Além do Setor de Serviços Comunitários, o GT identificou a necessidade de consultar outros setores envolvidos, nos quais também será aplicada a metodologia, são eles:

- A Coordenação de Logística Sustentável, por ter realizado um estudo da capacidade da rede elétrica do Pavilhão Central;
- A Coordenação de Projeto de Engenharia, que elabora e acompanha os projetos de elétrica para os prédios novos, a qual acompanha ainda os novos contratos da elétrica.

Para iniciar a validação da metodologia, o GT resolveu levantar os processos relacionados à manutenção da rede elétrica a partir do relatório de Mapeamento de Processos e Competências, do setor de Serviços Comunitários, realizado pela Coordenação de Redimensionamento e Mapeamento Institucional da PROAD.

Os próximos passos a serem executados compreendem: a realização de reunião com o gestor do Setor de Serviços Comunitários e os servidores diretamente envolvidos nos demais setores citados; a apresentação da proposta do Comitê Gestor, da metodologia e dos processos já levantados; a apreciação dos processos e possível inclusão daqueles ainda não identificados; entrevista para atender os requisitos das planilhas de priorização de processos e da planilha documentadora.

Após a coleta das informações resultantes das entrevistas, serão realizados o tratamento dos dados e a análise dos resultados obtidos. Feito isso, verificaremos a adequação da metodologia e as possíveis alterações, levando-se em consideração que havendo a necessidade de alteração poderá ser feita uma nova validação.

Todo o resultado será apresentado ao Comitê Gestor Governança, Riscos e Controle (CGRC) que o apreciará. O Comitê planeja ainda que a UFRRJ no próximo ano (2018) institua o seu Plano Institucional de Riscos aprovando-o no Conselho Universitário.

16. Referências Bibliográficas:

Deliberação UFRRJ CEPE nº 6, de 26 de fevereiro de 2010

Resolução CNE/CES nº 02/2007

Resolução nº 4/ 2009

Resolução CNE/CP nº 2 (BRASIL, 2012).

Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015

Parecer CNE/CP 08 de março de 2012

ALVES, L. GESTÃO EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: Proposta de referencial fundamentado na abordagem da gestão do conhecimento, 2016. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/08/Lourdes-Alves.pdf>>. Acesso em: 21/6/2017.

CARVALHO, A.L. & DALVO, R. O Desafio da Educação Ambiental nos Cursos de Graduação. No prelo.

ENGLE, R & CONANT, F. (2002). Guiding principles for fostering productive disciplinary engagement: explain an emergent argument in a community of learners classroom. *Cognition and Instruction*, 20(4), 399-483.

GADOTTI, M. 1994. Projeto Político Pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. Transcrição do debate realizado na Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília.

MARCOVITCH, J. Universidade em Movimento. *Revista USP*, v. 105, p. 43-50, 2015.